



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
Ciências Sociais – Licenciatura
do Campus Laranjeiras do Sul

Laranjeiras do Sul, fevereiro de 2021.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó/SC.

Reitor: Marcelo Recktenvald

Vice-Reitor: Gismael Francisco Perin

Pró-Reitor de Graduação: Jeferson Saccol Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Clevison Luiz Giacobbo

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Patricia Romagnolli

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Rosangela Frassão Bonfanti

Pró-Reitor de Planejamento: Everton Miguel da Silva Loreto

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Rubens Fey

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Claunir Pavan

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de *Campus*: Roberto Mauro Dallagnol

Coordenador Administrativo: Diego de Souza Boeno

Coordenadora Acadêmica: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenador Administrativo: Adenise Clerici

Coordenador Acadêmico: Marcio do Carmo Pinheiro

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Sandra Simone Hopner Pierozan



Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Julio Cesar Stobbe

Coordenador Administrativo: Bertil Levi Hammarstrom

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Martinho Machado Junior

Coordenador Administrativo: Ronaldo José Seramim

Coordenador Acadêmico: Thiago Bergler Bitencourt

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



Índice

1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	8
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	15
4 JUSTIFICATIVA.....	17
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Didático-pedagógicos).....	24
7 PERFIL DO EGRESSO.....	48
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	50
9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	168
10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	182
11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	184
12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	185
13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	190
14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	198
15 ANEXOS.....	199
ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR.....	199
ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES.....	209
ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	214
ANEXO IV - REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR.....	219



1 DADOS GERAIS DO CURSO

- 1.1 Tipo de curso: Graduação
- 1.2 Modalidade: Presencial
- 1.3 Denominação do Curso: Ciências Sociais - Licenciatura
- 1.4 Grau: Licenciado(a) em Ciências Sociais
- 1.5 Título profissional: Professor(a)
- 1.6 Local de oferta: *Campus* Laranjeiras do Sul (PR)
- 1.7 Número de vagas: 30
- 1.8 Carga-horária total: 3.225 horas
- 1.9 Turno de oferta: Noturno
- 1.10 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 9 semestres
- 1.11 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 18 semestres
- 1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 28 créditos (420 horas)
- 1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 12 créditos (180 horas)
- 1.14 Coordenador do curso: Felipe Mattos Monteiro
- 1.15 Ato Autorizativo: Resolução N° 20/CONSUNI/UFFS/2019
- 1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o



Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena. No caso dos candidatos indígenas, o processo seletivo é regulado pelo PIN - Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013. Outra forma de ingresso reserva vagas a candidatos de outras nacionalidades que se encontram no território brasileiro na condição de imigrantes, a partir da Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019. Essa norma institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul, e assim como o PIN, está vinculado às demais políticas institucionais e acadêmicas que visam o fortalecimento das condições de acesso, permanência e êxito nas atividades acadêmicas dos estudantes da Instituição.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;



• Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

• **PRÓ-IMIGRANTE** (Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul, instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O candidato imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso. O PRÓ-IMIGRANTE também conta com projetos e ações que visam o acolhimento, a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes imigrantes da UFFS, previstos na mesma resolução (Projeto Acolher UFFS, Projeto de Inserção Universitária e ações de Integração Cultural).

• **PIN** (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de Universidades Comunitárias e Estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição das comunidades locais e regionais de buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado Brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos, à espera de um cenário mais favorável, que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

Neste novo contexto, vários acontecimentos geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões: a crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.



Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições públicas, privadas e comunitárias passaram a mobilizar verdadeiras “multidões” para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nesta grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas e vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso à terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria, que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e novas perspectivas de inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande parte dos conflitos sociais e o próprio processo de exclusão de parcelas significativas da



população regional, que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêssego, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nesta grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf–Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, por Igrejas, pelo Movimento Estudantil, pelas Associações de Prefeitos, por Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propõe-se ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implan-



tação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de Universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da Universidade a ser criada, a localização de seus *campi* e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e *Campi* em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ilvo Ristoff para o cargo de reitor pro-tempore da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o processo seletivo para o ingresso dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento e constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.

No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *Campi* da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública. Em cada *campus* foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvimento da comunidade interna e externa, visando marcar o primeiro dia de aula na Universidade. Em um diagnóstico sobre os acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da Escola



Pública de Ensino Médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de repensar os PPCs, tarefa que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nesta revisão consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O Domínio Comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*. O Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do projeto pedagógico institucional.

A organização dos *campi*, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.

A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, as organizações e os movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização



das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

As primeiras ações da Universidade e a 1ª COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova Universidade. Compreendido em sua provisoriedade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de *Campus*, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.

Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.

A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitaram que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo lato sensu, já em 2011, até alcançar o *stricto sensu*, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia, articuladamente, com a constituição de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, também de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar, portanto, em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno



da criação de novos *campi* emergem no cenário regional; a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do *Campus* Passo Fundo, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos 5 *campi* iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação; a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma Universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões constituídas pelo INEP/MEC para verificar, *in loco*, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.

Os avanços conquistados ao longo desses primeiros anos de sua implantação tornam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos: a participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade pública, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional incluyente e sustentável.

(Texto homologado pela Decisão nº 2/2014 – CONSUNI/CGRAD)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Coordenador: Felipe Mattos Monteiro

Coordenador adjunto: Cristiano Augusto Durat

3.2 Equipe de elaboração:

Cristiano Augusto Durat (Professor)

Fábio Luiz Zeneratti (Professor)

Fernanda Marcon (Professora)

Felipe Mattos Monteiro (Professor)

Gabriela Ribeiro Cardoso (Técnica em Assuntos Educacionais)

Joaquim Gonçalves da Costa (Professor)

Letícia Cristina Bizarro Barbosa (Professora)

Liria Ângela Andrioli (Professora)

Maria Eloá Gehlen (Professora)

Siomara Aparecida Marques (Professora)

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Hugo Von Linsingen Piazzetta (Diretor de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. F. Blanger, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Maiquel Tesser (Diretor de Registro Acadêmico/DRA)

Elaine Lorenzon, , Marcos Franceschi, Pedro Castro (DRA)

Revisão das referências: (em andamento)

Revisão textual: Wagner Guilherme Lenhardt

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

NDE do curso de Ciências Sociais - Licenciatura, conforme designado na Portaria nº 31/PROGRAD/UFFS/2020:



Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Felipe Mattos Monteiro	Doutor	Específico
Cristiano Augusto Durat	Doutor	Específico
Fabio Pontarolo	Doutor	Específico
Fernanda Marcon	Doutora	Específico
Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	Específico

Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

A UFFS iniciou o processo para discutir sua expansão interna em 2013/2014. Naquele momento, entre diversas opções sugeridas e elencadas pela comunidade interna/externa, teve destaque o curso de Ciências Sociais. A proposta de criação do curso chegou a ser apresentada em reunião do Conselho de *Campus*. Entretanto, diante das mudanças ocorridas no cenário nacional, o processo de expansão interna da instituição foi interrompido. Mas, no final de 2017, o tema voltou à pauta, neste momento como demanda da Direção do *Campus* e, em 2018, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) para Criação do Curso de Ciências Sociais (Portaria 72/PROGRAD/UFFS/2018).

O GT formado neste momento entendeu que a partir das normas atuais do MEC (Resolução CNE/CP 2/2015), seria interessante propor dois ingressos diferenciados para formação: um em licenciatura e outro em bacharelado. Os argumentos dessa justificativa tratam do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura.

É importante ressaltar que as reivindicações em torno da criação do curso de Ciências Sociais têm origem no Movimento Pró-Universidade que buscou atuar em defesa da implantação de uma universidade federal numa região historicamente não contemplada por instituições de ensino superior público. (Relatório da I COEPE: Construindo agendas e definindo rumos, 2010). A proposta deste curso na UFFS consolida-se com sua implantação em 2010 nos *campi* de Chapecó/Santa Catarina e Erechim/Rio Grande do Sul, ficando fora dos *campi* situados no Paraná, mais precisamente os municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza. Mas, em agosto de 2013, em Audiência Pública realizada no *Campus* Laranjeiras do Sul, a demanda pelo curso surge novamente da comunidade regional, sendo o curso de licenciatura mais indicado na área de humanas. A reivindicação pela implantação do curso na região da Cantuquiriguaçu foi motivada pela constatação dos participantes quanto à falta de professores formados em Ciências Sociais para ministrarem a disciplina de Sociologia no Ensino Básico.

Quanto ao contexto do Ensino Básico na região da Cantuquiriguaçu, o conjunto de municípios que a compõem – num total de 20 municípios – é jurisdicionado por três Núcleos Regionais de Educação (NRE), a saber: NRE de Laranjeiras do Sul, NRE de Guarapuava, NRE de Cascavel e NRE de Pitanga. Além desses NREs podemos considerar que os Núcleos de Pato Branco e Dois Vizinhos, geograficamente próximos à região



de abrangência do *Campus*, seriam beneficiados com a oferta do curso. Contudo, para a elaboração da presente proposta deu-se centralidade aos dados de demandas da região (dos municípios) que estão sob a abrangência do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul (NRE), por serem os mais próximos geograficamente de onde se localiza o *Campus* da UFFS, do qual, além deste, fazem parte os municípios de Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Virmond, Marquinho, Canta Galo, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu e Quedas do Iguaçu. O NRE de Laranjeiras do Sul tem sob sua supervisão 61 escolas públicas e 2 particulares, totalizando cerca de 18 mil alunos.

Para se ter maior clareza do número de alunos do Ensino Básico na região da Cantu, toma-se como exemplo o levantamento feito pelo NRE Laranjeiras do Sul, atualizado em março de 2019, que aponta o total de alunos por modalidade nos 10 municípios da sua abrangência, apresentado da seguinte forma pelo número de matrículas:

- Educação Infantil: 323 matrículas
- Ensino Fundamental Anos Iniciais/Finais: 8.848 matrículas
- Ensino Médio: 5.169 matrículas
- Educação de Jovens e Adultos: 1.812 matrículas
- Educação Profissional: 344 matrículas
- Total de Alunos da Educação Básica: 16.496 matrículas (NRE/LS, 2019).

Entre as 61 escolas, 45 possuem o Ensino Médio. O total de matrículas em 2019 chega a 7.325 e anualmente formam em torno 2 mil alunos. Para atender a esta demanda, até agosto de 2013 não havia nos registros do NRE/Laranjeiras do Sul professores efetivos com formação em Ciências Sociais para ministrarem a disciplina de Sociologia. A formação dos professores que lecionavam Sociologia era nas áreas de Pedagogia, história, Geografia ou Filosofia. Em 2019, obteve-se a informação nos registros do NRE/Laranjeiras do Sul de que havia apenas 1 (um) professor formado na área e efetivo (concurado).

O NRE informou, também, que nos últimos 3 (três) anos, os editais da Secretaria Estadual de Educação para contratação de professores restringiram a formação aos graduados em Ciências Sociais, Sociologia ou Filosofia, descrito no item Requisito de Escolaridade:



Sociologia:

LP: Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Sociologia ou em Ciências Sociais; ou Licenciatura em Sociologia ou Ciências Sociais; ou Formação Pedagógica em Sociologia ou Ciências Sociais; ou Bacharelado em Sociologia ou Ciências Sociais; ou Licenciatura em Filosofia em cursos de graduação cursados ou iniciados até 12/06/1998 sob vigência da Portaria n.º 399/MEC, desde que conste no histórico escolar o Estágio Supervisionado em Sociologia.

LC: Não se aplica.

SL: Acadêmico de Curso de Licenciatura com habilitação em Sociologia ou Ciências Sociais com Declaração de Matrícula e Histórico Escolar com no mínimo 10%, 50% ou 75% do curso concluído. (Edital Nº 34/2018 – GS/SEED).

Conforme demonstram os dados de contratação, nota-se a crescente importância da formação de profissionais na área. É preciso reforçar o entendimento de que a disciplina de Sociologia tem sua especificidade e que um profissional formado em Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) será capaz de qualificar cientificamente os conteúdos ministrados nesta disciplina para o Ensino Básico. As Ciências Sociais constituem um conhecimento sistemático que possibilita ao estudante tanto uma formação humanística como uma formação crítica e científica sobre a sociedade. Forma professores e pesquisadores qualificados para atuação nos diferentes níveis de ensino e ou instituições de pesquisa no setor público e privado, podendo auxiliar na construção de políticas públicas e assessorias às organizações sociais.

A proposta do curso de Ciências Sociais - Licenciatura tem significativa importância porque atende às demandas fundamentais para a região nos seguintes aspectos:

Nota-se que a implementação da Sociologia na Educação Básica ainda não se efetivou de maneira completa. A lei que instituiu a Sociologia e a Filosofia no Ensino Médio é de 2008 e apenas os últimos editais para contratação de professores temporários exigiram a formação específica na área. Assim, percebe-se tanto a carência de professores com formação nas áreas de Ciências Sociais para ministrar Sociologia no Ensino Médio (público ou privado), quanto professores efetivos (concurados) atuando na área de Sociologia, como demonstram os dados a seguir:

- O NRE de Cascavel compreende 18 municípios e registra apenas 14 professores efetivos e 78 contratados por Processo Seletivo Simplificado (PSS);
- O NRE de Guarapuava abrange 8 municípios e apresenta 3 professores efetivos e 45 contratados como PSS.
- O NRE de Pato Branco compreende 15 municípios e o número atual não passa de 2 professores efetivos e 65 contratados como PSS.



- O NRE de Pitanga compreende 7 municípios, 11 professores efetivos e 21 contratados como PSS.
- O NRE de Dois Vizinhos compreende 7 municípios, 9 professores efetivos e 15 contratados como PSS.

Não há oferta de cursos presenciais em Ciências Sociais na região de abrangência do *Campus Laranjeiras do Sul*. O mais próximo era ofertado em Guarapuava pela Faculdade Guarapuava, instituição de ensino privado que em setembro de 2017 formou os ingressantes de 2014, última turma do curso. (Faculdade de Guarapuava, 2019). Na região têm sido ofertados cursos EAD de Sociologia (licenciatura e bacharelado) pela UNINTER (Centro Universitário Internacional), instituição privada, com duração de 3 (três) anos. Outra IES que oferta cursos EAD de Sociologia (licenciatura) é a Estácio de Sá, com pólos em Cascavel e Guarapuava. Observa-se que as instituições de EAD concentram sua oferta somente na área da Sociologia, e o Curso de Ciências Sociais é mais amplo. Além de Sociologia, abrange as áreas de Antropologia e Ciência Política, com possibilidades de atuação em diversas carreiras que não apenas a de magistério de nível médio. (SEED/PR, 2019).

Dificuldade deslocamento dos estudantes para municípios mais distantes de seu domicílio. Este é outro aspecto importante a ser considerado na oferta presencial do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, pois muitos estudantes enfrentam dificuldades em se deslocar de outros municípios para frequentar o curso, geralmente ofertado no período noturno, já que muitos são estudantes trabalhadores, não conseguindo conciliar estudo e trabalho. Por vezes, a distância do local de moradia exige até 2 (duas) horas de viagem para chegar à Faculdade (ou Pólo de atendimento EAD). Além dos cursos EAD serem pagos, não contam com a mesma estrutura de uma instituição pública federal, que oferece formação por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Ausência de ensino presencial de qualidade na região. A Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) visa tornar a oferta de Sociologia opcional na rede de ensino pública e privada, conforme orientam suas diretrizes sobre o que denomina de itinerários formativos: “As redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos ofertarão, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar” (MEC/BNCC, 2017). Historicamente, as disciplinas de Sociologia e Filosofia sofrem reveses na política educacional brasileira. Todos os governos autoritários retiraram ou reduziram sua oferta no Ensino Básico (nível médio). Mesmo no de-



correr do processo de democratização do país, entre os anos de 1985 e 2016, o ensino de Sociologia somente tornou-se obrigatório (CNE/CEB Processo de nº: 23001.000179/2005) em todos os anos do Ensino Médio em 2008, quando foi sancionada a Lei nº 11.684, alterando a Lei nº 9.393/96 (Lei de Diretrizes e Bases – LDB). Consequentemente, a sanção presidencial não somente tornou obrigatória a Sociologia no Ensino Médio, como também impôs desafios à consolidação da disciplina.

Nesse caso, a implantação do curso de licenciatura em Ciências Sociais na região fortalece e qualifica tanto a formação de professores para ministrar Sociologia como podem se constituir em cursos de capacitação profissional para ações práticas em outras áreas sociais, por meio de projetos de pesquisa e extensão, gestão, supervisão e planejamento escolar, entre outros. Os cursos de Ciências Sociais ofertados pela universidade pública estão assentados nos três pilares que formam profissionais de ensino superior: ensino, pesquisa e extensão, o que garante a qualidade dos profissionais que atuarão na área.

Há no *campus* corpo docente habilitado para atuar nos cursos de Ciências Sociais. Constatou-se que aproximadamente 30 docentes têm formação na área ou em áreas afins, na graduação ou pós-graduação (Mestrado/Doutorado). Convém ressaltar, que os *campi*, desde que possuam corpo docente que absorva novos cursos, podem discutir e apresentar projetos de criação de cursos de graduação.

No contexto sociopolítico da região da Cantuquiriguaçu atuam vários movimentos sociais por reforma agrária que formam a Via Campesina, rede internacional de movimentos sociais do campo constituído na Cantu pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Povos Tradicionais (quilombolas, indígenas) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além de diversas Organizações Não Governamentais (ONGs). Nesse caso, o curso de Ciências Sociais poderá formar não apenas profissionais para o magistério, mas também profissionais aptos a exercerem funções nas áreas de assessoria, consultoria, formação e planejamento em entidades públicas (prefeituras, escolas, etc.), movimentos sociais, partidos políticos, ONGs, entre outros.

O curso de licenciatura é uma das modalidades de formação do cientista social. No *campus* será ofertada também outra modalidade, formação em bacharel. Os argumentos que motivaram a criação dos cursos de Ciências Sociais levaram o GT a colocar uma questão central: deveria ser criado um curso de Licenciatura ou Bacharelado em Ciências Sociais? Se por um lado o estudo realizado em 2014 indicava a viabilidade do



curso de Licenciatura, de outro se coloca o potencial dos docentes do *campus* e o baixo número de bacharelados na área de humanas na região e no Paraná (UFPR-Curitiba; UEL-Londrina; UEM-Maringá; PUCPR-Curitiba). Desta forma, as considerações a seguir buscam explicitar alguns aspectos diante da oferta de dois cursos.

Inicialmente, foi colocado que o MEC não permite mais a criação do curso de Ciências Sociais no formato de que o estudante opte, em determinado momento entre Licenciatura e Bacharelado conforme o que determina a Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015. No entanto, as universidades mais antigas ainda mantêm a oferta do curso, podendo formar-se em uma ou outra modalidade ou nas duas – licenciatura ou bacharelado. Mas, os cursos criados a partir de 2015 não mais poderão formar em duas modalidades porque o MEC entende que tratam-se de cursos distintos. Algumas experiências como da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que estruturou a grade curricular dos cursos de licenciatura no modelo ABI (Área Básica de Ingresso) terão que rever este formato curricular:

Área Básica de Ingresso ABI - Refere-se ao agrupamento de dois ou mais cursos que compartilham um conjunto básico de disciplinas (denominado de "ciclo básico" por algumas IES) e possibilitam ao estudante a escolha entre os cursos vinculados para conclusão da formação acadêmica. ABI é comum nas Universidades Federais, em especial, para permitir entrada única entre cursos de bacharelado e licenciaturas (História, Letras, Física, Geografia, Filosofia etc.).

Com base nesses argumentos, O GT de Ciências Sociais propôs a criação de 2 (dois) cursos de Ciências Sociais, 1 (um) de Licenciatura e 1 (um) de Bacharelado. Buscando reduzir a necessidade docente num primeiro momento, tornou-se possível ofertar os quatro primeiros semestres em comum para ambos os cursos. Este formato otimiza o corpo docente nos dois primeiros anos, pois os mesmos componentes curriculares são ofertados para ambas formações – licenciatura e bacharelado. Para efeito de melhor entendimento, este período foi denominado de “Base Comum”. A oferta de vagas é anual e para cada modalidade formativa são 30 (trinta) vagas, possibilitando o ingresso de 60 (sessenta) alunos. A soma dos alunos ingressantes nos dois cursos, um total de 60 (sessenta) alunos por ano, é fator que contribuirá na redução do índice de evasão e fortalecerá o equilíbrio do índice aluno-equivalente no *campus*, quesito exigido pela Matriz AN-DIFES, da qual a UFFS fará parte a partir de 2020. O número de alunos ingressantes possibilitará aumentar a relação aluno-professor, atendendo a exigências do MEC, que atualmente indica 18 alunos/professor.



O Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura formará professores que atuem no âmbito da Educação Básica pública, porém não apenas no ensino. Em consonância com as Diretrizes curriculares e para a formação inicial e continuada de professores (Resolução CNE/CP 02/2015) e a Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução 02/2017-CONSUNI/CGAE) que ampliaram a concepção de docência, a formação de professores de sociologia vai para além do ensino, envolve também a gestão escolar, a coordenação pedagógica e a produção e difusão do conhecimento. Esta formação permite fortalecer a atuação desses profissionais em outras atividades como áreas legislativas e de planejamento em órgãos governamentais, bem como empresas e movimentos sociais.

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, *Campus Laranjeiras do Sul*, além do cumprimento da carga horária dos componentes curriculares estritamente de âmbito sociológico, antropológico e da ciência política ministradas no Domínio Específico do Curso, prevê a realização de estágios de docência e a oferta de componentes curriculares do Domínio conexo para as licenciaturas do *campus* (Resolução 03/2019-CONSUNI/CGAE), que visam preparar os discentes para o exercício do magistério, além de componentes curriculares do Domínio Comum, possibilitando ao egresso uma atuação qualificada na sociedade.

Dessa forma, o Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura está voltado para suprir uma necessidade do âmbito educacional, além de pautar o aprimoramento e o desenvolvimento cultural da região de abrangência da UFFS, formando indivíduos capazes de refletir sobre suas práticas, fundamentados no pensamento histórico-antropológico crítico acerca de questões e problemas que se apresentam à sociedade contemporânea.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Didático-pedagógicos)

5.1 Referenciais ético-políticos

Os princípios ético-políticos serão orientadores das ações em nível institucional acadêmico, seja no ensino, na pesquisa, na extensão ou na própria gestão. Espera-se que o alcance destes princípios pelos estudantes se ampliem para além da atuação universitária e profissional, contribuindo assim para a incorporação de uma conduta ética pluralista, crítica e reflexiva. Da mesma forma, buscar-se-á oferecer aos estudantes ferramentas básicas e avançadas que visem gerar conhecimento sobre a complexidade das estruturas sociais, e desse modo, dar condições para a realização de iniciativas que tenham como objetivo superar as discriminações e opressões constitutivas da vida em sociedade. Nesse sentido, nasce um dos mais importantes princípios, que é justamente o aspecto ético e político. Neste ponto, parte-se do princípio de que a construção, a produção e a socialização dos conhecimentos científicos e culturais devem ser garantidas a todos, uma vez que se caracterizam como bens universais pertencentes à humanidade.

Portanto, entende-se que o compromisso ético-político do curso com a formação de novos professores precisa partir concretamente da base material mencionada acima. De acordo com Karl Marx, ‘a Ciência só pode¹ desempenhar o seu genuíno papel na República do Trabalho’. Deste modo, processos e mediações deverão compor esse processo de travessia e de garantia das condições objetivo-materiais para essa situação real. O processo de Formação Humana deve combinar/interseccionar a reflexão-ação ético-política à luz de fundamentos ontológicos e epistemológicos, que além de problematizarem e instruírem a posição do pesquisador/professor/formando face ao objeto de estudo (o social), possa também unir a cientificidade do conhecimento com os processos coletivos de transformação da realidade social, bem como, avaliar a relação que existe entre, conhecimentos e interesses na produção das diferentes explicações e das ações objetivo-materiais do Ser Social formado.

¹ Por entender que a Ontologia do Ser Social se constitui nas relações objetivo-materiais de produção e reprodução da existência [social] e não dada por princípios e elementos metafísicos. Neste sentido, a materialidade social é o grande escopo da realização desse processo e das diferentes dimensões que compõe humano em seu sentido universal e omnilateral. A concepção materialista tem sua origem primeira na compreensão mesma da materialidade corpórea, que nos constitui como Seres Humanos ao ir combinando, nos processos do devir histórico, os elementos orgânicos [naturais] e sociais.



A produção do conhecimento e dos processos de pesquisa em uma sociedade cindida em classes constitui-se numa prática social fundamental que se realiza dentro das relações sociais e a partir das contradições objetivas que expressam interesses antagônicos, em que a produção da ciência e da pesquisa, o arcabouço explicativo (inscrito na dinamicidade do real/social), os valores e símbolos buscam, de um lado, afirmar e reproduzir a hegemônica organização social, apresentando-a como natural e ‘eterna’, imutável e, por outro, ocultando as determinações que evidenciam a sua natureza histórica.

A tarefa histórica das ciências sociais (das humanidades em geral) deve e passa a ser, a de desvelar, a visão de mundo, a concepção de método e de ciência construídos através das formas de reprodução da sociedade capitalista. É colocar em marcha a tarefa da ciência a serviço da história humana com base real e não metafísica e, portanto, evidenciar que os Seres Humanos/Sociais não são definidos por uma ‘pretensa natureza eterna’ que os torna iguais abstratamente sem levar em conta que no decorrer da história a humanidade com suas relações sociais se desenvolveu sob o domínio e a exploração de uma minoria sobre a maioria da sociedade. Construindo um entendimento, analogamente a partir de Marx, a tarefa das Ciências Sociais e da Filosofia, por exemplo, é demonstrar que não há limites para o desenvolvimento do humano e do social, a não ser os limites construídos e impostos pelos próprios homens.² De acordo com Lukács [2013, p. 302]:

[...] tornou-se visível um dos polos do desenvolvimento social, o próprio homem, no contexto de seu crescimento rumo ao seu próprio ser-para-si e à generidade consciente. A análise das forças ontologicamente determinantes desse crescimento mostra que são sempre resultantes das interações entre as respectivas formações sociais e as possibilidades e necessidades de ação dos próprios homens que se realizam concretamente dentro do campo de ação oferecido pela formação e das possibilidades e tarefas que esta lhe impõe.

Deste modo, compreende-se que não há uma essência que define o Ser Humano fora da história construída por ele mesmo. É nesta concepção que assentamos os referenciais ético-políticos do presente Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura, tendo em vista que se inscreve no interior de relações de totalidade fundamentais do momento da história, mas que se materializam e têm incidência na particularidade, no local. De posse desse entendimento, subscreve-se que, além da compreensão desse processo, a intencionalidade de contribuir para a transformação e superação do modus

² Refere-se à necessidade histórica de desmascarar os processos e relações que efetivam a autoalienação humana, tanto em suas formas sagradas, quanto nas suas formas não-sagradas, portanto, sociais.



operandi do modo de produção capitalista, deve desde já apontar e contribuir com os elementos potenciais dos germes do novo modo de reprodução social. Como destaca Gaudêncio Frigotto (2014, p. 58; 59).

A crítica assume efetivo papel histórico quando se constitui em mediação para a travessia para as novas formas de relações sociais. Desde o início, então, a construção crítica de análise da realidade social engendra uma dimensão ético-política.

Esta tarefa, como assinalou-se, não é apenas teórica, mas ético-política, por ser este o instrumental que nos permite a crítica mais radical ao capital mundializado e, ao mesmo tempo, em nosso entendimento, uma das alternativas históricas capazes de evitar a ampliação da barbárie e de instaurar uma sociabilidade humana efetivamente solidária.

O interesse específico no reconhecimento da importância estratégica e no fortalecimento das Ciências Sociais como domínio autônomo do saber (científico), pressupõe a consciente atitude dos seus profissionais quanto aos objetivos de suas investigações e atuações, tendo em vista que devem ser vistas como a concretização daquela responsabilidade pelo mundo, pelas transformações sociais e pelos outros, que todos nós devemos enquanto seres sociais. Conhecer e pensar o social é sempre intervir nele e dentro desse contexto de relações, de atuação e práxis, da esfera humana e desta com a natureza, a necessidade de definir uma ética impõe-se, antes de tudo, pela necessidade de compreender os princípios e elementos fundamentais da relação entre cientista e o social e fundamentalmente das razões que o fazem investigar e agir.

O conhecimento que interessa à classe que vive do trabalho é aquele que ajuda a revelar as formas preponderantes de dominação e alienação. Neste sentido, este conhecimento construído nos processos formativos ao longo do curso, deve constituir-se em guia de práxis transformadora dessas estruturas sociais, as quais produzem e reproduzem os processos de exploração e alienação. Quando no processo de construção do conhecimento se compreende e se expõe a historicidade do real com suas determinações que o constituem em suas diferentes dimensões – político, social, econômico, cultural, etc., este conhecimento se transforma em força material transformadora.

Como tratou-se dos referenciais Ético-políticos, além desses aspectos destaca-se a importância do Curso de Ciências Sociais frente ao momento histórico em que o Brasil está passando e a incidência desse processo sobre a Universidade Pública e, por consequência sobre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.



De um lado, ve-se na atualidade que políticas públicas de maneira geral, e fundamentalmente as relacionadas à educação e, por consequência da Universidade Pública no Brasil, enfrentam um de seus momentos mais críticos. Por outro, tem ganhado força nestes últimos anos iniciativas para o fortalecimento de uma obscura concepção anti-intelectual em que, a partir do seio da sociedade política dirigente, a multidimensionalidade da vida social é reduzida a palavras e frases de efeitos, quase sempre sem base científica. Além disso, atuações no âmbito estatal, visam, sobretudo, por meio do arcabouço jurídico implementar princípios indutores que atacam a liberdade, tanto de expressão, como de cátedra. Aliás, instituições e pesquisas sérias sofrem sistemáticas ‘destruções discursivas’, deboches dentre tantas outras atitudes de gosto, definitivamente inomináveis, de parte da representação política e de poder estatal. Os programas, projetos e políticas anunciadas – e alguns/algumas já implementadas – no mundo da educação e em diversas áreas, expõe situações objetivo-concretas para as instituições de Ensino Superior públicas que as conduzem à sua crise sistêmica e, porque não dizer, às reais potencialidades de desaparecimento. Ou seja, agentes públicos têm colocado em curso defesas e perspectivas que levam a uma descredibilização da Educação Superior pública, mesmo que saibamos que são várias as Universidades Públicas brasileiras que ocupam lugares importantes na produção de pesquisa e da ciência no mundo.

Quando a Universidade Pública é atingida em sua autonomia, quando esta sofre cortes nos orçamentos e em áreas estratégicas indispensáveis ao desenvolvimento da sociedade em suas diferentes dimensões, [nomeadamente no âmbito da Universidade], o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-graduação, é a própria sociedade que é atacada e sofre, ficando estagnada, desqualificada, sem futuro e sem solução para diversos problemas econômico-sociais. É a expressão em seu mais alto grau da objetivação da dependência e, por consequência, do aumento de áreas geográficas, econômicas e sociais cada vez mais subdesenvolvidas.

É nesse contexto de desvalorização e desmonte que áreas como as Ciências Sociais, Filosofia, História, as Artes e as Letras, entre outras, que as chamadas humanidades são frontalmente e primeiramente mais atingidas, fragilizadas e desqualificadas por discursos originados do meio político e dos representantes do Estado que aí estão.

Contudo, é primeiramente e fundamentalmente nas humanidades que se constroem as bases da formação crítica, da formação humanística, da cidadania compromissada com o bem comum, da práxis consciente e das defesas das liberdades. Por meio das instituições de Ensino Superior cujas propostas pedagógicas e de Formação Humana, são



crítico-humanistas e se preocupam com a transformação social, se oferece a milhões de brasileiros e brasileiras as oportunidades de formação profissional, omnilateral e desenvolvimento de pesquisas compromissadas com a multidimensionalidade do ser humano e do social, bem como com a capacidade de pensar com rigor os processos sociais com suas contradições e potencialidades e, portanto, com o mesmo rigor a capacidade de agir e de transformá-los na direção de um ‘devir’ histórico interessado à classe que vive do trabalho.

As Ciências Sociais tornaram-se o arcabouço analítico e o lócus do argumento de autoridade quando se trata de se pensar as necessárias e novas ordens sociais. Neste sentido, há uma centralidade de elementos de reflexão ética, por indicar no processo de sua profissionalização crescente, não apenas regular e dominarem suas técnicas de pesquisa social mas, fundamentalmente de inscrever no processo formativo os elementos subsidiários e substanciais, que dão as condições de refletirem sobre os objetivos e propósitos da atividade enquanto cientista social.

É considerando esses elementos que os referenciais ético-políticos do presente curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura indicam para essa direção e para o entendimento de que o conhecimento nos diversos tempos e espaços formativos implementados, devem potencializar a combinação entre teoria e prática, visto que o conhecimento que se constitui em força material gesta-se na práxis.

5.2 Referenciais Epistemológicos

Além de uma formação ampla que situe o acadêmico no contexto vivido e ofereça bases para a transformação do seu entorno, o Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura também procurará fornecer elementos importantes relacionados aos fundamentos teóricos e empíricos que estão nas raízes históricas das Ciências Sociais e se desenvolveram ao longo do tempo. Portanto, propõe-se que os acadêmicos tenham uma formação ampla no que diz respeito às principais categorias teórico-analíticas do campo da sociologia, antropologia e ciência política, bem como, tenham a possibilidade de conhecer ferramentas metodológicas que possibilitem a produção de conhecimento avançado na área, contribuindo para uma atividade docente qualificada. O processo formativo inscreve-se na intencionalidade instigada pela perspectiva do imbricamento e da



relação entre produção e reprodução da existência com a produção da ciência e, portanto, do pensamento social. De acordo com Andery et al (2004, p. 11; 12)³:

O processo de produção da existência humana é um processo social; o ser humano não vive isoladamente, ao contrário, depende de outros para sobreviver. Há interdependência dos seres humanos em todas as formas da atividade humana; quaisquer que sejam suas necessidades – da produção de bens à elaboração de conhecimentos, costumes, valores... –, elas são criadas, atendidas e transformadas a partir da organização e do estabelecimento de relações entre os homens.

[...].

As ideias, como um dos produtos da existência humana, sofrem as mesmas determinações históricas. As ideias são a expressão das relações e atividades reais do homem, estabelecidas no processo de produção da sua existência. Elas são a representação daquilo que o homem faz, da sua maneira de viver, da forma como se relaciona com outros homens, do mundo que o circunda e das suas próprias necessidades.

O curso desenvolverá temáticas que estão atreladas aos princípios referenciais da universidade considerando suas especificidades regionais. Tal perspectiva contribui para a construção de um curso de graduação diretamente envolvido à realidade local. Embora exista uma preocupação clara em contextualizar a formação dos acadêmicos no debate global, as especificidades referentes à inserção da universidade em um ambiente distinto de outras instituições de ensino superior serão levadas em conta. Em resumo, propõe-se construir um arcabouço epistemológico que vise capacitar o futuro professor a lidar com aspectos originários de suas realidades. Por isso, categorias científicas tradicionais serão problematizadas de modo comparativo às novas descobertas advindas do mundo não ocidental.

No entanto, entende-se que os estudantes também precisam obter uma formação universal no sentido de conhecer e problematizar o que o mundo acadêmico historicamente visualizou como problemas teóricos e metodológicos importantes. Assim, além de tomar como ponto de partida o debate local, o curso também privilegiará uma formação ampla que tenha como objetivo conhecer as principais categorias analíticas existentes nos campos da antropologia, ciência política e sociologia, bem como, de outras ciências sociais, a história, a economia, a geografia e a própria filosofia. Seja com relação ao conhecimento da literatura clássica e das principais escolas teóricas e empíricas, seja com relação ao desenvolvimento das abordagens correlacionadas aos contextos políticos e sociais, o curso desenvolverá fundamentos epistemológicos situados em categorias

3 ANDERY, Maria Amália; et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica – introdução**. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2004.



tradicionalmente constituídas no campo científico, porém, problematizadas em conjunto com a produção regional e local.

O curso, também, buscará promover uma formação metodológica que garanta aos acadêmicos tornarem-se autônomos na produção de conhecimento.

Assim, ferramentas metodológicas, tanto de ordem qualitativa quanto quantitativa, serão extensivamente trabalhadas durante a formação. Espera-se que os estudantes dominem instrumentos de coleta, análise e interpretação de dados e que tal qualificação sintetize pesquisa e docência em um campo comum. Cabe destacar que os princípios epistemológicos e metodológicos também visarão uma formação profissional, científica e voltada para o entendimento das questões e elementos fundamentais que dizem respeito à sociedade.

Cabe salientar, ainda, que no quesito da educação não formal, esta proposta pedagógica do curso valoriza as diferentes práticas educativas. É por meio das práticas e da educação não formal que se constituem relações contra-hegemônicas ao sistema vigente da sociedade. Isso reforça a necessidade de os pressupostos epistemológicos irem para além dos espaços escolarizados formais. Ao analisar a etimologia da palavra, percebe-se que em torno da educação não formal não há um consenso sobre qual termo utilizar ou qual melhor define a prática educativa em questão. O que existe, de acordo com Maria da Glória Gohn (2010)⁴ é uma profusão dos termos – educação não escolarizada; educação social; educação sociocomunitária; educação popular – que demonstram as potencialidades de inter-relações que essas experiências práticas possuem na sociedade.

O termo educação não formal surge com força no Brasil desde a última década do século 20, tendo em vista as diversas transformações da sociedade, destacando-se principalmente o fenômeno da globalização, que modificou mudanças de valores e práticas sociais. Pode-se dizer, contudo, que a educação não formal ainda é invisível aos olhos da mídia e de outros organismos educacionais que apoiam-se em uma visão de senso comum que somente valoriza processos escolarizáveis. Por isso, a emergência da retomada e da afirmação desse conceito na proposta pedagógica do curso.

A educação não formal, nesse viés, apoia-se em uma hermenêutica nos marcos da teoria social crítica, onde as suas práticas se desenvolvem para além dos muros escolares, nos movimentos e organizações sociais, nas lutas identitárias, contra

⁴ GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.



processos de desigualdade e exclusão. Ecoam vozes de sujeitos inseridos num processo de práxis educativa, partindo-se de uma realidade a ser transformada.

O agente principal da ação educativa é o “outro”, com quem se irá interagir, sem relações hierarquizadas, num processo de alteridade e de diálogo onde o conhecimento está em constante construção e reconstrução. É por intermédio do “outro” que eu me constituo como sujeito, num constante fazer-se e refazer-se num propósito de compreender a realidade com fins de transformá-la, produzindo novas práticas humanizadoras.

Sendo assim, a educação não formal além de situar-se no campo da Pedagogia Social ou dos Movimentos Sociais também traz o desafio de ir além das áreas de conhecimento, aprofundando, desse modo, a perspectiva interdisciplinar da formação humana e profissional tão relevante para as Ciências Sociais.

A humanidade na incessante busca de dar respostas e satisfazer suas históricas e múltiplas necessidades de natureza biológica, intelectual, afetiva, estética, cultural, tecnológica, constitui as mais diversas formas de relações sociais. Desse modo, a produção das diferentes formas e áreas de conhecimento e a sua socialização deve ser objetivamente tensionado com as condições sociais e de reprodução da existência.

Epistemologicamente, portanto, esta proposta pedagógica de curso considera como base a compreensão da categoria totalidade concreta imbricada pelas contradições objetivo-materiais, onde se tecem as relações sociais. Como nos adverte KOSIK (1969, p. 34)⁵:

Na filosofia materialista a categoria da totalidade concreta é sobretudo e em primeiro lugar a resposta à pergunta: *que é a realidade?* E só em segundo lugar, e em consequência da solução materialista à primeira questão, ela é e pode ser um princípio epistemológico e uma exigência metodológica.

Nesse sentido, ensinar, investigar construir conhecimento científico-social, dentro da concepção da totalidade concreta significa buscar explicitar as relações imbricadas e as interconexões de um objeto ou fenômeno social de pesquisa delimitado, bem como, apreender e reconstituir analiticamente as múltiplas determinações e mediações históricas que o constitui. Portanto, a historicidade dos fatos sociais consiste fundamentalmente na explicitação da multiplicidade de determinações fundamentais e secundárias que os produzem. Como destaca Ramos (2005, p. 114)⁶:

5 KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

6 RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In.: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. [orgs]. **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. São Paulo:



[...] a totalidade concreta é uma totalidade, síntese de múltiplas relações. Totalidade significa um todo estruturado e dialético, do qual ou no qual um fato ou conjunto de fatos pode ser racionalmente compreendido pela determinação das relações que os constituem [Kosik, 1978].

Demarca-se, portanto, estes princípios epistemológicos como base para a formação dos professores e professoras em Ciências Sociais, sem deixar de lado outras preocupações analíticas inerentes às demandas oriundas das transformações sociais e de pensamento pedagógico.

Desse modo, além destes aspectos, nos últimos tempos, tem sido comum afirmações e defesas que colocam em questão a eficácia das instituições educacionais face às mudanças técnicas, tecnológicas de gestão e relacionais do processo de produção flexível. Dessa compreensão resulta a consideração de que os sujeitos sociais e trabalhadores do ‘tempo’ taylorista-fordista não dão conta e não correspondem mais às novas exigências e necessidades da sociedade. Neste sentido, e em consonância com esse movimento e entendimento, nascem as proposições para os processos formativos, da abordagem da interdisciplinaridade, da multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade, que buscam opor-se ao conhecimento disciplinar da chamada escola tradicional, bem como, incorporar processos formativos multidimensionais.

A presente proposta de formação humana e profissional nas Ciências Sociais busca também corresponder aos desafios da relação teoria e prática na atuação no mundo do trabalho. Neste sentido, a interdisciplinaridade⁷, a multidisciplinaridade⁸ e a

Cortez, 2005; [p. 106 – 127].

7 Busca compreender a realidade concreta e social em sua totalidade concreta e multidimensional. Implica na articulação e superação da fragmentação do conhecimento, bem como, busca articular no arcabouço analítico de uma determinada realidade, as diferentes áreas de conhecimento e formas teóricas. É também uma estratégia [ou forma] metodológica que consiste em articular conhecimentos, teorias, fórmulas e instrumentos específicos de diferentes áreas do Conhecimento numa relação imbricada e como potencialidade para compreender a totalidade e a multidimensionalidade do objeto/fenômeno de estudo.

8 Quando um objeto de estudo ou fenômeno [científico-social] é analisado, examinado, estudado por diferentes disciplinas do entendimento humano, sem, contudo, tecer relações entre elas. Ou seja, é uma forma de abordagem que reúne diferentes especialistas, onde cada um emite seu ponto de vista unicamente construído a partir de seu arcabouço analítico e saber especializado. Neste sentido, a multidisciplinaridade ocorre quando, para solucionar um problema, ou compreender um objeto, torna-se imprescindível obter informações, chaves de leitura, diagnósticos, dados específicos, de duas ou mais ciências ou campos do conhecimento. É um ato interpretativo ou ponto de visão unilateral sobre o problema. Em linhas gerais, expressa a estrutura curricular por Componentes Curriculares que caminham independentemente, mas, objetivam fins comuns ao considerar a totalidade da matriz curricular, bem como, em alguns momentos,



transdisciplinaridade⁹ necessariamente comporão estes fundamentos epistemológicos e didáticos pedagógicos.

A estrutura curricular, bem como a organização dos tempos formativos, do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura, estão organizadas e pensadas em uma perspectiva de potencializar os elementos que buscam a formação integral dos sujeitos sociais. Deste modo, destaca-se que em relação a estes três elementos trazidos anteriormente, ganha centralidade a tentativa de incorporar os processos pedagógicos e metodológicos fundamentais que garantam a formação interdisciplinar [a interdisciplinaridade como uma invocação necessária dessa concepção de totalidade concreta], sem, contudo, nas especificidades e nas necessidades, também levar em consideração a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

Essa forma organizativa visa alcançar uma maior articulação entre os conhecimentos [específicos] na perspectiva de promover a ‘interdisciplinaridade’ e a integração de conhecimentos teórico-práticos no decorrer do percurso formativo do curso. Como destaca Frigotto (2008, p. 43)¹⁰:

O caráter necessário do trabalho interdisciplinar na produção e na socialização do conhecimento no campo das ciências sociais e no campo educativo que se desenvolve no seu bojo, não decorre de uma arbitrariedade racional e abstrata. Decorre da própria forma do homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social (FRIGOTTO, 2008, p. 43).

Epistemologicamente, portanto, a concepção do processo formativo tem em si um princípio básico que é a integração das dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia na vida acadêmica. É, portanto, um princípio, filosófico e epistemológico da integração e que corresponde à relação entre a projeção e a prática no processo de formação humana, e de se fazer integrar aos conteúdos e ao currículo vivenciado nas atividades acadêmicas, essas dimensões da vida social¹¹.

Importa perceber que a interdisciplinaridade não se define desta ou daquela trata de temáticas, objetos conteúdos, presentes em ementas diferentes, tendo a centralidade a sua visão e campo do conhecimento.

9 A criação do conceito é atribuída a Jean Piaget no início da década de 1970, e visa a articulação das ‘partes’ para a constituição e compreensão do todo. Propõe um diálogo e interação entre os campos do saber e a possibilidade de construção de uma visão mais plural, holística e contextualizada acerca dos fenômenos. É uma das bases do chamado conhecimento e pensamento complexo.

10 FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. **Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste** – Campus de Foz do Iguaçu. Volume 10, nº 01, [p. 41 – 62], 1º Semestre/2008.



forma, mas o *princípio* [indutor] é basicamente mesmo: trata-se de estabelecer uma postura diferente em face do problema do conhecimento. A atitude e a prática interdisciplinar não visam a extinção do processo formativo e do ensino pautado em Componentes Curriculares, mas, fundamentalmente, à criação de condições em que o ato de ensinar e de aprender seja feito por meio da relação de diferentes conhecimentos, instrumentais analíticos e esteja relacionado aos problemas da sociedade.

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, uma e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável (FRIGOTTO, 2008, p. 43 – 44).

Deste modo, através da interdisciplinaridade, da multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade, é a busca da substituição e de superação de uma concepção fragmentária por uma concepção unitária do ser humano, dos objetos de estudo, bem como das condições objetivas, pedagógicas, metodológicas, para uma nova educação, formação humana e profissional.

Nesse sentido, o Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura procura orientar uma formação acadêmica que vise desenvolver uma articulação processual e permanente entre ensino, pesquisa e extensão, que permita ao estudante entender o próprio processo de ensino-aprendizagem, no qual ele estará envolvido quando estiver em sala de aula, como algo indissociável da pesquisa e da extensão universitária, que poderá envolver atividades acadêmicas ou extra-acadêmicas. Este elemento será facilitado justamente pelo fato de que os acadêmicos poderão estabelecer trocas importantes com os estudantes do curso de Ciências Sociais - Bacharelado, pois, durante os primeiros dois anos realizarão componentes curriculares em comum. Trata-se de uma experiência que permitirá aos dois públicos promoverem trocas substantivas, superando uma visão por vezes limitadora entre “professor” e o “pesquisador”.

¹¹ De acordo com Frigotto (2008, p. 43) “Na medida em que o conjunto das ciências sociais e humanas (para reiterar uma redundância) tem como objeto de conhecimento a compreensão e explicitação da produção da existência social dos homens, não há razões de ordem ontológica e epistemológica para cindir autonomamente esta ou aquela prática social” (FRIGOTTO, 2008, p. 43).



Por fim, atendendo às peculiaridades de cada contexto social, o curso procura desenvolver, também, competências e habilidades gerais (domínio da bibliografia teórica e metodológica básica; autonomia intelectual; capacidade analítica; competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social; compromisso social; competência na utilização da informática) e específicas para licenciatura (domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem na educação básica; domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino).

5.3 Referenciais Didático-pedagógicos

A educação é um fenômeno social inserido em esferas e relações mais amplas que dizem respeito à organização da sociedade de maneira geral. Neste sentido, a formação acadêmica na área de Ciências Sociais deve acontecer em diferentes tempos e espaços formativos, bem como, deve desenvolver procedimentos metodológicos e didáticos pedagógicos que garantam essa intencionalidade implícita. Estes elementos devem possibilitar o processo de construção de conhecimento integrado com ações práticas. Ou seja, há que garantir didático e pedagogicamente as condições para que os acadêmicos e acadêmicas do curso possam aplicar os conteúdos, as reflexões teóricas, as pesquisas, bem como vivenciar os valores instituídos nesse processo de Formação Humana.

Em relação à construção do conhecimento, deve-se ter clareza de que é impossível a compreensão da realidade apenas no plano da abstração, das doutrinas teóricas, ou seja, no plano puramente lógico, que embora sejam fundamentais, necessitam de outros elementos.

Os processos formativos precisam proporcionar aos acadêmicos e acadêmicas as condições metodológicas e didático-científicas para que possam relacionar teoria e prática, com vistas a encontrar as alternativas e soluções aos fenômenos e problemas sociais estudados. Procedimentos didáticos e pedagógicos que garantam e potencializem um processo formativo que imputa a necessidade do diálogo, da intervenção com/na materialidade social regional, inscrevem-se como fundamentais. O processo didático ‘vivido’ no tempo de formação (pelos sujeitos educativos, professores e acadêmicos), ao considerarmos os princípios/referenciais ético-políticos e epistemológicos, incorpora a necessidade de uma organicidade didático-pedagógica que potencializa os processos de



construção, tanto do conhecimento, quanto das metodologias que possam ser utilizadas, sempre com a direta e vinculada relação entre o conteúdo acadêmico e a realidade. Entende-se, portanto, que a materialidade deve ser compreendida à luz da teoria, e esta, ganha força material explicativa a partir do seu tensionamento nas investigações da realidade e dos objetos de pesquisa e estudo presentes no currículo ou nas demandas sociais.

O conhecimento nas áreas das Ciências Sociais não é, de maneira alguma, apenas de natureza lógica. De acordo com Lukács (2015, p. 82 – 83):

O conhecimento das mediações, em particular das formas de mediação reais pelas quais são produzidas as formas de manifestação imediatas da sociedade, pressupõe um posicionamento crítico/prático, crítico/dialético, em relação à realidade social: o ponto de vista crítico/prático do proletariado revolucionário. A classe burguesa, até mesmo quando se trata de seus representantes científicos mais significativos, é obrigada a deter-se na imediatez de suas formas sociais e, por essa razão, não é capaz de conhecer dialeticamente uma sociedade em sua totalidade e em seu devir, ou seja, ao mesmo tempo, teóricos e históricos.

Deste modo, o Curso de Ciências Sociais em sua materialização e materialidade didático-pedagógico deve oportunizar e dar as condições aos acadêmicos e acadêmicas os meios teóricos e metodológicos para que possam desenvolver as suas capacidades intelectuais que possam dominar, como afirma Libâneo (2006, p. 71), “[...] métodos de estudo e de trabalho intelectual visando sua autonomia no processo de aprendizagem e independência de pensamento”. Ou seja, é a intencionalidade do curso de graduação em suas relações didático-pedagógicas, ser a potencialidade em garantir que o sujeito que produz o conhecimento interaja com o objeto de estudo em um tempo e espaço determinados, resultantes de múltiplas determinações e das múltiplas dimensões da temporalidade social e, por estas razões, torne-se propício para a articulação teoria-prática nos tempos e espaços formativos.

Uma das intencionalidades específicas do curso na construção das relações didático-pedagógicas é a educação não formal. Esta, por sua vez, possibilita ao sujeito a aproximação com a práxis educativa, num movimento constante entre prática-teoria-prática. Partindo da premissa que a educação não formal se constitui a partir de práticas sociais e culturais que modificam saberes e transformam contextos sociais, essa perspectiva traz à tona a curiosidade epistêmica e a atitude problematizadora.

Partindo desse pressuposto, os aspectos que reforçam essas múltiplas dimensões estão especialmente amparados na Educação Social e na Educação Popular. Ambas, apesar de compreensões de diferentes práticas, apresentam similitudes entre as categorias e são orientadas por princípios muito semelhantes. Tanto a Educação Social



como a Educação Popular têm como propósitos valorizar as práticas socioeducativas que enalteçam as experiências de educação integral dos sujeitos e suas experiências de vida. O contexto didático e pedagógico, por sua vez, vai ao encontro da educação como um conceito amplo, em contraponto ao pensamento cartesiano de fragmentação do conhecimento. Aliado a isso, é importante destacar a educação não formal como uma ferramenta que modifica saberes, culturas, identidades e é fundamental no processo de formação e construção da cidadania.

O próprio processo de construção de um PPC de Curso e sua matriz curricular é uma práxis, tendo em vista que é uma atividade teórico-prática que apresenta uma ideiação, uma intencionalidade, uma face ideal (teórica) e uma face material (prática) que é a expressão do como se materializará o currículo ajustado, obviamente, a objetivos que intencionam os processos formativos, o ser social a ser formado e a transformação social a ser realizada. De acordo com Sacristán (2000, p. 131)¹²:

[...] a dimensão prática do currículo nos ajuda a entendê-lo como um processo historicamente situado, resultante de uma série de influências convergentes e sucessivas, coerentes ou contraditórias, geradoras de uma ação pedagógica que integra a teoria e a prática, com certo grau de flexibilidade, enquanto campo legitimado de intervenção dos professores.

Os elementos teóricos, metodológicos, didático-pedagógicos, devem garantir que os acadêmicos possam ser capazes de situarem-se no contexto concreto para analisar o desconhecido, para apreender o movimento do real-social, recolher as informações, sistematizar, etc., fundamentalmente aquele conhecimento que não esteja dado, haja vista, que parte-se da compreensão de que por força material o conhecimento se origina, por vezes, fora do arcabouço analítico já sistematizado. Ou seja, tem origem insólita e não necessariamente no conhecimento abstratamente acumulado.

Considerando estes fundamentos, os referenciais didático-pedagógicos demonstram que as condições metodológicas dos processos formativos devem permitir e garantir a passagem da visão do objeto empírico [na aparência], singular, à luz de conceitos universais/gerais que constituem o arcabouço analítico e de comunicação do entendimento do campo das Ciências Sociais em todas as suas condições analíticas/explicativas, categorias e conceitos com o que se pensa.

Uma das formas de consolidar esses aspectos na prática dos estudantes do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura se relaciona diretamente com o modo que os currículos de graduação da UFFS são constituídos. A formação tem como base

¹² SACRISTÁN, J. G. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.



três eixos formativos, isto é, um conjunto de componentes curriculares que compõem o domínio comum, o domínio conexo e o domínio específico. Enquanto o domínio comum busca proporcionar uma formação crítico-social, o Domínio Conexo coloca-se entre as áreas de conhecimento, visando a articulação interdisciplinar entre diferentes cursos, e o Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Desse modo, os domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Por fim, sintetiza-se a seguir, os princípios metodológicos que darão as bases para a formação no Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura :

- 1) Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social;
- 2) Consolidar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística;
- 3) Garantir a problematização das categorias tradicionais do campo nas Ciências Sociais, considerando os avanços obtidos pelas regiões situadas fora do eixo dos países desenvolvidos e relacionar esses aspectos com as demandas originadas do espaço em que a universidade está posicionada;
- 4) Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre os componentes curriculares, as linhas e grupos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão;
- 5) Estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso;
- 6) Promover atividades que avancem para além das práticas curriculares, como a elaboração de projetos de extensão, de pesquisa e atividades voltadas para a qualificação da prática docente.

Considerando o escopo explicativo dos referenciais didático-pedagógicos, vê-se que a relação teoria e prática ganha centralidade. Do ponto de vista epistemológico, essa relação está bem delineada e demarcada em seus princípios teórico-metodológicos. Neste sentido, vale destacar que no momento de colocar esse currículo [essa matriz curricular] em ação, a relação forma conteúdo deve ficar clara. Neste sentido, os elementos da integração e práxis curricular ganharam lugares gerais e específicos no processo de implementação da formação proposta. A relação entre teoria e prática será



potencializada em diferentes tempos e espaços formativos¹³, como por exemplo: 1- em atividades específicas no interior dos Componentes Curriculares onde algum elemento teórico que compõem a ementa o assim exija; 2- nas Práticas Curriculares como Componente Curricular [PCCRs]; 3- na Curricularização da Extensão de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018; 4- na articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; 5- na articulação entre o conteúdo estudado com as atividades realizadas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência [PIBID] e Residência Pedagógica [RP], quando for o caso; 6- em atividades extensionistas; 7- em projetos desenvolvidos pelo curso em diferentes temáticas e tempos e espaços educativos; 8- entre outras possibilidades¹⁴.

Em linhas gerais, essa relação entre teoria e prática é a forma como o curso garantirá a sua inserção na materialidade social, tendo-a como um dos polos que imporá o tensionamento necessário ao conteúdo acadêmico trabalhado, bem como, lançará luz às perspectivas analíticas utilizadas. É na relação entre a teoria e a prática nos diferentes espaços e tempos acadêmico-educativos que se permite a observação, descrição, sistematização do movimento da realidade e das inferências sobre os dados e teorias, que possibilitam compreender e desvendar as relações que se estabelecem entre o referencial teórico e a realidade observada.

5.4 Referenciais Legais e Institucionais

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura busca corresponder e materializar os princípios indutores inscritos nas normas legais. A política de formação de professores para a Educação Básica, fundamentalmente a partir dos anos 2000, teve lugar relevante e estratégico nas políticas públicas no Brasil, a fim de alcançar as transformações desejáveis na educação e nos processos de desenvolvimento humano e social. Contudo, este campo tem se constituído dentro de um con-

¹³ Cada docente poderá indicar e problematizar a relação teoria e prática nos processos e acontecimentos materialização do currículo, a partir de seus conhecimentos, no âmbito de seus Componentes Curriculares ou por meio de alguma estratégia interdisciplinar, multidisciplinar ou transdisciplinar.

¹⁴ São também as possibilidades práticas para a articulação curricular no sentido tratado nos referenciais epistemológicos acerca da totalidade concreta, da interdisciplinaridade, da multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade. São oportunidades de implementar processos que articulem, a partir da teoria estudada, organização de material de análise, exploração e aplicação de material de análise e de tratamento de resultados obtidos, interpretação e conferência das categorias analíticas e modelos explicativos utilizados.



texto de contradições, projetos e tensões objetivo-materiais, que neste período recente ganha novos contornos e se nota um aumento sensível das linhas limítrofes para o avanço de políticas de formação de professores.

Neste sentido, cabe destacar que o Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura foi concebido em conformidade com o arcabouço jurídico (instituído e instituinte de/para processos fáticos) que orienta, regulamenta e subsidia a ação prática institucional e profissional dos sujeitos sociais envolvidos no processo de implementação, materialização e integralização das ações inerentes ao Curso de Ciências Sociais, incorporadas e conferidas neste Projeto Pedagógico de Curso.

Deste modo, partindo dos princípios Constitucionais (CF 1988), o presente Projeto Pedagógico de Curso tem como base o conjunto (necessário) de legislações infra-constitucionais, somando-se a estas, o conjunto de normativas, com grau de especificidades inerentes, exaradas pelo Conselho Nacional de Educação.

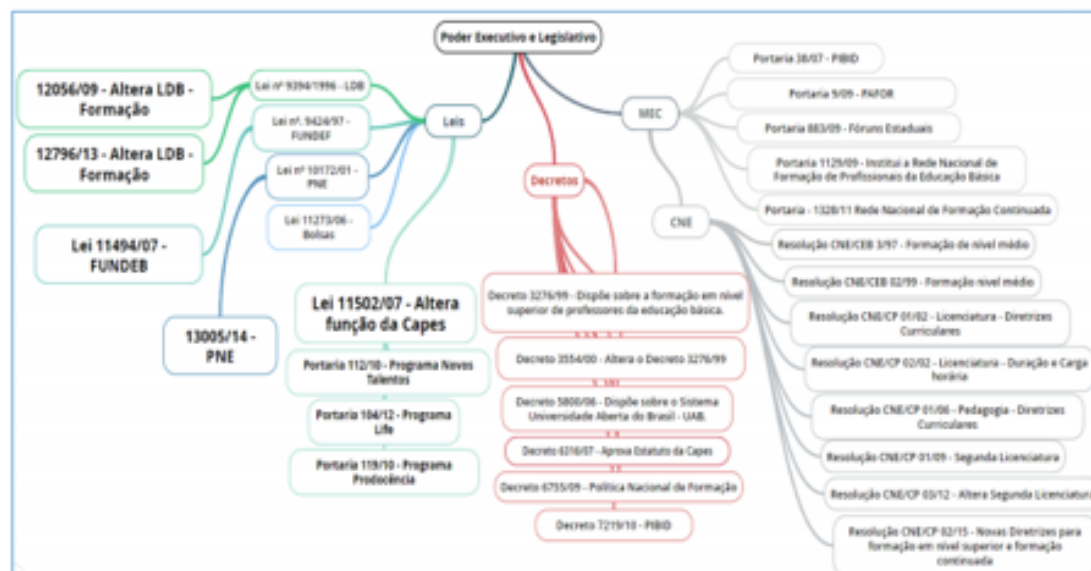
Iniciando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 20 de dezembro de 1996, observam-se os Artigos 61, 62 e 63 que referem, fundamentalmente, à Formação de Professores para a Educação Básica. A multidimensionalidade inerente aos processos de formação de professores, pedagógica, administrativa, financiamento, etc., correlaciona a intencionalidade prescrita neste PPC, com leis e normativas de diferentes naturezas (como por exemplo, os documentos e atos normativos produzidos pelo Conselho Nacional de Educação – CNE). O presente PPC, portanto, foi construído a partir da observância do seguinte arcabouço jurídico (referentes à regulamentação dos cursos de Licenciatura que se seguiram à promulgação da Lei 9394/96): Resolução CNE/CP 02/97, de 26/6/97 (que dispõe sobre os programas especiais de formação de docentes para as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em nível Médio); Resolução CNE/CP 01/99, de 30/9/99 (que dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação, considerados os artigos 62 e 63 da Lei 9.394/96 e o artigo 9º, § 2º, alíneas “C” e “H”, da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei 9.131/95); Decreto 3276, de 6/12/1999 (que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na Educação Básica, e dá outras providências); Decreto 3.554/00 (que dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto 3.276, de 6 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica); Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001 [PNE]; Parecer CNE/CP 009/2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena); Pa-



recer CNE/CP 027/2001 (que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena); Parecer CNE/CP 028/2001 (que dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena); Resolução CNE/CP 1/2002 (que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena); Resolução CNE/CP 2/2002 (que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior); Lei 11.494/2007 (Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB); Decreto 6755/2009 (Dispõe sobre a Política Nacional de Formação); Decreto 7219/2010 (Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)); Resolução CNE 2/2012 (que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio); Lei 13.005/2014 (PNE 2014 – 2024) Parecer CNE/CP Nº: 2/2015 (que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica).

Em linhas gerais, o Projeto Pedagógico de Curso incorpora os valores proclamados e prescritos na legislação, regulamentação e normatização do conjunto e das diferentes peças legais, conforme expressado na figura seguinte.

Figura 01: Mapa dos Referenciais Legais da Política de Formação de Professores da Educação Básica





Fonte: OLIVEIRA, Hosana L. G.; LEIRO, Augusto C. R. Políticas de Formação de Professores no Brasil: referenciais legais em foco. In.: Pro-Posições. Campinas/SP, vol. 30, e20170086, 2019]. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 02 de outubro de 2019.

Considerando que o arcabouço jurídico expressa momentos de sínteses, entende-se, também, que são imperativos e pontos de partida que demarcarão a natureza do processo. Deste modo, a partir dos apontamentos de um marco legal, as ações dos sujeitos podem, ao interferir na realidade, ressignificar, ‘melhorar’, dando coerência e mais radicalidade na aplicação desses marcos legais. O sentido e a implementação tanto dos conceitos quanto dos imperativos legais sustenta a formação do cientista/professor nas ciências sociais, que perpassam em linhas gerais, pelo sentido dado e materializado na luta e atuação dos sujeitos sociais envolvidos nos processos de formação humana e profissional desses cursos. Segue abaixo uma lista das legislações que compõem os referenciais legais e institucionais do curso:

Âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.



Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante. No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

Decreto Nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017 - dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.



Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01/2011 – CONSUNI/CGRAD – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11/2012 – CONSUNI - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 13/2013/CGRAD – institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS, sendo que o Núcleo de Apoio Pedagógico está vinculado à Coordenação Acadêmica através da Diretoria de Organização Pedagógica, da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente.

Resolução nº 32/2013/CONSUNI – institui em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil, o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – PROHAITI, com o objetivo contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais que ao retornar possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti.

Resolução nº 33/2013/CONSUNI – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 004/2014 –CONSUNI/CGRAD – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS).

Resolução nº 005/2014 – CONSUNI/CGRAD – versa sobre a possibilidade de oferta de componentes curriculares no formato semipresencial nos cursos de graduação presenciais da UFFS, desde que previamente descrito e fundamentado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.



Resolução nº 008/2014 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta os procedimentos para a validação de componente curricular nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

Resolução nº 004/2015 – CONSUNI – estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6/2015/CONSUNI/CGRAD – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 10/2017 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/CGAE - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Específicas das licenciaturas:

Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 – Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Parecer CNE/CP 2/2015 – subsidia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica.

Resolução CNE/CP 2/2015 – define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Resolução 2/2017 – UFFS – aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, indicando princípios e diretrizes que orientem o currículo das licenciaturas da UFFS.

Específicas do curso de Ciências Sociais

PARECER CNE/CES 492/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

RESOLUÇÃO CNE/CES 17, DE 13 DE MARÇO DE 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

Lei nº 11.684/2008 inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral:

O Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura tem como objetivo central a formação qualificada e crítica de professores para atuação na Educação Básica (Ensino Médio) das redes pública e privada. Entende-se como formação qualificada e crítica em Ciências Sociais aquela que possa articular os conhecimentos da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política, de modo a fundamentar teoricamente a prática docente na disciplina de Sociologia no Ensino Médio. No entanto, o curso também objetiva dar as condições básicas para que os estudantes possam ampliar a sua formação (especialização, mestrado e doutorado), bem como, garantir a possibilidade de atuação em outros espaços sociais.

6.2 Objetivos específicos:

- 1) Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social;
- 2) Conceber a prática pedagógica como eixo transversal de todo o currículo e como resultado de um projeto aglutinador das diferentes áreas de conhecimento, inserindo o licenciando, desde o início do curso, em contato com outras licenciaturas;
- 3) Estimular a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística;
- 4) Promover a elaboração e o desenvolvimento de projetos de ensino na área, garantindo o diálogo entre a área educacional e a área das Ciências Sociais;
- 5) Oferecer elementos para a construção de um sujeito criativo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade socialmente justa, democrática e inclusiva;
- 6) Garantir a problematização das categorias tradicionais do campo das Ciências Sociais considerando os avanços obtidos pelas regiões situadas fora do eixo dos países desenvolvidos e relacionar esses aspectos com as demandas originadas do espaço em que a universidade está posicionada;



- 7) Promover atividades que avancem para além das práticas curriculares, como a elaboração de projetos de extensão, de pesquisa e atividades voltadas para a qualificação da prática docente;
- 8) Envolver os estudantes nas atividades de estágios, de iniciação científica, de trabalho de conclusão de curso, bem como estimular a participação em atividades integradoras da estrutura curricular, a exemplo dos eventos científicos e seminários extraclasse.
- 9) Priorizar uma formação profissional voltada para a atuação qualificada na Educação Básica Pública e nos espaços de educação não formal.



7 PERFIL DO EGRESSO

Conforme a Resolução no 2/CGAE/2017, Art. 10., “O egresso dos cursos das licenciaturas da UFFS é dotado de um repertório de saberes que o qualificam para atuar como docente na Educação Básica pública, no âmbito do ensino, da gestão educacional e da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento. Tais saberes são constituídos por conhecimentos teórico-conceituais (gerais, específicos e pedagógicos) e por habilidades práticas, articulados entre si, que lhe possibilitam propor, desenvolver e avaliar suas ações, de forma intencional e metódica e em cooperação com o coletivo escolar.” Portanto, o perfil do egresso do curso de Ciências Sociais - Licenciatura abrange um conjunto de competências e habilidades que o tornará capaz de atuar profissionalmente em uma série de campos de trabalho com sólida importância social, econômica e política. O egresso possuirá as competências e habilidades de domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social, compromisso social e competência na utilização da informática (CNE/CES 492/2001).

O profissional licenciado em Ciências Sociais estará qualificado para ministrar os conteúdos das Ciências Sociais de maneira reflexiva e científica, contribuindo para uma formação consistente do estudante de nível médio. Espera-se que o egresso do curso de licenciatura em Ciências Sociais seja mais do que um profissional treinado ou condicionado para atuar em instituições educacionais públicas e particulares, mas um intelectual crítico e engajado nas questões contemporâneas e apto a questionar e a intervir sobre os problemas e desafios da sociedade em que vive. Ademais, reforça-se a sua atuação em espaços de educação não formal, inserindo-se em diferentes práticas sociais e culturais e contribuindo na transformação social e em processos emancipatórios e humanizadores.

A formação em antropologia, sociologia e ciência política, permitirá ao egresso possuir competências e habilidades em estudar a sociedade e sua interação com os campos econômicos, políticos e culturais. Por exemplo, a formação em antropologia permitirá que o egresso emita laudos e estudos antropológicos, demanda cada vez mais crescente, especialmente em locais com características similares à região de abrangência da UFFS. Com base em seus conhecimentos sociológicos, poderá refletir sobre a complexidade e diversidade da vida social e se ocupar em analisar e trabalhar sobre estes aspec-



tos como um todo. E, finalmente, em sua terceira habilitação, o cientista social, com seus conhecimentos em ciência política, terá a capacidade de analisar fatos históricos e atuais, exercendo a importante função de fornecer subsídios para a tomada de decisões, definição de projetos e políticas públicas. Além de ter a capacidade de elaborar, gerenciar e avaliar políticas públicas.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura, está organizado em nove semestres letivos, contemplando as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura e para os cursos de Formação de Professores, atendendo às normas legais que determinam a carga horária mínima para integralização do curso. Os itens a seguir definem os principais aspectos da organização curricular do curso.

8.1 Concepção de currículo

O Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura, do *Campus Laranjeiras do Sul*, segue as seguintes legislações nacionais e institucionais vigentes para a concepção do currículo que orientará a formação de professores de Sociologia para atuarem no Ensino Médio: Resolução CNE/CES 17/2002 e Pareceres 492/2001 e 1363/2001: Estabelecem as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia; Lei nº 11.684/2008 inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio; Resolução nº 2/2012: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; Resolução nº 2/2017–CONSUNI/CGAE/UFFS: Aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

A organização curricular traça o percurso formativo a ser percorrido pelos estudantes de licenciatura no período de 4,5 anos (quatro anos e meio). Desse modo, o currículo terá nos primeiros 2 (dois) anos uma Base Comum (BC) que integrará os estudantes de licenciatura e bacharelado, priorizando uma formação de base epistemológica sólida das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. A Base Comum também contempla o Currículo da Universidade nesta primeira etapa de formação, ofertando aos discentes os CCRs do Domínio Comum, tanto do eixo Contextualização Acadêmica como Crítico Social.

Nos anos subsequentes, que compreendem as fases da 5ª até 9ª, os alunos de licenciatura serão direcionados à formação de professores para a Educação Básica por meio dos conteúdos presentes nos CCRs do Domínio Conexo definidos para as licenciaturas do *campus*, conforme Resolução Nº 3/CONSUNI/CGAE/UFFS/2019, nos componentes curriculares específicos das Ciências Sociais, no estágio curricular, no trabalho de con-



clusão de curso, nas atividades curriculares complementares (ACCs) e nas práticas de pesquisa e extensão.

A oferta dos componentes optativos I, II, III e IV nas fases, será no formato semi-presencial parcial, conforme define e estabelece o MEC na Portaria N° 1.134, de 10 de outubro de 2016, que normatiza esta oferta no Artigo 1° e seu parágrafo 1°:

As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade à distância.

§ 1° As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso. (DOU, 11 de outubro de 2016, p. 21).

Na UFFS, as atividades semipresenciais estão definidas conforme o §1° do Artigo 1° da Resolução n. 05/CONSUNI/CGRAD/2014,

o formato semipresencial é aquele que inclui atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem, nos quais a mediação didático-pedagógica é realizada com o uso de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

§ 3° A carga horária total dos componentes curriculares ofertados, integral ou parcialmente, no formato semipresencial não deve ultrapassar 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso. (CONSUNI/CGRAD, 2014).

A concepção curricular assumida pelo curso pretende estabelecer permanente diálogo com os princípios e diretrizes da política institucional (Resolução N° 2/2017-CONSUNI/CGAE), destacando o Artigo 5° e seus incisos e Artigo 13 e seus incisos que tratam do currículo e as especificidades da área de formação.

A matriz curricular estrutura a organização das atividades dos diferentes domínios formativos articulados entre si através dos eixos formativos da prática como componente curricular, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, distribuídos ao longo do período de formação. Contempla a carga horária teórica e prática, os estágios em docência, os componentes optativos e a carga horária referente às atividades complementares.

8.2 A docência na educação básica pública como foco da organização curricular



O currículo do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura está alinhado no que define a Resolução 02/2017 – CONSUNI/CGAE, referente à Política Institucional da UFFS quanto aos seus objetivos e princípios legais, institucionais que orientam a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica pública para atuarem nas diferentes carreiras escolares como docência, gestão e planejamento. A política institucional reforça o objetivo desta organização curricular: garantir uma formação sólida do professor de Sociologia no ensino, pesquisa e na prática interventiva, pois a área de Ciências Sociais tem longa trajetória na produção de conhecimento nas dimensões histórica, antropológica e crítica.

Nesse caso e em conformidade com o Art. 2º desta resolução, que dispõe sobre os objetivos da política institucional, destaca-se principalmente o inciso IV que se refere à atividade fim de uma Universidade pública e de qualidade para a docência que é “qualificar a formação de professores da Educação Básica pública no âmbito dos cursos de licenciatura da UFFS através da articulação dos domínios curriculares e da integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

Outro aspecto a considerar na organização curricular é a concepção de docência apresentada no caput do Artigo 4º da resolução, que define “a docência como atividade profissional intencional e metódica” e seus incisos que esclarecem esta concepção:

I - A atividade docente como atividade que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano a partir dos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade e da definição e organização de métodos que viabilizem esse desenvolvimento em cada indivíduo singular;

II - A formação profissional voltada para atuar na Educação Básica pública nas diferentes etapas e modalidades de sua organização e oferta, nos âmbitos do ensino, da gestão dos processos educacionais e de ensino e aprendizagem, da coordenação pedagógica, da produção e difusão do conhecimento, bem como em outros espaços educativos escolares e não escolares;

III - A Educação Básica pública como objeto de referência para a construção de programas, projetos e processos de ensino, pesquisa e extensão, e a prática educativa como atividade interdisciplinar e articuladora do processo formativo, cuja composição integra uma amplitude de saberes conceituais (das áreas e do currículo escolar), contextuais, pedagógicos, da experiência docente e dos sujeitos da aprendizagem;

IV - O compromisso com a democratização do conhecimento e da sociedade através da melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica pública estabelecido nos princípios institucionais da UFFS.

As Ciências Sociais, desde seu período clássico, buscam analisar as questões e problemas desencadeadas pelas duas grandes revoluções que deram origem à organização social das sociedades modernas contemporâneas. Porém, a Sociologia é uma ciência nova, data do século XIX e de lá para cá vem despertando curiosidades, dúvidas e críti-



cas sobre o comportamento humano, seja ele político, econômico, cultural ou social. Sua busca constante pelo conhecimento leva à pesquisa empírica e ao exercício da reflexão teórico crítica sobre os fenômenos sociais.

Essas características da Sociologia vão ao encontro do perfil dos adolescentes e jovens que frequentam o ensino médio. Nesse sentido, o Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura assume como tarefa potencializar essas e outras características da Sociologia que abrem caminho para o diálogo educativo no contexto da Educação Básica, assim como em outros espaços.

No contexto atual, a presença da Sociologia na Educação Básica pública visa contribuir para a manutenção e o aprimoramento da democracia, e desse modo qualificar o debate público. Formar cidadãos capazes de tomar parte das discussões sobre as grandes questões locais, nacionais ou mundiais, é sem dúvida um objetivo para todo professor de Sociologia. E é com foco na formação desse professor que a proposta curricular deste projeto pedagógico se articula.

Portanto, a definição de docência desta Resolução vai ao encontro do que propõe a formação histórico crítica do conhecimento no campo das Ciências Sociais. A articulação entre saberes da ciência social e a educação escolar, permitirá ao profissional formado em Sociologia atuar por meio de práticas interventivas em diversas dimensões da realidade escolar, tais como processos de ensino e aprendizagem, gestão da educação, difusão de conhecimento, entre outros, como também dispõe o caput do Artigo 10 e seus incisos:

Art. 10. O egresso dos cursos das licenciaturas da UFFS é dotado de um repertório de saberes que o qualificam para atuar como docente na Educação Básica pública, no âmbito do ensino, da gestão educacional e da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento. Tais saberes são constituídos por conhecimentos teórico-conceituais (gerais, específicos e pedagógicos) e por habilidades práticas, articulados entre si, que lhe possibilitam propor, desenvolver e avaliar suas ações, de forma intencional e metódica e em cooperação com o coletivo escolar, de forma que o egresso esteja apto a:

I - Acolher, analisar e interpretar as problemáticas vinculadas ao exercício profissional, no âmbito da organização e do funcionamento da instituição escolar, da efetivação das políticas públicas em educação, do currículo escolar e dos processos de ensino e aprendizagem e dos sujeitos da aprendizagem e de seu desenvolvimento;

II - Propor, elaborar, executar e avaliar atividades pedagógicas, comprometido com a inclusão e a democratização cognitiva e social;

III - Atuar no ensino, na gestão da educação, na coordenação pedagógica e na produção e difusão do conhecimento, nas respectivas etapas e nas diferentes modalidades de organização da educação básica;

IV - Desenvolver suas atividades profissionais, pautado pelo marco ético-jurídico da educação e direitos humanos, na ética profissional, na sensi-



bilidade estética, capaz de reconhecer a diversidade e a inconclusividade humana e no conhecimento crítico da realidade e dos processos formativos;

V - Realizar aprofundamento dos estudos no âmbito da formação continuada e produzir e difundir conhecimentos vinculados ao exercício profissional.

O conhecimento nas Ciências Sociais tende a ser complexo porque trata de desenvolver no sujeito uma visão ampla e crítica dos processos sociais. Seguindo a concepção de docência definida acima, o currículo do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura atenderá ao disposto no inciso I do Art. 13 desta Resolução, que estabelece a articulação das atividades curriculares do curso no âmbito do ensino, pesquisa e extensão com a formação de professores:

I - Articulação do conjunto das atividades curriculares com a formação de professores para atuar na Educação Básica pública no âmbito do ensino, da gestão da educação, da coordenação pedagógica e da produção e difusão do conhecimento, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura;

Quanto às orientações para organização do currículo, este projeto pedagógico seguirá o que dispõe o caput, do Art. 12, da referida resolução e considerará o foco da formação de professores da Educação Básica pública integrado aos Domínios formativos previstos no Projeto Pedagógico Institucional da UFFS, sendo eles o Comum, Conexo e Específico. Os Domínios se farão presentes em todas as fases do curso. No item 8.3 é exposto como se articula a política institucional com as especificidades da área.

Este projeto pedagógico incorpora na organização do seu currículo as orientações específicas para formação do licenciado definidas pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política, Sociologia (Parecer CNE/CES 492/2001). Os processos formativos deverão levar o acadêmico a adquirir o “domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio; o domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino na organização do currículo” (Parecer CNE/CES 492/2001, p. 26).

8.3 As articulações do currículo com a Educação Básica

Em sua acepção referente à Educação Básica pública, a resolução Nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE compreende a Educação Básica como sendo objeto de referência para a construção de programas, projetos e processos de ensino, pesquisa e extensão, e a prática educativa como atividade interdisciplinar e articuladora do processo formativo,



cuja composição integra uma amplitude de saberes conceituais (das áreas e do currículo escolar), contextuais, pedagógicos, da experiência docente e dos sujeitos da aprendizagem.

Conforme dispõe o caput do Art. 9º e seus incisos, que trata da articulação com a Educação Básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares, a resolução compreende:

I - O compromisso com a relevância histórica e social dos processos formativos, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, em sintonia com os princípios institucionais;

II - O reconhecimento da especificidade das licenciaturas, voltadas para a formação de professores para atuar na Educação Básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares;

III - O reconhecimento das instituições da Educação Básica pública como espaços necessários à formação inicial e continuada de professores e como componentes essenciais da profissionalização docente, que deverão ser integradas no cotidiano da instituição formadora;

IV - O reconhecimento de que a instituição escolar, seu currículo, sua organização, seu funcionamento e os saberes vinculados à experiência docente devem articular-se com os demais saberes integrantes da formação docente e que a inserção dos estudantes no contexto escolar deve dar ao longo de todo o processo formativo.

Nesse sentido, o projeto pedagógico do curso adotará em toda sua prática formativa, o lugar e a importância da instituição escolar e seus sujeitos na organização do conjunto dos processos formativos (Art. 38) como também a amplitude das relações com a Educação Básica (Art. 9º e seus incisos).

Outro aspecto importante na organização do currículo é a articulação entre as atividades curriculares com a formação de professores envolvendo as atividades fins da Universidade, ensino, pesquisa, extensão e a cultura, relacionadas permanentemente com o contexto escolar ao longo de todo o percurso formativo, tendo a escola como instituição coformadora de professores (Art. 13, inciso I e II).

Este projeto pedagógico contempla outras determinações da resolução referentes às diretrizes do currículo na formação de professores, tais como: a concepção e organização da prática como componente curricular (Art. 28); a organização, desenvolvimento e avaliação dos estágios (Art. 32); a organização das atividades de formação continuada (Art. 34); a organização das atividades de pesquisa e extensão (Art. 36); a organização colegiada, envolvendo a comunidade regional (Art. 39). Estas diretrizes são explicitadas posteriormente no texto deste projeto em itens específicos.

Como formas concretas de implementar a articulação do currículo com a Educação Básica, o Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura propõe contemplar e desenvolver as seguintes atividades:



a) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBID): este programa é fundamental para a inserção dos acadêmicos no contexto da Educação Básica, o que possibilitará trazer as demandas da realidade escolar para dentro do curso, alimentando a Prática como Componente Curricular, o Estágio e as demais atividades formativas;

b) Projetos de extensão: desenvolver projetos voltados à Educação Básica, com o objetivo de aproximar as duas realidades e de oferecer atividades formativas complementares para os sujeitos envolvidos nesse contexto;

c) Projetos de pesquisa: desenvolver projetos tendo a Educação Básica como tema e objeto de pesquisa das Ciências Sociais;

d) Projetos de formação continuada: desenvolver atividades que promovam trocas de experiências entre Universidade e escola, buscando a interação entre os sujeitos e a socialização de seus conhecimentos;

e) Prática como Componente Curricular: desenvolver atividades “junto com” as instituições de Educação Básica, envolvendo seus sujeitos, recursos, problemas e potencialidades;

h) Estágio: o estágio é um momento importante da articulação entre o currículo de uma licenciatura e a Educação Básica. Esta experiência formativa se dá por meio de trocas: os estagiários dão à sua formação uma dimensão mais concreta, que sustenta o próprio curso, assim como a escola e seus professores beneficiados das novas abordagens trazidas pelos alunos.

i) Componente Curricular Seminário Docência Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais: o componente visa promover atividades integradoras, como por exemplo, seminários de apresentação de relatórios de estágios abertos às escolas.

8.4 Articulações com as outras licenciaturas

O curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura pretende compartilhar atividades formativas de ensino, pesquisa e extensão entre as licenciaturas do *campus* e da Instituição, com o intuito de promover a integração e a interdisciplinaridade entre diferentes áreas do conhecimento bem como “contribuir para a construção da identidade e da unidade multicampi dos cursos de licenciatura da UFFS, respeitando as especificidades locais e das áreas do conhecimento” (Art. 2º, inciso III, Resolução 2/2017-CONSUNI/CEGAE).



Entre práticas concretas de articulação entre licenciaturas do *campus* e da Instituição, está a mobilidade acadêmica. Muitos componentes curriculares na matriz curricular deste PPC serão ofertadas com mesma ementa de modo a garantir que o discente possa aproveitar CCRs cursados em licenciaturas do campus ou de outros *campi*. Esta proposta tem a intenção, também, de contribuir para a diminuição de retenção/evasão, possibilitando ao aluno uma recuperação mais rápida do componente e também uma maior flexibilização curricular.

Programas como o PIBID e Residência Pedagógica, grupos de estudos, poderão ser compartilhados entre as licenciaturas do *campus*, o que pode fortalecer a integração entre os cursos de licenciatura e articulação com o contexto escolar, pois aprofunda os processos de vivência e experiência com o cotidiano escolar a partir das diversas áreas de conhecimento.

Compreendendo que o Domínio Comum é um dos alicerces fundamentais do currículo para desenvolvimento do projeto da Universidade, a matriz curricular da licenciatura ofertará os componentes de forma a possibilitar a integração dos estudantes do *campus* oriundos de diferentes áreas de formação. Como o curso é noturno, os alunos do período diurno terão mais opções para organizar o quadro de horário acadêmico. Atividades como mesas redondas e seminários temáticos também integrarão diferentes turmas e cursos que ofertam os componentes do Domínio Comum no mesmo período de aulas. Desse modo, fortalece-se a necessidade de implementar a oferta do Domínio Comum não para um curso em específico, mas para o *campus*.

Seguindo os princípios e orientações da Política Institucional, está presente neste PPC a preocupação de se colocar em prática a Política Institucional do Domínio Conexo das licenciaturas. A proposta é integrar todos os cursos de licenciaturas do *campus* em ações conjuntas entre si, envolvendo a instituição escolar e todas as suas formas de atuação, tais como os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação e de inclusão, o conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional (Artigo 16, Resolução 2/2017-CONSUNI/CEGAE). Destaca-se aqui os eixos do Domínio Conexo dispostos no Artigo 17:

I - Fundamentos da educação, abrangendo os aspectos filosóficos, históricos, sociológicos, antropológicos, pedagógicos, psicológicos e políticos da formação docente;

II - Políticas, financiamento e a gestão da educação como objetos de abordagem teórico-prática, abrangendo os aspectos conceituais e sua contex-



tualização escolar, bem como a análise de currículos, programas e processos de avaliação;

III - Diversidade e inclusão, abrangendo as concepções históricas, psicológicas e pedagógicas referentes à diversidade e à inclusão, as formas organizativas do trabalho pedagógico, as políticas e práticas de atendimento educacional aos deficientes, bem como a reflexão teórico-metodológica acerca dos desafios da educação inclusiva;

IV - Didáticas e metodologias de ensino, em seus aspectos gerais, compreendendo as concepções de currículo, processos pedagógicos e avaliação;

V - Estudos e pesquisas em educação, compreendendo a apropriação teórica e epistemológica dos processos de pesquisa e investigação no campo da educação e do estado da arte da produção do conhecimento na área educacional e escolar;

VI - Práticas de ensino e os estágios, comuns, que contemplam as dimensões da atuação docente, o conhecimento da instituição escolar e de sua organização e funcionamento, os processos de gestão da educação e de coordenação pedagógica, a organização do trabalho pedagógico, os processos de ensino e aprendizagem e de inclusão escolar e a formação continuada. (Art. 17, Resolução 2/2017-CONSUNI/CEGAE).

O Artigo 32 da Resolução 2/2017, dispõe que “em cada *campus*, o planejamento da logística, da oferta e do desenvolvimento e avaliação dos estágios deverá envolver as diferentes licenciaturas e o diálogo com as escolas e com os sistemas educacionais.”

Na matriz curricular deste PPC, os componentes optativos foram pensados de forma a flexibilizar a oferta não somente para os cursos de licenciaturas, mas também para os bacharelados. Sendo um curso em Ciências Sociais, sua ampla área de formação (Antropologia, Ciência Política, Sociologia), permite ofertar optativos temáticos sobre questão agrária, meio ambiente, gênero, violência, exemplos de temas que são transversais em muitos cursos do *campus*.

É possível perceber que as diretrizes da Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica levam a construção de práticas curriculares conjuntas a serem realizadas no próprio *campus*. A Política Institucional direciona suas orientações e princípios a se promover a “integração de NDEs (no âmbito do *campus* e institucional) no processo de organização e acompanhamento das atividades dos cursos (Art. 40, inciso III); a integração de estudos junto ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão, a ser organizado pelo Fórum das Licenciaturas (Art. 36, §1º); a participação no Fórum das Licenciaturas (Art. 42)”. Nesse sentido, as ações traçadas na concepção desta matriz curricular estão em consonância com a Política Institucional. O presente PPC assume o compromisso de realizar processos políticos no *campus* e na Instituição que venham garantir a prática dos dispositivos da Política Institucional. Pois o entendimento é de que esta orienta a implementação substantiva do projeto desta Universidade. A participação no Fórum das Licenciaturas é fundamental para:



I - Institucionalizar um espaço permanente de discussão e de debates sobre as licenciaturas da UFFS e suas relações com a Educação Básica pública e com pesquisa e a extensão;

II - Estimular a formação de grupos de estudos, pesquisa e extensão no âmbito formação inicial e continuada de professores;

III - Acompanhar, avaliar e refletir sobre os programas de formação inicial e continuada da UFFS;

IV - Acompanhar e avaliar a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica e propor melhorias;

V - Fortalecer a integração entre os cursos de licenciatura da UFFS, a educação básica pública e a PROGRAD;

VI - Contribuir com o debate sobre a expansão da oferta de cursos de licenciaturas no âmbito dos campi e da UFFS;

VII - Fomentar o debate e fortalecer a integração sobre as relações entre a graduação e a pós-graduação na formação de professores;

VIII - Estimular e organizar publicações no âmbito da formação de professores da UFFS. (Incisos do Artigo 42, Resolução 2/2017-CONSUNI/CEGAE)

Por fim, o Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura perde seu propósito em formar professores críticos e ativos para magistério do Ensino Médio se não souber fazer articulações institucionais, não interagir interna e externamente com sujeitos e projetos e se não promover a interdisciplinaridade entre diferentes saberes.

8.5 As aulas práticas

O Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura é constituído por uma matriz curricular com componentes realizados de maneira presencial e semipresencial, incluindo aulas teóricas e práticas, de acordo com a especificidade de cada um. Segundo o artigo 27, inciso I da Resolução nº 2/CONSUNI CGAE/UFFS/2017 e Resolução n. 04/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014 (alterada pela Resolução nº 7/CONSUNI CGAE/UFFS/2016) que aprova o Regulamento da Graduação na UFFS, em seu artigo 14, compreende-se por aula presencial: [...] encontro presencial semanal regular distribuído, preferencialmente, ao longo do semestre letivo, no qual o docente e a turma de estudantes matriculados no CCR desenvolvem conjuntamente os temas previstos na ementa. As aulas presenciais podem ser:

a) Aulas Teóricas – aquelas em que o docente e a turma de estudantes desenvolvem conteúdos teóricos relativos aos temas da ementa;

b) Aulas Práticas – aquelas em que os estudantes, sob orientação e supervisão de docente, realizam ou observam a realização de ensaios, experimentos e procedi-



mentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal.

Nesse sentido, o curso se organiza de maneira que o estudante possa desenvolver conteúdos práticos e teóricos ao longo dos diferentes componentes curriculares, visando uma formação ampla e que qualifique a docência. Cada componente curricular deve estabelecer, mediante Plano de Ensino, como se dará a organização dos conteúdos das aulas teóricas e práticas. Assim, entende-se como práticas as atividades desenvolvidas dentro dos componentes que envolvam projetos de extensão, estágios e a prática como componente curricular.

8.5.1 A prática como componente curricular (PCCr)

O Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura compreende a Prática como Componente Curricular (PCCr) como elemento essencial para a sólida formação docente, estimulando habilidades e competências constituídas a partir da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e prática profissional. Em consonância com a Resolução n. 2/2017 – CONSUNI/CGAE, define-se a prática como componente curricular “focada na formação para a docência, em que se articulam, de forma explícita, dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades docentes, com carga horária específica prevista para este fim (400 horas)”. Quanto a sua organização, prevê a articulação com a Educação Básica, ao longo do curso, a abrangência das dimensões da atuação profissional, uma organização na forma de eixos temáticos e o envolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (Artigos 27 e 28).

O curso organiza a prática como componente curricular ao longo dos componentes curriculares a partir de ações de reflexão, aproximação e integração com o contexto profissional da docência na Educação Básica pública, proporcionando aos estudantes vivenciar a prática profissional em termos conceituais, contextuais e pedagógicos durante sua formação. A concepção e metodologia destas ações são constituídas pelo docente do componente curricular e explicitadas em seu Plano de Ensino e podem contemplar aulas e observações de campo, viagens de estudo, visitas técnicas, análises de documentos, de fotografias e vídeos, além de produção de material didático-pedagógico, como textos, jogos, vídeos, podcasts e páginas virtuais.



A prática como componente curricular está alocada no interior dos diferentes componentes do curso e corresponde à carga horária total de 405 horas (27 créditos). A PCCr deve estar interligada ao conteúdo a ser desenvolvido em cada CCR, fomentando também a interdisciplinaridade entre os diferentes componentes do curso e a atuação nos diversos âmbitos da Educação Básica, como o ensino, a gestão, a coordenação e a produção de conhecimento. O Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura apresenta três eixos temáticos que organizam a PCCr: 1) Processos e práticas de ensino das Ciências Sociais na Educação Básica; 2) Escola, cultura e diversidade e 3) Educação e Desenvolvimento Regional.

No primeiro eixo, os componentes curriculares de Laboratório de Prática em Ensino I - Metodologia do Ensino de Ciências Sociais e Seminário, Docência, Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais (SDPECS) desenvolverão a PCCr de maneira a articular a base teórica das Ciências Sociais e os processos de ensino e aprendizagem na Educação Básica, além de projetos de pesquisa e extensão que envolvam os espaços educativos.

No segundo eixo, serão realizadas atividades que possam fundamentar e qualificar a reflexão a respeito de temas que atravessam a Educação Básica, como gênero, juventude e diversidade, tendo em vista a pesquisa e observação dos diferentes contextos culturais, políticos e econômicos dos espaços educativos.

Por fim, no terceiro eixo serão abordados temas que dizem respeito ao contexto regional em que o *Campus* Laranjeiras do Sul está inserido - assentamentos da reforma agrária, acampamentos, territórios indígenas e quilombolas, agricultura familiar de base agroecológica – que também estão diretamente associados às ações políticas no âmbito de espaços educacionais formais e informais, inclusive com a participação da sociedade civil organizada. Nesse sentido, o terceiro eixo temático busca articular os componentes de Laboratório de Prática em Ensino IV - Educação do Campo e Popular e Laboratório de Prática em Ensino V – Comportamento Político Político a projetos desenvolvidos no âmbito das escolas do campo e da cidade, escolas indígenas, escolas itinerantes, entre outros espaços educativos formais e informais, considerando a importância do fortalecimento do desenvolvimento regional e da cultura política. Tal prática pode contribuir para desenvolver uma relação efetiva entre a universidade e a escola, bem como, de promover uma compreensão mais adequada dos elementos culturais e políticos enraizados na sociedade regional, ou seja, aspectos imprescindíveis para pensar qualquer plano de desenvolvimento.



Assim, diferentes atividades poderão ser formuladas pelos professores e professoras responsáveis pelos componentes curriculares e explicitadas em seus planos de ensino, a fim de qualificar a prática e estabelecer um vínculo produtivo entre a universidade e a escola. A seguir, apresenta-se um quadro explicativo da organização das 405 horas de PCCr no curso:

Componentes articuladores	Fases	Carga Horária
Laboratório de Prática em Ensino I - Metodologia do Ensino de Ciências Sociais	5 ^a	60 (4 créditos)
Laboratório de Prática em Ensino II - Gênero e Diversidade na Escola	6 ^a	60 (4 créditos)
Laboratório de Prática em Ensino III - Juventudes e Escola	7 ^a	60 (4 créditos)
Laboratório de Prática em Ensino IV - Educação do Campo e Popular	8 ^a	30 (2 créditos)
Laboratório de Prática em Ensino V – Comportamento Político	9 ^a	45 (3 créditos)
Seminário de Docência, Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais (SDPECS)	9 ^a	150 (10 créditos)
Total Geral		405 (27 créditos)

Quadro 2: Organização das horas de PCCr no curso.

8.6 A organização da pesquisa e extensão

A concepção de Extensão Universitária que orienta o curso está em consonância com a Política de Extensão da UFFS, que concebe a extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável. A extensão é compreendida como um processo acadêmico-pedagógico que contribui para o aprendizado e formação dos estudantes. Nesse sentido, a extensão visa promover ações voltadas para a cidadania e inclusão social, por meio de programas e projetos que possibilitem a produção e disseminação do conhecimento científico e a formação do profissional cidadão.

O curso estimulará a participação dos graduandos em projetos e programas de extensão vinculados às ciências sociais, contribuindo assim para a reflexão do estudante



sobre os conceitos e teorias aprendidos em sala em relação com os fenômenos sociais observados nestas atividades. Convém ressaltar que o componente curricular “Seminário Docência, Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais”, com 10 créditos a ser cursado na 9ª fase, também favorecerá a organização da extensão. De modo específico, o componente curricular possuirá 1 crédito teórico, 8 créditos para PPCr e 1 crédito para extensão, levando em conta que os créditos de PPCr desse componente também incluem a extensão como parte do processo formativo.

O componente curricular possui como objetivo principal promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão concebidos como elementos fundamentais para o exercício da docência crítico-investigativa. Logo, o componente visa fomentar a difusão e intercâmbio das pesquisas, projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos pelos docentes e discentes no âmbito do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura. Assim, também será possível a socialização das experiências de estágio desenvolvidas no curso com o intuito de promover diálogos entre escola, comunidade e universidade.

O Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura prevê, também, a organização da Prática como Componente Curricular - PPCr no decorrer dos componentes curriculares, totalizando assim 27 créditos, bem como a realização de 210 horas de Atividades Curriculares Complementares, as quais reforçam o caráter didático-pedagógico da apropriação e produção de conhecimento. Assim sendo, considera-se que estas duas dimensões contribuem, também, para a inserção curricular da extensão na formação dos licenciados.

O desenvolvimento da pesquisa desempenha relevantes contribuições para o aprimoramento das práticas de ensino e de extensão. Além disso, ressalta-se que a inserção dos acadêmicos em projetos de pesquisas possui um efeito importante para o fortalecimento do desempenho acadêmico. O curso também prevê carga horária de pesquisa nos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I (7 créditos) e Trabalho de Conclusão de Curso II (8 créditos), o que proporcionará o aprofundamento teórico e analítico dos conceitos e temáticas estudados no decorrer do curso.

É relevante destacar que os professores do Núcleo Docente Estruturante - NDE integram diversos grupos de pesquisa da UFFS, os quais contemplam as áreas de formação em Ciências Sociais (Sociologia, Ciência Política e Antropologia) e temáticas afins vinculadas à educação, agroecologia e desenvolvimento regional, o que contribuirá para que os graduandos estejam inseridos em atividades de pesquisa. Assim sendo, o quadro docente compõe os seguintes grupos de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públi-



cas; Interdisciplinar em Políticas Públicas e Práticas de Educação; Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia; Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Instituições; Trabalho, Educação e Cultura Camponesa; Desenvolvimento Regional e Antropologia, Jovens e Juventudes.

Salienta-se que a organização da pesquisa e extensão contribuirá para a formação de professores também com perfil de pesquisadores, que sejam qualificados para atuação nos diferentes níveis de ensino e ou instituições de pesquisa no setor público e privado.

8.7 Os domínios formativos e sua articulação

O currículo do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura compreende uma série de componentes e se estrutura a partir do objetivo de proporcionar a integração entre os três domínios formativos que formam a graduação na UFFS, quais sejam: O Domínio Comum, o Domínio Conexo e o Domínio Específico.

Dentre os componentes curriculares que integram a matriz do curso, estão aqueles que contemplam um conjunto de conhecimentos comuns a todos os cursos de graduação da UFFS, apresentando conteúdos voltados à formação cidadã, com ênfase em fundamentos ontológicos, histórico-sociais e ético-epistemológicos. Trata-se do Domínio Comum.

Com relação aos conteúdos que contemplam a formação e atuação profissional docente, estão estruturados nos componentes que compõem o Domínio Conexo. Segundo o PPI da UFFS, o Domínio Conexo é composto por um conjunto de componentes que se situam em um espaço de interface com vários cursos. O Domínio Conexo entre as Licenciaturas tem por atribuição promover a formação pedagógica comum a esses cursos de graduação e se caracteriza por um conjunto de conhecimentos e saberes articulados entre si e com os demais domínios formativos, voltados para a formação docente para a Educação Básica. Tais conhecimentos:

[...] envolvem a compreensão e a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação e de inclusão, o conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional. (Artigo 16 da Resolução 02/2017 CONSUNI/CGAE).



Os conteúdos e metodologias próprios às Ciências Sociais, bem como os estágios relacionados às práticas de ensino na área, fazem parte do Domínio Específico do curso.

As ações integrativas entre os componentes curriculares dos domínios Comum, Conexo e Específico e discussões sobre interdisciplinaridade nas Ciências Sociais ocorrerão em 3 principais momentos: 1) Semana Acadêmica do Curso e Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE) promovido pela própria instituição; 2) projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos professores e estudantes do curso; 3) Práticas como Componente Curricular desenvolvidas em vários componentes curriculares.

8.7.1 O Domínio Comum:

Os componentes curriculares do Domínio Comum estão presentes em todos os cursos de graduação da UFFS. Conforme o PPI, tal forma de organização curricular tem por objetivo assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação ao mesmo tempo cidadã, interdisciplinar e profissional, possibilitando otimizar a gestão da oferta de componentes pelo corpo docente e, como consequência, ampliar as oportunidades de acesso à comunidade. A finalidade do Domínio comum é, de acordo com o Art. 12 do Regulamento da Graduação:

a) desenvolver em todos os estudantes da UFFS as habilidades e competências instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional (capacidade de análise, síntese, interpretação de gráficos, tabelas, estatísticas; capacidade de se expressar com clareza; dominar minimamente as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação); e b) despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões (municipal, estadual, nacional, regional, internacional).

A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Comum (420 horas) representa 13% das 3.225 horas necessárias à integralização do curso.

No quadro a seguir estão listados os componentes curriculares que compõem o Domínio Comum e que são obrigatórios para todos os estudantes do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura:



DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA		
GEX208	Informática Básica	04
GLA104	Produção Textual Acadêmica	04
GEX210	Estatística Básica	04
GCH290	Iniciação à Prática Científica	04
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL		
GCS239	Direitos e Cidadania	04
GCH292	História da Fronteira Sul	04
GCH293	Introdução à Filosofia	04
Total		28

Quadro 3: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do curso de Ciências Sociais – Licenciatura.

8.7.2 O Domínio Conexo entre as licenciaturas:

O Domínio Conexo visa realizar a interface entre os cursos de licenciatura do *Campus Laranjeiras do Sul* da UFFS, proporcionando ao estudante o contato com aspectos relacionados às teorias educacionais, à prática pedagógica, à linguagem de sinais, a educação inclusiva e à legislação educacional vigente no país. É o conjunto de componentes curriculares dedicados à formação de professores da UFFS, *Campus Laranjeiras do Sul* e demais *campi* da universidade. O Domínio Conexo, além de estabelecer um conjunto de conhecimentos importantes e necessários aos estudantes das licenciaturas, também congrega possibilidades de pesquisa e extensão interdisciplinares.

No caso do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura, compõem este conjunto de conteúdos os CCRs da área pedagógica, que têm por finalidade situar e habilitar o aluno do curso para a prática docente na área de formação prevista. Destaca-se, também, no Domínio Conexo a oferta dos componentes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e Educação Inclusiva, os quais têm importante papel no processo de inclusão de alunos com deficiência na universidade.

A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Conexo (405 h) representa 12,5% das 3.225 horas necessárias à integralização do Curso. No quadro abaixo, estão listados os componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo e que são obrigatórios para todos os estudantes do curso:



Código	Eixos	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
GCH797	III - DIVERSIDADE E INCLUSÃO	Educação Inclusiva	02
GCH1210	I - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	Fundamentos da Educação	04
GCH1209	I - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	Psicologia da Educação e Teorias da Aprendizagem	04
GCH1214	VI - PRÁTICAS DE ENSINO E ESTÁGIO	Estágio Curricular I	05
GCH1211	II - POLÍTICAS, FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	Política Educacional e Legislação no Ensino no Brasil	04
GCH794	IV - DIDÁTICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO	Didática Geral	04
GLA210	III - DIVERSIDADE E INCLUSÃO	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	04
Subtotal			27

Quadro 4: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

8.7.3 O Domínio Específico:

Os conteúdos específicos da área de formação (Ciências Sociais) são apresentados nos componentes curriculares do Domínio Específico e estão distribuídos ao longo do curso. Nos primeiros dois anos de formação, os estudantes de Ciências Sociais têm contato com componentes curriculares que apresentam as principais temáticas estabelecidas nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, tanto no que diz respeito às questões teórico-metodológicas apontadas tradicionalmente no pensamento clássico, quanto aos aspectos contemporâneos. Os componentes que tratam destes elementos são as teorias políticas I, II e II, as antropologias I, II e III e as sociologias I, II e III. Apon-tamos ainda que outros componentes específicos do curso, como Economia Política e Pensamento Social no Brasil, contribuem para uma formação sólida.

No decorrer do curso, a matriz curricular oferece componentes específicos epistemologicamente consolidados na área, mas, que ressaltam a possibilidade de uma formação ampla com base em temas candentes relacionados às atividades sócio-políticas. Estes componentes, como Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais, Desenvolvimento Territorial e Sociologia Rural, se vinculam aos objetos de análise das Ciências Sociais, ao perfil do egresso e à formação docente.

Além disso, parte da carga horária é destinada para as aulas práticas que compõem a Prática como Componente Curricular (PCCr), enfatizando o diálogo com o currículo escolar da Educação Básica. Por exemplo, nos componentes Laboratório de Prática em



Ensino I - Metodologia do Ensino de Ciências Sociais, Laboratório de Prática em Ensino II - Gênero e Diversidade na Escola, Laboratório de Prática em Ensino III - Juventudes e Escola, Laboratório de Prática em Ensino IV - Educação do Campo e Popular, Laboratório de Prática em Ensino V – Comportamento Político e Seminário, Docência, Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais (SDPECS) são trabalhados eixos fundamentais que estabelecem a relação entre a formação do licenciado em Ciências Sociais e a educação básica e superior.

Além dos CCRs destinados ao desenvolvimento das unidades curriculares relacionadas à área de Ciências Sociais, estão contemplados os CCRs de Estágio Curricular (II, III e IV). Da mesma forma, os componentes curriculares optativos ofertados a partir da 5ª fase compreendem uma série de conteúdos que aprofundam os três campos de conhecimento das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) e ampliam as possibilidades do discentes entrarem em contato com os temas de pesquisa e extensão dos docentes do curso.

Muitos componentes curriculares, a partir das primeiras fases, seguem uma sequência de conteúdos e conceitos que são imprescindíveis para o desenvolvimento e compreensão dos CCRs subsequentes, correspondendo aos pré-requisitos elencados na matriz curricular, item 8.11. Tais pré-requisitos são estratégicos para minimizar a reprovação em componentes específicos que exigem um conhecimento prévio, contribuindo também para a construção progressiva de reflexões e conhecimentos na área das Ciências Sociais.

Por fim, ressalta-se que além do foco na prática como componente curricular, o componente Seminário de Docência, Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais (SDPECS) intrinsecamente visa a construção de um espaço de produção e socialização de diferentes projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos por docentes e discentes do curso.

O Domínio Específico compreende um total de 2.175 horas, o que representa 67,5% das 3.225 horas necessárias à integralização do curso.

8.8 A flexibilidade na organização curricular

A Resolução N° 02/2017 – CONSUNI/CGAE reconhece a flexibilidade como “um dos princípios estruturantes do currículo da UFFS, que se traduz pela oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo, em consonância com a or-



ganização curricular definida nos projetos pedagógicos dos cursos” (Artigo 21). A flexibilidade curricular na formação de professores, de acordo com a Resolução N° 02/2017, é viabilizada a partir da oferta de componentes curriculares optativos – mínimo de 5% da carga horária total do curso - e atividades curriculares complementares (ACCs) - carga horária mínima de 200 horas, que integram o currículo.

Os CCRs optativos visam aprofundar e complementar a formação dos discentes, bem como desenvolver habilidades e competências profissionais em diferentes frentes de atuação das Ciências Sociais. Eles também têm como objetivo promover a discussão e reflexão a respeito das linhas de pesquisa e extensão desenvolvidas pelos docentes do curso, qualificando a participação dos discentes em diferentes projetos acadêmicos.

Os CCRs optativos ocorrem na 5ª, 6ª, 7ª e 9ª fases do curso, com carga horária total de 240h (16 créditos), o que representa 8% da carga horária total do curso. Cada componente optativo terá carga horária total de 60h (4 créditos), sendo 30 horas de aulas presenciais e 30 horas de aulas não presenciais. Os critérios para seleção e oferta desses componentes, em cada semestre, serão definidos pelo Colegiado do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Respeitando o caráter optativo, portanto, serão oferecidos pelo menos 2 (dois) componentes por semestre para que o discente possa fazer a escolha de acordo com sua vontade ou perfil com relação à trajetória acadêmica.

8.9 Oferta de componentes curriculares no formato semipresencial

Os Componentes Curriculares Semipresencial ofertados no curso de licenciatura, seguem as normas estabelecidas pela instituição conforme a RESOLUÇÃO N° 5/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014 e o que normatiza o MEC pela Portaria 4.059/2004 sobre este formato de componente curricular para os cursos de graduação presenciais. A metodologia desse formato descrita no PPC, passa impreterivelmente por sua aprovação nas seguintes instâncias definidas no Artigo 6º da referida Resolução: “Colegiado de Curso, em consonância com o NDE (Núcleo Docente Estruturante), e submetido à aprovação final da Câmara de Graduação do Conselho Universitário”.

Os componentes curriculares ofertados nesta modalidade semipresencial serão os optativos, distribuídos entre a 5ª e 9ª fases do curso de licenciatura. A oferta é de caráter parcial, sendo que 50% da carga horária à distância e 50% presencial. As atividades pre-



senciais podem ocorrer no período noturno e/ou entre 17h e 19h conforme prevê o novo Regulamento da Graduação (Resolução nº 9/2018-CONSUNI/CGAE). Estas informações estão descritas na matriz curricular do curso (item 8.11).

A modalidade semipresencial incorpora o uso integrado de tecnologias da informação e comunicação. Busca a ressignificação de modelos pedagógicos na educação superior que abrange três elementos e seus respectivos papéis na relação ensino aprendizagem: a tecnologia, a distância e a docência. Toda metodologia de ensino semipresencial deve levar em consideração a coexistência entre esses três elementos para o alcance de seu objetivo: a formação de qualidade.

Ressignificar, neste sentido, passa por rever de modelos metodologias “tradicionais”. De acordo com alguns autores (MACHADO; MACHADO, 2018) na modalidade semipresencial estudante é desafiado a desenvolver “autonomia e responsabilidade a ponto de ir atrás de suas necessidades, curiosidades e interesses” por meio de atividades que exijam reflexão, experimentação e ousadia. Daí a necessidade de integrar tecnologia, conteúdos e metodologias alternativas de aprendizagem.

A Educação a Distância (EaD) apresenta-se como um meio de interação entre estudantes e professores envolvendo diversos ambientes de aprendizagem (comunidade, associações, meio profissional, AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem, etc.) e envolvendo, também, as possibilidades de pesquisa e extensão. Entre as possibilidades, o desenvolvimento de pesquisas em campo e disponibilização dos resultados em ferramentas do Moodle como glossário, vídeos, infogramas, etc. e para a comunidade como forma de ação de extensão universitária.

Ao longo do CCR, as metodologias aplicadas aos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes buscará o protagonismo dos mesmos de forma a observar o senso analítico e reflexivo de cada um nas atividades propostas em sala de aula. “As metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligadas e híbridas” (MORAN, 2018, p. 4). E com isso, pode-se aprofundar na aprendizagem além da transmissão (que também é muito importante) que adentra a seara da aprendizagem por questionamento e experiência. Com a inclusão da educação a distância, o estudante se depara com um ambiente que lhe proporcionará autonomia, organização e independência.

Por educação a distância, neste caso como parte de uma metodologia semipresencial, pode ser entendida de acordo com Garcia Aretio como:



um sistema tecnológico de comunicação de massa bidirecional, que substitui a interação pessoal, em aula, de professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e o apoio de uma organização tutorial [docente], que propiciam a aprendizagem autônoma dos estudantes (GARCIA ARETIO, 1987)

A educação a distância, como uma forma de ensino maleável e centrada no aluno, proporciona condições para que o aluno possa alcançar o aprendizado em um ritmo próprio, mas sempre seguindo um roteiro de estudos guiados pelo professor. Por isso, o sucesso nos estudos depende de um planejamento rigoroso e da organização do tempo por parte do professor e dos estudantes para estudos individuais e atividades coletivas. Este sucesso também depende da interação constante entre o professor e estudantes, da interatividade com o material didático (textos, livros, vídeos, podcasts) disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), da disposição do estudante e do estímulo e incentivo do professor para este estudante construir conhecimentos. (RAUSKI *et al.*, 2014).

O papel do professor (este será o tutor no AVA) como conhecedor profundo do conteúdo do CCR se amplia e fornece um espaço de interação como um desenhador de roteiros pessoais e grupais de aprendizagem, de mediador avançado que não está centrado só em transmitir informações. O professor é o mediador, um agente fundamental que ajuda os estudantes na elaboração de seus projetos de aprendizagem (DEWEY, 1938; MORAN, 2017; VICKERY, 2016). Assim, o professor assume o papel de coordenador, orientador, integrador, problematizador do processo de aprendizagem dos alunos, auxiliando e orientando para que estes construam o conhecimento. O professor é muito mais um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. O aluno precisa construir e reconstruir o conhecimento a partir do que faz (GADOTTI, 2002).

A modalidade semipresencial que configura-se como uma modalidade híbrida procura desenvolver atividades de ensino e aprendizagem presencial e a distância, combinando diversas metodologias em que o estudante de forma individual ou coletiva e articulam a teoria e a experiência prática na construção do conhecimento (MORAN, 2017, 2018; TORRES, 2007). O processo de ensino-aprendizagem presencialmente e a distância pode se dar de duas formas (não limitadas a estas): (01) o professor pode propor uma metodologia de condução do CCR pela qual o estudante absorve o conteúdo através de leituras ou assistindo vídeos ou escutando podcasts e realizando atividades dentro do AVA (Moodle) após aulas expositivas presencialmente; ou (02) podendo ainda utilizar



os momentos de aula presencial para desenvolver dinâmicas em que os estudantes desenvolvem produtos a partir do conteúdo já visto no Moodle através de um roteiro de estudos elaborado pelo professor para o período *on line* do CCR. Estes produtos desenvolvidos presencialmente refere-se a prototipagem de elementos educacionais, metodologias, estudos de pesquisa ou ações de extensão com o compartilhamento deste conhecimento produzido com a comunidade através de canais como mídias tradicionais, sociais ou *in loco*, possibilitando a aplicação das teorias sociológicas, antropológicas ou políticas trazendo-as para o cotidiano educacional-profissional do estudante em Ciências Sociais. Cabe destacar que os professores receberão formação para utilização do Moodle através dos programas de capacitação da UFFS.

As atividades presenciais obrigatórias devem acontecer aplicando diversas estratégias pedagógicas como aulas expositivas e dialogadas dos conteúdos trabalhados online, seminários temáticos, trabalhos em grupo. Tais atividades devem ser descritas no plano de ensino.

Quanto ao sistema de avaliação da aprendizagem dos componentes curriculares ofertados no formato semipresencial, deve compreender tanto avaliações disponibilizadas na modalidade à distância (resumos de textos, questionários, redações, artigos, etc.) quanto avaliação escrita e ou oral em encontros presenciais. A descrição das formas de avaliação dos conteúdos assim como peso de notas e critérios a serem avaliados devem estar descritos nos planos de ensino.

O sistema de avaliação segue o estipulado no capítulo 9, que discorre sobre o processo de avaliação do ensino-aprendizagem, e a frequência é avaliada pela participação do aluno no ambiente virtual. No entanto, leva-se em conta o seguinte:

Os processos de avaliação de aprendizagem também são mais amplos e explicitam as relações entre habilidades cognitivas e competências socioemocionais. A avaliação é um processo contínuo, flexível, que acontece de várias formas: avaliação diagnóstica, formativa, mediadora; avaliação da produção (do percurso - portfólios digitais, narrativas, relatórios, observação), avaliação por rubricas - competências pessoais, cognitivas, relacionais, produtivas – avaliação dialógica, avaliação por pares, autoavaliação, avaliação online, avaliação integradora, entre outras. Os alunos precisam mostrar na prática o que aprenderam com produções criativas, socialmente relevantes, que mostrem a evolução e percurso realizado (MORAN, 2017).

O papel da tecnologia é o de suporte pedagógico e para isto a opção em utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem *Moodle* para disponibilização de conteúdo e para a realização de tarefas, propiciando a interação e socialização dos discentes, sendo uma



forma de extrapolar as paredes da sala de aula e enriquecer a aprendizagem. Outras ferramentas podem ser utilizadas, como o *facebook*, *email*, *skype* e *chats*. Em cada plano de ensino deverá ser descrito os seguintes pontos: modelo de tutoria (como o professor administrará cada ferramenta on-line), a infraestrutura de suporte tecnológico (como utilizará os espaços do campus para uso das tecnologias – laboratório de informática, laboratório de Ciências Sociais), conteúdo teórico, a forma de avaliação, material didático dentre outros itens. Todos os planos de ensino devem passar pela avaliação do Colegiado do curso.

O Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) servirá como suporte e como um ambiente de aprendizagem que intermediará os momentos presenciais em sala de aula e momentos de atividades práticas e/ou virtuais dentro da proposta que o professor apresentar no Plano de ensino. O Moodle possibilita três tipos de conjuntos de atividades: (1) Atividades de comunicação; (2) Atividades de Trabalho colaborativo; e (3) Atividades de Avaliação/Recolha de Informação. Ao mesmo tempo que o Moodle proporciona um ambiente rico em alternativas de atividades, ele se apresenta como um repositório de conteúdos de forma organizada em Tópicos ou em Semanas, por exemplo. Os (4) Recursos, termo designado para esta função, é composto por ferramentas que identificam os diferentes tipos de arquivos a serem depositados e disponibilizados. Cabe ao professor construir um Roteiro de Estudos organizando os diferentes Recursos e Atividades a serem desenvolvidas nos momentos à distância em cada semana.

Conhecer-se-á uma sistematização da maioria das ferramentas disponíveis no Moodle a seguir, conforme as instruções disponibilizadas na própria plataforma (<https://moodle-academico.uffs.edu.br>):



Grupo de Atividades	Ferramentas no Moodle	Descrição
1. Atividades de comunicação:	1.1 Chat:	<p>O módulo de atividade chat permite que os participantes possam conversar em tempo real ou síncrona. A conversa pode ser uma atividade de uma só vez ou pode ser repetida na mesma hora todos os dias ou todas as semanas. Sessões de chat são salvas e podem ser disponibilizadas para que todos possam visualizar ou restritas a usuários com a capacidade de visualizar os logs de sessão do chat.</p> <p>Chats são especialmente úteis quando um grupo de bate-papo não é capaz de se encontrar cara-a-cara, como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Reuniões regulares dos estudantes participantes de cursos online para que possam compartilhar experiências com outros no mesmo curso, mas em um local diferente• Um estudante temporariamente impossibilitado de comparecer pessoalmente conversar com seu professor para acompanhar o trabalho• Estudantes na experiência de trabalho se reúnem para discutir suas experiências entre si e com seu professor• Crianças mais jovens que usam chat em casa à noite como uma introdução controlada (monitorada) para o mundo das redes sociais• A sessão de perguntas e respostas com um orador convidado em um local diferente• Sessões para ajudar os estudantes a se prepararem para testes em que o professor ou outros estudantes, colocariam exemplos de perguntas.
	1.2 Fórum:	<p>O módulo de atividade fórum permite que participantes tenham discussões assíncronas, ou seja, discussões que acontecem durante um longo período de tempo.</p> <p>Existem vários tipos de fóruns que você pode escolher, como (1) o fórum padrão onde qualquer um pode iniciar uma discussão a qualquer momento; (2) um fórum onde cada estudante pode postar apenas uma discussão; ou (3) um fórum de perguntas e respostas onde os estudantes devem primeiro fazer um post para então serem autorizados a ver os outros posts de outros estudantes. Um professor pode permitir que arquivos sejam anexados aos posts dos fóruns. As imagens anexadas são exibidas no post do fórum.</p> <p>Participantes podem assinar um fórum para receber notificações de novos posts do fórum. Um professor pode definir o modo de assinatura como opcional, forçado ou automático, ou proibir as assinaturas completamente. Se necessário, é possível estabelecer um número máximo de postagens num determinado período de tempo; isto pode prevenir que alguns indivíduos dominem as discussões. Posts dos fóruns podem ser avaliados pelo professor ou pelos estudantes (avaliação por pares). As avaliações podem ser agregadas para formar uma única nota final a ser gravada no livro de notas.</p> <p>Fórum tem muitas utilidades, como</p>



Grupo de Atividades	Ferramentas no Moodle	Descrição
		<ul style="list-style-type: none">• Um espaço social para os estudantes se conhecerem• Anúncios sobre o curso (usando um fórum de notícias com assinatura forçada)• Para discutir conteúdos do curso ou os materiais para leitura• Para continuar online uma discussão iniciada em sala de aula• Para discussões entre os professores (utilize um fórum oculto)• Uma central de ajuda onde professor e estudantes podem conseguir ajuda• Uma área de suporte um-para-um para comunicações particulares entre professor e estudante (usando um fórum com grupos separados e um estudante por grupo)• Para atividades de extensão, por exemplo "brainstorms" para estudantes sugerirem e avaliarem ideias
2. Atividades de Trabalho colaborativo	2.1 Base de Dados:	<p>O módulo de atividade Base de Dados permite aos participantes criar, manter e pesquisar uma coleção de itens (ou seja, registros). Permite também que os itens enviados pelos estudantes sejam avaliados por professores ou pelos próprios estudantes (avaliação em pares) de forma anônima ou não. A estrutura dos itens é definida pelo professor como uma quantidade de campos. Os tipos de campo incluem caixa de seleção, botões de rádio, menu dropdown, área de texto, URL, imagem e arquivo enviado.</p> <p>O layout visual de informações ao listar, visualizar ou editar os itens da base de dados, pode ser controlado por modelos de base de dados. Atividades de base de dados podem ser compartilhadas entre os cursos como presets e um professor pode também importar e exportar itens de uma base de dados. Se o filtro de auto-ligação da base de dados estiver habilitado, todos os itens da base de dados (palavras ou frases) serão automaticamente vinculados quando aparecerem no curso.</p> <p>Um professor pode permitir comentários nos itens. Os itens também podem ser avaliados por professores ou estudantes (avaliação em pares). As avaliações podem ser agregadas para formar uma nota final registrada no livro de notas.</p> <p>Atividades de base de dados tem muitos usos, como</p> <ul style="list-style-type: none">• Um acervo colaborativo de links da web, livros, resenhas de livros, referências de jornal etc.• Para exibir fotos, cartazes, sites ou poemas criados por estudantes para comentários e revisões em pares (entre estudantes).
	2.2 Glossário:	<p>O módulo de atividade de glossário permite aos participantes criar e manter uma lista de definições, como um dicionário, ou coletar e organizar recursos ou informações.</p> <p>Um professor pode permitir que arquivos sejam anexados aos termos do glossário. As imagens anexadas são exibidas no termo. Os termos do glossário podem ser pesquisados ou listados</p>



Grupo de Atividades	Ferramentas no Moodle	Descrição
		<p>alfabeticamente ou por categoria, data ou autor. Os termos podem por padrão serem aprovados ou depender da aprovação de um professor antes de serem visualizadas por alguém.</p> <p>Se o filtro de auto-ligação do glossário estiver ativado, os termos do glossário serão automaticamente vinculados quando as palavras e/ou frases do conceito aparecerem no curso.</p> <p>Um professor pode permitir comentários nos termos do glossário. Os termos também podem ser avaliados por professores ou estudantes (avaliação por pares). Avaliações também podem ser agregadas para formar a nota final que será registrada no livro de notas.</p> <p>Glossários tem muitos usos, como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Um banco colaborativo de termos chaves• Um espaço "apresente-se" onde novos estudantes adicionam seus nomes e informações pessoais• Centralização de dicas ou melhores práticas sobre algum item• Uma área de compartilhamento de vídeos, imagens ou arquivos de som• Como recurso de revisão de fatos a serem lembrados
	2.3 Laboratório de avaliação:	<p>O módulo de atividade Laboratório de Avaliação permite a coleta, revisão e avaliação por pares do trabalho dos estudantes. Os estudantes podem enviar qualquer conteúdo digital (arquivos), como documentos de texto ou planilhas e também podem digitar um texto diretamente em um campo utilizando o editor de texto.</p> <p>Os envios são avaliadas por um formulário de avaliação multi-critérios definido pelo professor. O processo de avaliação por pares e a compreensão do formulário de avaliação podem ser praticados antecipadamente com exemplos de envios fornecidos pelo professor, juntamente com uma avaliação de referência. Os estudantes recebem a oportunidade de avaliar uma ou mais dos envios de seus colegas. Envios e revisores podem ser anônimos, se necessário. Os estudantes obtêm duas notas em uma atividade de laboratório de avaliação - uma nota para seu envio e uma nota para a avaliação dos envios de seus colegas. Ambas as notas são registradas no livro de notas.</p>
	2.4 Portifólio:	<p>O(s) professor(es) do curso podem criar uma estrutura geral para o trabalho dos estudantes por meio de uma série de capítulos e subcapítulos, o mesmo que o layout encontrado no módulo livro. Os estudantes do curso podem então adicionar suas próprias contribuições com base nessa estrutura, que pode então ser comentada e avaliada pelo(s) professor(es) do curso.</p>
	2.5 Wiki:	<p>O módulo de atividade wiki permite aos participantes adicionar e editar uma coleção de páginas da web. Um wiki pode ser colaborativo, com todos podendo editá-lo, ou individual, onde</p>



Grupo de Atividades	Ferramentas no Moodle	Descrição
		<p>cada um tem seu próprio wiki e somente ele pode editar. Um histórico de versões anteriores de cada página do wiki é mantido, listando as edições feitas por cada participante. Wikis têm muitas utilidades, como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Para agrupar anotações ou guias de estudo• Para os membros de uma faculdade planejarem um esquema de trabalho ou agendarem uma reunião juntos• Para que os alunos criem colaborativamente um livro on-line, criando conteúdo em um tópico definido pelo seu tutor• Para narração colaborativa ou criação de poesia, onde cada participante escreve uma linha ou verso• Como uma revista pessoal para notas de exame ou revisão (usando um wiki individual)
3. Atividades de Avaliação/Recolha de Informação	3.1 Escolha:	<p>O módulo escolha permite ao professor fazer uma pergunta e especificar opções de múltiplas respostas. Resultados da escolha podem ser publicados depois que os estudantes responderem, após uma determinada data, ou não. Uma atividade de escolha pode ser usada</p> <ul style="list-style-type: none">• Como uma pesquisa rápida para estimular reflexão sobre um tópico• Para testar rapidamente o compreensão dos estudantes• Para facilitar a tomada de decisões do estudante, por exemplo, permitindo os estudantes votarem em uma direção para o curso
	3.2 Ferramenta externa:	<p>O módulo de atividade ferramenta externa permite aos estudantes interagir com os recursos de aprendizagem e atividades em outros sites. Por exemplo, uma ferramenta externa pode fornecer acesso a um tipo de atividade nova ou materiais de aprendizagem de uma editora. Para criar uma atividade ferramenta externa, é necessário que o provedor da ferramenta tenha suporte a LTI (Learning Tools Interoperability) . Um professor pode criar uma atividade ferramenta externa ou fazer uso de uma ferramenta configurada pelo administrador do site. Atividades de ferramentas externas diferem de recursos URL em alguns aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none">• As ferramentas externas utilizam informações de contexto, ou seja, têm acesso a informações sobre o usuário que iniciou a ferramenta, como: o curso, instituição e nome• Ferramentas externas suportam a leitura, atualização e exclusão de notas associado com a instância da atividade• Configurações de ferramentas externas criam uma relação de confiança entre seu site e o provedor de ferramentas, permitindo uma comunicação segura entre eles
	3.3 Lição:	<p>Uma lição publica o conteúdo em um modo interessante e flexível. Ela consiste em um certo número de páginas. Cada página</p>



Grupo de Atividades	Ferramentas no Moodle	Descrição
		na, normalmente, termina com uma questão e uma série de possíveis respostas. Dependendo da resposta escolhida pelo estudante, ou ele passa para a próxima página ou é levado de volta para uma página anterior. A navegação através da lição pode ser direta ou complexa, dependendo em grande parte da estrutura do material que está sendo apresentado.
	3.4 Pesquisa:	<p>O módulo de atividade de feedback permite que um professor criar uma pesquisa personalizada para a recolha de feedback dos participantes usando uma variedade de tipos de questões, incluindo múltipla escolha, sim/não ou de entrada de texto. Respostas de feedback pode ser anônimo, se desejar, e os resultados podem ser mostrados para todos os participantes ou restrita a apenas os professores. Todas as atividades de comentários na primeira página site também pode ser preenchido por usuários não-registrados.</p> <p>Atividades de feedback pode ser usado</p> <ul style="list-style-type: none">• Para avaliações do curso, contribuindo para melhorar o conteúdo para os participantes posteriores• Para capacitar os participantes para se inscrever para módulos de cursos, eventos etc.• Para levantamentos de hóspedes de opções de cursos, políticas escolares etc.• Para inquéritos anti-bullying nas quais os estudantes podem relatar incidentes de forma anônima
	3.5 Questionário:	<p>A atividade Questionário permite criar e configurar questionários com questões de vários tipos, incluindo múltipla escolha, verdadeiro ou falso, correspondência, resposta curta entre outras). O professor pode permitir que o questionário tenha múltiplas tentativas, com questões embaralhadas ou selecionadas aleatoriamente de uma categoria do banco de questões. Cada tentativa é corrigida automaticamente, com exceção das questões dissertativas, e a nota é registrada no livro de notas do curso. O professor pode escolher quando e se sugestões, comentários e respostas corretas são mostradas aos estudantes.</p> <p>Os questionários podem ser utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none">• Como provas de um curso• Como pequenos testes para tarefas de leitura ou no final de um tópico• Como prova de revisão usando questões de provas anteriores• Enviar comentários imediatos sobre o desempenho• Para auto-avaliação
3.6 Tarefa:	<p>O módulo de atividade permite a atribuição de um professor para comunicar tarefas, recolher o trabalho e fornecer notas e comentários.</p> <p>Os estudantes podem apresentar qualquer conteúdo digital (arquivos), como documentos de texto, planilhas, imagens ou áu-</p>	



Grupo de Atividades	Ferramentas no Moodle	Descrição
		<p>dio e vídeos. Alternativamente, ou adicionalmente, a atribuição pode exigir dos estudantes a digitação do conteúdo diretamente no editor de texto. Uma tarefa também pode ser usada para lembrar aos estudantes das atribuições 'mundo real' que eles precisam para completar off-line, tais como obras de arte e, portanto, não necessita de qualquer conteúdo digital. Os estudantes podem submeter trabalhos, individualmente ou como membro de um grupo.</p> <p>Ao analisar os trabalhos, os professores podem deixar comentários de feedback e fazer upload de arquivos, como marcar apresentações dos estudantes, documentos com comentários ou feedback de áudio falado. Atribuições podem ser classificadas de acordo com uma escala numérica ou customizada ou um método de classificação avançada, como uma rubrica. Notas finais são registradas no livro de notas.</p>
4. Recursos: São itens estáticos que o professor disponibiliza para proporcionar suporte de conteúdo aos estudantes.	4.1 Arquivo:	<p>O módulo de arquivo permite que um professor forneça um arquivo como um recurso curso. Sempre que possível, o arquivo será exibido na interface do curso, caso contrário, os estudantes serão solicitados a fazer o download. O arquivo pode incluir arquivos de suporte, por exemplo uma página HTML pode ter incorporado imagens ou objetos Flash. Note-se que os estudantes precisam ter o software adequado em seus computadores a fim de abrir o arquivo.</p> <p>Um arquivo pode ser usado</p> <ul style="list-style-type: none">• Para compartilhar apresentações em classe• Para incluir um mini website como um recurso curso• Para fornecer arquivos de projetos de determinados programas de software (por exemplo, Photoshop. psd) para que os estudantes possam editar e enviá-los para a avaliação
	4.2 Livro:	<p>O módulo livro permite que professores criem um recurso com diversas páginas em formato de livro, com capítulos e subcapítulos. Livros podem conter arquivos de mídia bem como textos e são úteis para exibir grande quantidade de informação que pode ficar organizada em seções.</p> <p>Um livro pode ser usado</p> <ul style="list-style-type: none">• Para exibir material de leitura para um módulo de estudo individual• Como um manual departamental• Como um portfólio do trabalho dos estudantes
	4.3 Páginas:	<p>O módulo de página permite que um professor crie um recurso de página da web utilizando o editor de texto. Uma página pode exibir texto, imagens, som, vídeo, links da web e código incorporado, como mapas do Google. As vantagens de utilizar o módulo de página em vez do módulo de arquivo incluem o fato da página ser mais acessível (por exemplo, para usuários de dispositivos móveis) e mais fácil de atualizar. Para grandes</p>



Grupo de Atividades	Ferramentas no Moodle	Descrição
		conteúdos, é recomenda-se a utilizar o módulo livro em vez de uma página. Uma página pode ser utilizada para: <ul style="list-style-type: none">• Apresentar os termos e condições de um curso ou um resumo do programa do curso• Para incorporar vários vídeos ou arquivos de som juntamente com algum texto explicativo
	4.4 Pasta:	O módulo pasta permite ao professor exibir um número de arquivos relacionados dentro de uma pasta única, reduzindo a rolagem na página do curso. A pasta zipada pode ser carregado e descompactada para exibição, ou uma pasta vazia criada e arquivos enviados para ela. A pasta pode ser usado: <ul style="list-style-type: none">• Para uma série de arquivos em um tópico, por exemplo, um conjunto de documentos de exame passados em formato pdf.• Para prover um espaço compartilhado de upload para professores na página do curso (mantendo a pasta oculta para que só os professores possam vê-la)
	4.5 Rótulo:	Um rótulo permite que texto e imagens possam ser inserido no meio dos links de atividades na página do curso. Rótulos são muito versáteis e podem ajudar a melhorar a aparência de um curso caso utilizado sabiamente. Rótulos podem ser utilizados <ul style="list-style-type: none">• Para separar uma lista de atividades com uma cabeçalho ou uma imagem• Para exibir um som incorporado ou vídeo diretamente na página do curso• Para adicionar uma descrição breve a uma seção de um curso
	4.6 URL:	O módulo de URL permite que um professor para fornecer um link de web como um recurso do curso. Qualquer coisa que esteja livremente disponível on-line, como documentos ou imagens, pode ser vinculada; URL não tem que ser a home page de um site. URL de uma página web em particular pode ser copiado e colado ou um professor pode usar o seletor de arquivo e escolher um link de um repositório, como Flickr, YouTube ou Wikipédia (dependendo de qual repositórios estão habilitados para o site). Há uma série de opções de exibição para URL, como incorporado ou aberto em uma nova janela e opções avançadas para transmitir informações, como o nome de um estudante para URL, se necessário. Observe que URLs também podem ser adicionados a qualquer outro tipo de recurso ou atividade através do editor de texto.



8.10 Atendimento às legislações específicas

A iniciativa de criar uma legislação nacional específica para orientar imperativamente e regular a proteção e a garantia de direitos e princípios, tanto a partir da percepção da necessidade dada pela materialidade observada, como das pautas e demandas advindas do clamor social, inscreve-se como uma necessidade histórica para a ampliação do campo democrático. Neste sentido, essas peças legais indicam os elementos fundamentais que podem, de maneira significativa, contribuir para implementação de processos que visam a transformação e a melhoria da convivência humana e social.

Correspondente a essa intencionalidade prescrita, o Projeto Pedagógico de Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura como mediação e instrumento de Formação Humana, contempla em seu conteúdo formal e material, os valores proclamados nessas orientações legais.

Em relação ao previsto na **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**, que dispõe sobre a inclusão da **Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino**, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores, regulamentado pelo **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**, que demarca em seu Art. 1º A Política Nacional de Educação Ambiental será executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), pelas **instituições educacionais públicas** e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade, bem como o previsto nos Art. 5º: Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se: I - a **integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente**; e II - a adequação dos **programas já vigentes de formação continuada de educadores** e Art. 6º Para o cumprimento do estabelecido neste decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, **programas de educação ambiental integrados**: I - a todos os níveis e modalidades de ensino; II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de ma-



nejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental; III - às políticas públicas, econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde; IV - aos processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas; V - a projetos financiados com recursos públicos; VI - ao cumprimento da Agenda 21.

O Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura implementa a presente temática de maneira transversal (Inter e Transdisciplinar) através de pontos contidos no ementário e atividades práticas (de ensino, pesquisa e extensão), e que poderão ser pontuados no Plano de Ensino de diversos Componentes Curriculares (CCRs) tais como: Sociologia Rural, Sociologia Rural e Laboratório de Prática em Ensino IV - Educação do Campo e Popular.

O disposto contido na **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004** – que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das **Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Deste modo, o presente PPC prestou atenção aos princípios indutores previstos na Resolução, onde, subscreve em seu Art. 1º que a presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, **por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores**. Além disso, demarca no § 1º desse Artigo que as **Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004**.

Além disso, conforme o § 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento. Atenta-se também, no que demarca o Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o En-



sino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas **constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.** Em seu § 1º destaca que a Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Em seu § 2º defende que o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

Além destes elementos anteriores, inscreve-se no terreno da intencionalidade prescrita e inscrita no Projeto Pedagógico deste Curso, os elementos advogados no Art. 4º dessa Resolução que **‘Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino’.**

Considerando que um Projeto Político Pedagógico de Curso de Graduação é, em linhas gerais, uma síntese projetiva, o Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura, traz em seu escopo elementos, tempos e espaços que visam a implementação dos princípios advogados por essa Resolução. Deste modo, dentre esses vários elementos, tempos e espaços, terão centralidade para o tratamento e implementação desta temática e demanda [no interior de suas discussões, processos e atividades de Pesquisa], por exemplo, os Componentes Curriculares (CCRs), Introdução à Antropologia, História da Fronteira Sul, Pensamento Social no Brasil e Sociologia Rural.

Integram, também, esse processo os elementos intencionais inscritos nos Referenciais Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais deste PPC, que em larga medida indicam, tanto na forma como no conteúdo, um conjunto de conhecimentos que são a base das Ciências Sociais que em linhas gerais se **‘alimentam’** da materialidade



social que a Resolução aqui referenciada busca alcançar. Os princípios advogados por essa Resolução serão correspondidos também pela realização de eventos (Conferências, Palestras, Seminários, etc.), bem como trabalhos de pesquisa, de ensino e de extensão que aprofundem a temática ao longo do Curso de Graduação.

Da mesma forma com que este Projeto de Curso de Graduação contempla as peças legais gerais e as pontuadas anteriormente neste item, incorpora também em seu arcabouço processual, os valores proclamados e exigidos pela **Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012** que estabelece as Diretrizes Nacionais para a **Educação em Direitos Humanos**. Como imperativo legal, demarca a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

A presente Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, tendo como base um conjunto de outras peças legais superiores na hierarquia da normatização, incluindo, os valores proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como se vê:

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas Leis nos 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 8/2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, CONSIDERANDO o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014), o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); e as diretrizes nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visem assegurar o direito à educação a todos(as).

Assim, em seu Art. 1º, a presente Resolução estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas pelos **sistemas de ensino e suas instituições**, destacando em seu Art. 2º que A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, **refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas**. Já no § 1º deste 2º Artigo, estabelece que os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto



de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. Deste modo, como profere o § 2º deste Artigo 2º, aos sistemas de ensino e **suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos**, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos os envolvidos nos processos educacionais.

Como consequência indutora do prescrito nos Artigos anteriores, vê-se que, conforme prevê o seu Art. 3º, deve-se considerar que a Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI – transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

O Projeto Político Pedagógico de Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura, em sua totalidade, busca corresponder ao prescrito no Art. 4º desta Resolução que advoga que a Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões: I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político; IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Além disso, coadunando os elementos fundamentais inscritos no Projeto Pedagógico de Curso, com o projeto institucional da UFFS (disposto em seu Estatuto) e a ‘arquitetura’ organizativa do Matriz Curricular deste Curso, vemos que esses grandes pilares incorporam o previsto nos Art. 5º, desta Resolução que aponta que a Educação em Direitos Humanos tem como **objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e pla-**



netário e em seu § 1º que demarca que este objetivo deverá orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao **planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos** e Art. 6º, onde prevê que a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos **Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior**; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

Assim, no constructo da intencionalidade formativa (de Formação Humana) presente no PPC do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura, objetiva-se como princípio da universalidade da proposta de curso o estabelecido nos Art. 7º desta Resolução, que destaca que a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade, Art. 8º A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos os profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais [...], Art. 10 que indica que os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa deverão fomentar e divulgar estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos, Art. 11 que traz o indicativo que os sistemas de ensino deverão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos e, por extensão, a Educação em Direitos Humanos e Art. 12, que expressa que as Instituições de Educação Superior estimularão **ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.**

De maneira prática, o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura indica os ‘ambientes’, tempos e espaços pedagógicos que levarão à implementação do conjunto de intencionalidades inscritas e prescritas no *corpus ex-*



plicativo-indutor desta Resolução: num conjunto de Componentes Curriculares – que mesmo não apresentando pontos de ementas explícitas acerca dos direitos humanos – em sua perspectiva de análise abrem espaço para o debate e a Educação em Direitos Humanos como, por exemplo, Introdução à Ciência Política, Educação Inclusiva, Laboratório de Prática em Ensino II - Gênero e Diversidade na Escola e, fundamentalmente, Direitos e Cidadania.

Para além destes tempos e espaços de educação em Direitos Humanos já destacados, também o curso realizará palestras, seminários e debates, acompanhamento de possíveis violações de Direitos Humanos, intervenções práticas com atividades de pesquisa e extensão acerca da temática.

Com estes diferentes momentos e processos educativos, busca-se um ambiente, práticas e valores que promovam uma educação e convivência democrática, comprometida com o respeito à diversidade humana e com o combate a todas as formas de violência e de discriminação.

Legislação	
Legislação	Componente curricular
Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos <u>conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram</u> , a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.	<ul style="list-style-type: none">• Sociologia Rural;• Introdução à Antropologia;• História da Fronteira Sul;• Pensamento Social no Brasil.
Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.	<ul style="list-style-type: none">• Sociologia Rural;• Laboratório de Prática em Ensino IV - Educação do Campo e Popular
Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a <u>inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos</u> da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer	<ul style="list-style-type: none">• Introdução à Ciência Política;• Educação Inclusiva;• Laboratório de Prática em Ensino II - Gênero e Diversidade na Escola



CNE/CP nº 8/2012.

•Direitos e Cidadania.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

8.11 Matriz curricular

Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura Campus Laranjeiras do Sul						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenciais	Está-gio	Ex-tensão			Pesqui-sa
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Prática							
1ª fase	01	CM	GEX208	Informática Básica	4	60							60	
	02	CM	GLA104	Produção Textual Acadêmica	4	60							60	
	03	CM	GCH293	Introdução à Filosofia	4	60							60	
	04	CX	GCH797	Educação Inclusiva	2	30							30	
	05	ES	GCH1316	Introdução à Antropologia	2	30							30	
	06	ES	GCH1317	Introdução à Ciência Política	2	30							30	
	07	ES	GCH1315	Introdução à Sociologia	2	30							30	
Subtotal					20	300							300	
2ª fase	8	CM	GCH292	História da Fronteira Sul	4	60							60	
	9	ES	GCS649	Economia Política	4	60							60	
	10	ES	GCH1326	Sociologia I	4	60							60	7
	11	ES	GCH1327	Teoria política I	4	60							60	6
	12	ES	GCH1328	Antropologia I	4	60							60	5
Subtotal					20	300							300	
3ª fase	13	CM	GCH290	Iniciação à Prática Científica	4	60							60	
	14	ES	GCH1462	Pensamento Social no Brasil	4	60							60	
	15	ES	GCH1463	Sociologia II	4	60							60	10
	16	ES	GCH1464	Antropologia II	4	60							60	12
	17	ES	GCH1465	Teoria Política II	4	60							60	11
Subtotal					20	300							300	
4ª fase	18	CM	GEX210	Estatística Básica	4	60							60	
	19	CM	GCS239	Direitos e Cidadania	4	60							60	
	20	ES	GCH1512	Sociologia III	4	60							60	15
	21	ES	GCH1513	Antropologia III	4	60							60	16
	22	ES	GCH1514	Teoria Política III	4	60							60	17
Subtotal					20	300							300	
5ª	23	CX	GCH1210	Fundamentos da Educação	4	60							60	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura Campus Laranjeiras do Sul						Atividades*						Total de Horas	Pré-req
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenciais	Está-gio	Ex-tensão		
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Prática						
fase	24	CX	GCH1209	Psicologia da Educação e Teorias da Aprendizagem	4	60						60	
	25	CX	GCH1214	Estágio Curricular I	5				75			75	
	26	ES	GCH1515	Laboratório de Prática em Ensino I - Metodologia do Ensino de Ciências Sociais	4			60				60	
	27	ES		Optativa I	4	30			30			60	
Subtotal					21	150		60	30	75		315	
6ª fase	28	CX	GCH1211	Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil	4	60						60	
	29	CX	GCH794	Didática geral	4	60						60	
	30	ES	GCH1517	Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais	4	60						60	13
	31	ES	GCH1518	Estágio Curricular II	6				90			90	25
	32	ES	GCH1516	Laboratório de Prática em Ensino II - Gênero e diversidade na escola	4			60				60	
Subtotal					22	180		60	90			330	
7ª fase	33	CX	GLA210	Língua Brasileira de Sinais (LI-BRAS)	4	60						60	
	34	ES	GCH1519	Estágio Curricular III	8				120			120	31
	35	ES	GCH1520	Laboratório de Prática em Ensino III - Juventudes e Escola	4			60				60	
	36	ES	GCH1521	Teoria dos Movimentos Sociais	4	60						60	
	37	ES		Optativa II	4	30			30			60	
Subtotal					24	150		60	30	120		360	
8ª fase	38	ES	GCH1522	Desenvolvimento Territorial	4	60						60	
	39	ES	GCH1523	Sociologia Rural	4	60						60	
	40	ES		Optativa III	4	30						60	
	41	ES	GCH1524	Laboratório de Prática em Ensino IV - Educação do Campo e Popu-	2			30				30	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura Campus Laranjeiras do Sul						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr**	Aulas não presenciais	Está-gio	Ex-tensão			Pesqui-sa
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Prática							
				lar										
	42	ES	GCH1525	Estágio Curricular IV	8					120		120	34	
	43	ES	GCH1526	Trabalho de Conclusão de Curso I	7	30					75	105	20, 21, 22,30	
Subtotal					29	180		30	30	120		75	435	
9ª fase	44	ES	GCH1527	Trabalho de Conclusão de Curso II	8	30					90	120	43	
	45	ES	GCH1528	Laboratório de Prática em Ensino V – Comportamento Político	3			45				45		
	46	ES		Optativa IV	4	30			30			60		
	47	ES	GCH1529	Seminário de Docência, Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais (SDPECS)	10			150				150		
Subtotal					25	60		195	30		90	375		
Subtotal Geral					201	1920		405	120	405		165	3015	
Atividades curriculares complementares					14	210						210		
Total Geral					215	2130		405	120	405		165	3225	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico

*Atividades descritas conforme previsto no Art. 14 do atual Regulamento da Graduação da UFFS.

** PCCr: coluna exclusiva para os cursos de licenciatura (mínimo de 400 horas). Segundo a legislação vigente: (...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de componentes curriculares ou de outras atividades formativas. Isto inclui os componentes curriculares de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento (Parecer CNE/CES nº 15/2005).



8.12 Rol de componentes optativos:

Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura <i>Campus Laranjeiras do Sul</i>					Atividades		Total de Horas	Pré-req
Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Aulas não presenciais		
48	ES	GCH1530	Antropologia da Música	4	30	30	60	
49	ES	GCS396	Economia Brasileira Contemporânea	4	30	30	60	
50	ES	GCH1531	Economia Social e Solidária	4	30	30	60	
51	ES	GCH692	Educação Popular	4	30	30	60	
52	ES	GCH1532	Etnologia indígena	4	30	30	60	
53	ES	GCH1533	História do Pensamento Político Clássico	4	30	30	60	
54	ES	GCH1534	Partidos Políticos	4	30	30	60	
55	ES	GCH1535	Projetos Sociais e de Desenvolvimento	4	30	30	60	
56	ES	GCH1536	Sociologia Econômica	4	30	30	60	
57	ES	GCH1537	Teoria Cooperativista	4	30	30	60	
58	ES	GCH1538	Teoria da Democracia	4	30	30	60	
59	ES	GCH1539	Teoria das Elites	4	30	30	60	
60	ES	GCH1540	Trabalho no Campo	4	30	30	60	
61	ES	GCH1541	Tópicos Especiais em Antropologia I	4	30	30	60	
62	ES	GCH1542	Tópicos Especiais em Antropologia II	4	30	30	60	
63	ES	GCH1543	Tópicos Especiais em Antropologia III	4	30	30	60	
64	ES	GCH1544	Tópicos Especiais em Docência, Pesquisa e Extensão I	4	30	30	60	
65	ES	GCH1545	Tópicos Especiais em Docência, Pesquisa e Extensão II	4	30	30	60	
66	ES	GCH1546	Tópicos Especiais em Docência, Pesquisa e Extensão III	4	30	30	60	
67	ES	GCH1547	Tópicos Especiais em Política I	4	30	30	60	
68	ES	GCH1548	Tópicos Especiais em Política II	4	30	30	60	
69	ES	GCH1549	Tópicos Especiais em Política III	4	30	30	60	
70	ES	GCH1550	Tópicos Especiais em Sociologia I	4	30	30	60	
71	ES	GCH1551	Tópicos Especiais em Sociologia II	4	30	30	60	
72	ES	GCH1552	Tópicos Especiais em Sociologia III	4	30	30	60	

Quadro 6: Rol de componentes optativos

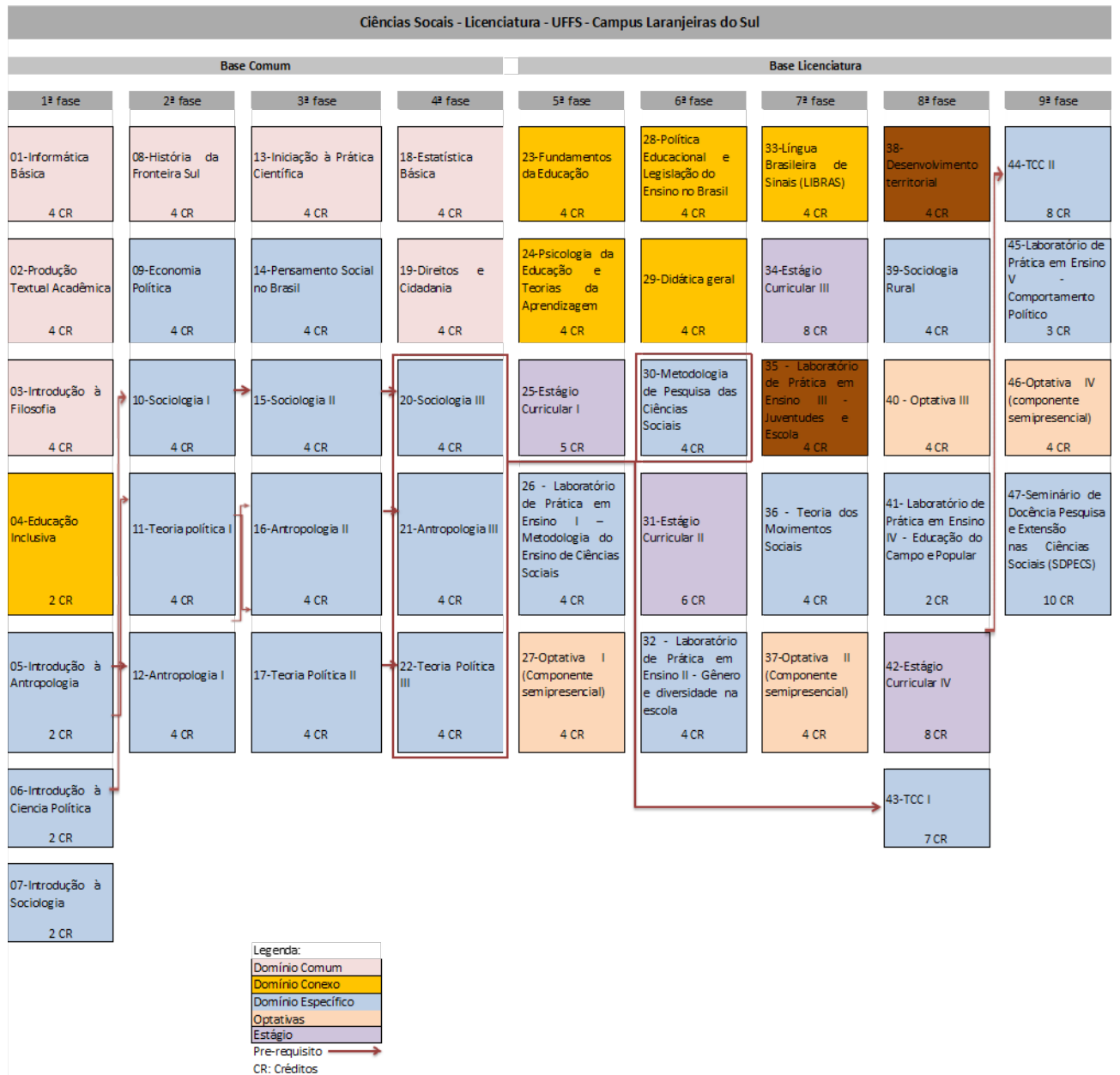


8.13 Resumo de créditos e carga horária dos estágios, ACCs e TCC.

Resumo de créditos e Carga horária de Estágio, ACC e TCC	Créditos	Carga horária (horas)
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	15	225
Estágio Curricular (EC)	27	405
Atividades Curriculares Complementares (ACC)	14	210



8.14 Análise vertical e horizontal da matriz curricular (representação gráfica)





8.15 Modalidades de componentes curriculares presentes na matriz do curso:

8.15.1 Estágios curriculares (Normatização no ANEXO I)

O Estágio Curricular do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura ocupa um dos principais eixos formativos do futuro sociólogo, uma vez que possibilita a articulação teórico-prática, vivências e experiências no campo da sua atuação profissional, além de estabelecer um olhar sobre o contexto escolar a partir de sua dimensão sociopolítica. Iniciando-se a partir da quinta fase e estendendo-se até a oitava fase, o Estágio Curricular contabiliza 27 créditos, com carga horária correspondente a 405 horas.

Carga horária (em horas)				
CCR	Total	I – Aulas teórico/práticas presenciais	II – Diagnóstico, elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação	III – Desenvolvimento de atividades no campo de Estágio
Estágio Curricular I	75 h	30 h	25 h	20 h
Estágio Curricular II	90 h	40 h	20 h	30 h
Estágio Curricular III	120 h	40 h	40 h	40 h
Estágio Curricular IV	120 h	40 h	40 h	40 h
Total	405 h			

Quadro 6: Síntese dos Componentes Curriculares de Estágio Curricular em Ciências Sociais.

Embora estejam previstas no PPC experiências práticas aliadas à formação teórica considerando as habilidades do professor de Ciências Sociais, é no momento do estágio que esse ciclo se completa. Nessa etapa, os alunos devem mostrar-se capazes de usarem as ferramentas teórico-conceituais próprias das Ciências Sociais para respaldarem suas experiências na escola de forma crítica, interpretativa, reflexiva e analítica, além de se mostrarem capazes de realizar a mediação/articulação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento escolar. Nesse sentido, os quatro componentes curriculares de Estágio Curricular foram pensados como um processo contínuo que orienta o aluno através de um gradual conhecimento das peculiaridades e exigências do ambiente escolar, da reflexão e do planejamento das atividades e, finalmente, do exercício da prática docente.

É imperativo ressaltar que o Estágio Curricular I faz parte do Domínio Conexo presente entre as licenciaturas ofertadas na UFFS, e tem por principal objetivo a inserção do acadêmico no cotidiano escolar.



Legalmente, buscou-se amparo nas determinações que orientam a formação inicial de docentes (Resolução nº 02/2015/CNE e Resolução nº 02/2017/UFFS) e, nesses termos, também compreende-se

“o estágio como um tempo-espaço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação” (Resolução nº 02/2015/CNE).

Os estágios foram organizados para serem desenvolvidos em distintos contextos e espaços, por meio de ações sempre articuladas com as escolas, entidades e órgãos responsáveis pela gestão da educação no âmbito do Estado. Neste sentido, as orientações comuns para organização dos estágios seguem o seguinte itinerário: a) Um olhar investigativo por meio da inserção em contextos escolares e de aproximação aos sujeitos que constituem a comunidade escolar – crianças, profissionais e famílias – objetivando desenvolver a prática da observação na pesquisa e registro do observado, reflexão na/sobre a ação; b) Produção e planejamento da atuação docente para/nos espaços escolares, a partir da análise, reflexão e interpretação dos elementos provenientes da observação, exercício de transformação de informações em conhecimentos, classificando-as, analisando-as e contextualizando-as; c) A atuação docente – o estágio com pesquisa sob orientação, supervisão e acompanhamento da universidade e da escola (coformadora) – ocorrerá na Instituição previamente definida junto aos órgãos de gestão da educação do Estado, seguindo protocolo de convênio estabelecido entre as partes; d) Produção de relatório reflexivo que expresse as aprendizagens teórico-práticas e as experiências da atuação docente; e) Socialização do Estágio visando publicizar e avaliar o percurso realizado no estágio; f) Arquivamento dos Relatórios de Estágios em Repositório específico, sob responsabilidade do docente coordenador de Estágios do Curso.

As orientações gerais e a regulamentação do Estágio Curricular para o Curso de Graduação em Ciências Sociais– Licenciatura encontram-se no Anexo I.

8.15.2 *Atividades curriculares complementares (Normatização no ANEXO II)*

As Atividades Curriculares Complementares (ACCs) constituem ações que visam à complementação do processo ensino e aprendizagem, sendo desenvolvidas ao longo do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura, com carga horária de 210 horas.



As ACCs constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

Enquanto requisito obrigatório, as ACCs respondem ao princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece em seu artigo 3º a “valorização da experiência extra-classe” e, também, pelo que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais.

Para validação das horas de ACCs, os estudantes deverão apresentar documento comprobatório da atividade e sua carga horária ou apresentação de cópia do trabalho realizado ou declaração da instituição ou órgão responsável pela atividade prestada ou documento elaborado pelo professor que orientou e acompanhou o estudo ou outro documento comprobatório da atividade realizada. No Anexo II, consta o Regulamento de ACCs.

8.15.3 *Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização no ANEXO III)*

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, a ser realizado a partir do 8º semestre, com 7 créditos e cumprindo carga horária de 105 horas. No 9º semestre, com 8 créditos e carga horária de 120 horas para o TCC, centrado em determinada área teórico prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação de atividades de pesquisa e intervenção na realidade que pode utilizar como resultado um ensaio monográfico. Todo trabalho de TCC deve vir acompanhado de projeto de pesquisa.

Para a realização do TCC, os educandos do curso contarão, além do apoio do professor do componente curricular, com um professor/orientador afim ao tema. Os Trabalhos de Conclusão de Curso serão avaliados por uma banca examinadora.



8.16 Componentes curriculares

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX208	INFORMÁTICA BÁSICA	4	60
EMENTA			
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.			
OBJETIVO			
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTONIO, João. Informática para Concursos: teoria e questões . Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009. CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson, 2010. SEBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice . Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação . 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010. HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004. MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate . São Paulo: Érica, 2010. MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. Nosso futuro e o computador .- Porto Alegre: Bookman, 1999. MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. SCHECHTER, Renato. BROfficeCalc e Writer: trabalhe com planilhas e textos em software livre . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA104	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	4	60
EMENTA			
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2003. _____. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2002. _____. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. _____. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009. _____, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto . São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos . Petrópolis: Vozes, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH293	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	4	60
EMENTA			
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia.			
OBJETIVO			
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lulio, 2011.			
DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003.			
FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011.			
GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção).			
HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009.			
VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000.			
GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994.			
HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
HORKHEIMER, Max. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002.			
JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.			
NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. Campinas: Papyrus, 2008.			
REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v.			
SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo. In: Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.			
SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963.			
Silva, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH797	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	2	30
EMENTA			
Direitos humanos e aspectos políticos e legais que fundamentam a Inclusão. Modelo social da deficiência: dimensão cultural, diversidade e diferença. Diretrizes para educação inclusiva e a legislação brasileira. A inclusão na escola: saberes e práticas pedagógicas para a educação na diversidade.			
OBJETIVO			
Compreender as questões que fundamentam a inclusão escolar e suas implicações para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva . Brasília: MEC/SEESP, 2008. GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Políticas e práticas de Educação inclusiva . 4 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2013. MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão Escolar: o que É? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003. RODRIGUES, David (Org). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva . São Paulo: Summus, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica . Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001. DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2 ed. Brasília: CORDE, 1997. MANTOAN, Maria Teresa Egler et al. Inclusão Escolar: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2006. OMOTE, S. Inclusão: intenção e realidade . Marília: Fundepe, 2004. SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade . Educação & Realidade, 24(1), jul./dez., 1999. UNESCO Brasil. Declaração Universal dos Direitos Humanos . Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília, DF, 1998. 6 f. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf . Acessado em: 20 jul. 2016.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1316	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	02	30
EMENTA			
Etnocentrismo e relativismo cultural; relações étnico raciais; etnografia, trabalho de campo e o olhar antropológico; campo, contextos e paradigmas antropológicos; antropologias periféricas e a antropologia no Brasil.			
OBJETIVO			
Apresentar os principais conceitos e noções da antropologia social; proporcionar uma iniciação à prática e ao raciocínio etnográfico e relacional da Antropologia; situar o processo de emergência, consolidação e institucionalização da antropologia como campo acadêmico-científico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. ERIKSEN, Thomas; NIELSEN, F. S. História da antropologia. Petrópolis: Vozes, 2012. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003. LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP, 2000. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada. São Paulo: Perspectiva, 2009. BOAS, Franz. A mente do ser humano primitivo. Petrópolis: Vozes, 2010. CASTRO, Celso. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004. CASTRO, Celso. Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Paulus Editora, 2019. EVANS-PRITCHARD, Edward. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Jorge Zahar, 2005. MALINOWSKI, Bronislaw. Os argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Ubu Editora, 2018. SCHWARTZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. São Paulo: Martins Fontes, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1317	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	2	30
EMENTA			
A história do surgimento do conceito de política. Política na antiguidade greco-romana. O estado moderno e as transformações da política clássica. O objeto de estudo da ciência política. Conceitos fundamentais da ciência política: estado, formas de governo, direitos humanos e cidadania, poder, legitimidade, liberdade, regime político, partido político e grupos de interesse.			
OBJETIVO			
Compreender a história, o objeto de estudo e a abrangência da ciência política. Possibilitar que os acadêmicos tenham acesso às análises teóricas e empíricas sobre: o significado da "política"; os conceitos fundamentais da ciência política; e os principais atores e processos do sistema político. Proporcionar as bases conceituais para o estudo dos componentes curriculares posteriores.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARISTÓTELES. Política . Brasília: Ed. UnB, 1985. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : fragmentos de um dicionário político. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 255 p. ISBN 978-85-7753-365-7 (broch.). COELHO, Ricardo Corrêa; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Ciência política . [Brasília, DF]: CAPES, 2010. 160 p. ISBN 9788579880070.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
AVELAR, Lúcia. CINTRA, Antonio Octavio (org). Sistema político brasileiro: uma introdução . 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. Teoria geral da política : a filosofia política e a lição dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 720 p. ISBN 9788535206463. CARNOY, Martin. Estado e teoria política . 17. ed. Campinas: Papirus, 2011. 352 p. ISBN 8530801210 (broch.). PLATÃO. A República . 6. ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1990.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1315	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	2	30
EMENTA			
Pressupostos conceituais elementares da abordagem sociológica. Limites e potencialidades de uma ciência da sociedade. Fundamentos do pensamento sociológico moderno. Teoria social e teoria sociológica. Temas contemporâneos. A profissão do sociólogo.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes contato com as primeiras formulações do pensamento sociológico moderno, abordando suas dimensões conceituais. Apresentar reflexões sobre a sociologia como campo profissional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo, Unesp, 2008. BOUDON, Raymond. Tratado de sociologia . Rio de Janeiro: Zahar, 1996. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2008. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber . Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. GIDDENS, Anthony. Sociologia . 4. ed. Porto Alegre: 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BAUMAN, Zygmunt e MAY, Tim. Aprendendo a Pensar com a Sociologia -. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. BERGER Peter. Perspectivas Sociológicas – Uma Visão Humanística -. Petrópolis: Vozes, 2012. COMTE, Auguste. Comte: Os Pensadores . São Paulo: Abril Cultural, 1978. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH292	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	04	60
EMENTA			
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002. AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) . Campinas: UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009. NOVAES, Adauto (Org.). Tempo e História . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social . São Paulo: Livraria Pioneira, 1976. PESAVENTO, Sandra. A Revolução Farroupilha . São Paulo: Brasiliense, 1990. RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense . Chapecó: Grifos, 1997.			



- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.
- SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.
- _____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.
- TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS649	ECONOMIA POLÍTICA	04	60
EMENTA			
Fisiocracia: classes sociais, origem, mensuração e distribuição do excedente econômico; Smith: ordem natural, troca, teoria do valor e divisão do trabalho; Ricardo: teoria do valor e da distribuição; teorias sobre crises do sistema capitalista; Marx: a teoria da mais-valia e da acumulação de capital; o processo de circulação do capital e o processo global de produção capitalista.			
OBJETIVO			
Estudar a Economia Política Pré-Clássica e a Economia Política clássica para entender de forma mais aprofundada as relações de produção entre as mais diversas classes sociais que permeiam o ambiente institucional desde a queda do feudalismo até a crítica da Economia Clássica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MARX, K. O Capital . São Paulo: Civilização Brasileira, 2009. MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política . São Paulo: Martins Fontes, 2011. RIBEIRO, FERNANDO; CANTARINO, NELSON MENDES. Da fisiologia à economia política: o itinerário intelectual de Quesnay em direção ao Tableau Économique. Revista Economia Política , São Paulo, v. 36, n. 2, p. 353-371, June 2016. http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v36n02a06 SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações . [Ed. rev.]. [São Paulo]: Hemus, [c2008]. 433 p. ISBN 8528905543 (broch.).			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico . [25. ed.]. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, [2010]. 244 p. ISBN 9788532602176 BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. História do pensamento econômico . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, c2017. xiv, 598 p. ISBN 9788522125630 (broch.).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1326	SOCIOLOGIA I	4	60
EMENTA			
Formulações clássicas do pensamento sociológico moderno do século XIX ao início do século XX. Karl Marx e o capitalismo como questão sociológica. Ferdinand Tönnies e a antinomia Comunidade – Sociedade. A sociologia funcionalista de Emile Durkheim. A sociologia compreensiva de Max Weber. A sociologia formalista e impressionista de Geog Simmel.			
OBJETIVO			
Conhecer os principais pressupostos teóricos e metodológicos dos expoentes das primeiras fases do pensamento sociológico clássico, abordando o contexto sócio-histórico de suas formulações, bem como seus posteriores desdobramentos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . Tradução Sérgio Bath. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. COHN, G. (org.). Max Weber: Sociologia . 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2008. GIDDENS, Anthony. Sociologia . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. MARX, Karl. O manifesto do partido comunista . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. SELL, C. E. Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber . 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. [tem venda disponível]. WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo . 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa . 2. ed. São Paulo: Paulus, 2018. ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra . São Paulo: Boitempo, 2008. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte . São Paulo: Boitempo, 2011. [tem venda disponível] WAIZBORT, Leopold. As aventuras de Georg Simmel . 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013. WEBER, Max. Ensaio de Sociologia . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1327	TEORIA POLÍTICA I	4	60
EMENTA			
Estudo das principais contribuições clássicas da teoria política moderna, compreendido entre o Renascimento e as revoluções francesa e americana. Maquiavel e o Estado moderno. As teorias contratualistas de Hobbes, Locke e Rousseau. Conservadorismo e liberalismo (Montesquieu, Tocqueville e John Stuart Mill). Os “federalistas” e a revolução americana.			
OBJETIVO			
Compreender os princípios e fundamentos da concepção moderna da política, proporcionando um panorama abrangente das principais correntes teóricas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BERNARDES, Júlio. Hobbes & a liberdade . Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 76p ((Filosofia Passo-a-Passo ; 7).). ISBN 8571106665. MAQUIAVEL. O Príncipe . Diversas edições. Porto Alegre: L&PM, 2010. OLIVEIRA, Nythamar de. Rawls . Rio de Janeiro: Zahar, c2003. 74p ((Filosofia Passo-a-Passo ; 18).). ISBN 8571107041. OS PENSADORES. Jean Jaques Rousseau . 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1972-1976. 52 v. SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno . São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 724 p. ISBN 8571645325. Número de chamada: 320.01 S628f COLEÇÃO grandes obras do pensamento universal. Charles Montesquieu . São Paulo: Escala, 2007. 40 v.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. xxviii, 884 p. COLEÇÃO grandes obras do pensamento universal. Jean Jaques Rousseau . São Paulo: Escala, 2007. 40 v.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1328	ANTROPOLOGIA I	04	60
EMENTA			
O conceito de cultura em Antropologia e a crítica ao evolucionismo. O culturalismo norte-americano. A antropologia social britânica. O funcionalismo e o estrutural-funcionalismo.			
OBJETIVO			
Apresentar o conceito de cultura e a crítica realizada por Franz Boas ao evolucionismo. Compreender e discutir a institucionalização da Antropologia nos Estados Unidos e o culturalismo norte-americano. Compreender e discutir a constituição da antropologia social britânica e suas escolas teóricas: o funcionalismo e o estrutural-funcionalismo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOAS, Franz. Antropologia Cultural . Rio de Janeiro: Zahar, 2012. EVANS-PRITCHARD, Edward. Os Nuer . São Paulo: Perspectiva, 2008. MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas no Pacífico Ocidental . São Paulo: Ubu Editora, 2018. KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos . São Paulo: Edusc, 2002. TYLOR, E. B. A Ciência da Cultura. In: Castro, Celso. Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer . Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
MALINOWSKI, B. Crime e costume na sociedade selvagem . Petrópolis: Vozes, 2015. MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento . São Paulo: Editora Perspectiva, 2000. GEERTZ, C. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2013. BENEDICT, Ruth. O Crisântemo e a Espada . 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH290	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	04	60
EMENTA			
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1462	PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL	04	60
EMENTA			
Variantes históricas e teóricas do pensamento social brasileiro: as leituras das Ciências Sociais sobre a formação e constituição do pensamento social no Brasil. Relações étnico-raciais no Brasil.			
OBJETIVO			
Apresentar reflexões conceituais e empíricas dos campos da antropologia, sociologia e ciência política sobre o pensamento social no Brasil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 24. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018. MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro . 6ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1997. FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala . 9ª ed. São Paulo: Global, 2012. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CANDIDO, Antônio. Formação da Literatura Brasileira - Volume Único . Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2013. CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1977. CARVALHO, Jose Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi . Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019. FERNANDES, Florestan. A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica . 5. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2012. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930 . 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1993. VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura . São Paulo: Paz e Terra, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1463	SOCIOLOGIA II	04	60
EMENTA			
Formulações do pensamento sociológico moderno da primeira metade do século XX. Escola de Chicago e Ecologia Humana. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. Interacionismo Simbólico e Etnometodologia. Sociologia dramaturgic de Erving Goffman. Escola de Frankfurt. Teoria geral da ação de Talcott Parsons.			
OBJETIVO			
Examinar as perspectivas sociológicas da primeira metade do século XX, abordando o contexto sócio-histórico de suas formulações, bem como seus posteriores desdobramentos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento : fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: UNESP, 2000. OLIVEIRA, Marcia Gardenia Monteiro; QUINTANEIRO, Tania. Labirintos Simétricos Introdução a teoria sociológica de Talcott Parsons . São Paulo: Pioneira, 2002			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social : encontros com o pensamento clássico e contemporâneo. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. GIDDENS, Anthony. Sociologia . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. THEODOR W. Adorno. Sociologia . São Paulo: Ática, 1986.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1464	ANTROPOLOGIA II	04	60
EMENTA			
A escola sociológica francesa e o estruturalismo francês.			
OBJETIVO			
Compreender e discutir a formação da Escola Sociológica Francesa e do estruturalismo francês e conhecer teorias clássicas, temas e contribuições etnográficas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico . 3. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009. MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia . São Paulo: Ubu, 2017. MAUSS, Marcel. Ensaio de sociologia . São Paulo, Perspectiva. 1999. LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural . São Paulo, Ubu, 2017.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem . Campinas: Papirus, 2012. _____, Claude. Tristes trópicos . São Paulo: Cia. das Letras, 1999. _____, Claude. Antropologia estrutural dois . São Paulo, Cosac & Naify, 2013. GOLDMAN, Márcio. Lévi-Strauss e os sentidos da história. Revista de Antropologia , 1999. Disponível em http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/133465 acesso em 02/10/2019.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1465	TEORIA POLÍTICA II	04	60
EMENTA			
Estudo das principais correntes de pensamento e dos autores clássicos do pensamento político moderno entre as primeiras décadas do século XIX e início do século XX. A teoria do Estado em Hegel. Socialismo utópico e anarquismo (Saint-Simon, Fourier, Proudhon, Bakunin). Marxismo (Marx, Engels e Gramsci). A teoria clássica das elites: Pareto, Mosca e Michels. A sociologia política de Max Weber.			
OBJETIVO			
Fornecer ao acadêmico uma visão panorâmica das principais correntes da teoria política no século XIX e início do século XX, com foco especialmente nas concepções de Estado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARNOY, Martin. Estado e teoria política . Campinas, SP: Papyrus, 2011. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 6v. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva . Brasília, DF: UnB, 1999-2000. 2 v.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
GRYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e a sua genealogia consagrada . BIB, Rio de Janeiro, n. 41, 1º Semestre de 1996, pp. 35-83. WEBER, Max; COHN, Gabriel (Organizador). Max Weber: sociologia . 7. ed. São Paulo: Ática, 2010. 167 p. MARX, Karl. Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria, do senhor Proudhon (1847) . 3. ed. São Paulo: Centauro, 2006. 196 p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX210	ESTATÍSTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.			
OBJETIVO			
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.			
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.			
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.			
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005.			
CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			
GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981.			
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005.			
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.			
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.			
ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante . 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012.			
SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.			
TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.			
VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS239	DIREITOS E CIDADANIA	04	60
EMENTA			
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.			
OBJETIVO			
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995. BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995. DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. LuizRepa. São Paulo: Ed. 34, 2003. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009. MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica . Campinas, SP: Papirus, 2008. PINHO, Rodrigo César Rebello. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais . São Paulo: Saraiva, 2006. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. TOURAINÉ, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático . Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1512	SOCIOLOGIA III	04	60
EMENTA			
Formulações do pensamento sociológico moderno da segunda metade do século XX à atualidade. Exame do debate sobre a crise de “paradigma” na sociologia e seus desdobramentos. Abordagens sociológicas emergentes.			
OBJETIVO			
Examinar as perspectivas sociológicas da segunda metade do século XX à atualidade, abordando o contexto sócio-histórico de suas formulações, bem como seus posteriores desdobramentos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOURDIEU, Pierre. Razões práticas : sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papirus Editora, 2011. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . Paz e Terra: São Paulo, 1999. v. 1. GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade . São Paulo: UNESP, 1991.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders : sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade (trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica : curso dado no Collège de France (1978-1979) (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2008. HARVEY, David. Condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. TOURAINÉ, Alain. O que é a democracia? 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1513	ANTROPOLOGIA III	04	60
EMENTA			
Antropologia contemporânea. Diversidade dos paradigmas antropológicos. Temas e escolas antropológicas nos séculos XX e XXI. Antropologia no Brasil.			
OBJETIVO			
Apresentar a diversidade de concepções teóricas e conceituais da antropologia contemporânea, incluindo o Brasil, possibilitando a apreensão dos temas e escolas antropológicas nos séculos XX e XXI.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas . São Paulo: Ubu, 2018. STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia . Campinas: Ed. Unicamp, 2006. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2013. SAHLINS, Marshall. Ilhas de História . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade . Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. GEERTZ, Clifford. Obras e vidas: o antropólogo como autor . Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. GEERTZ, Clifford. O saber local . Novos ensaios de antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1999. LATOUR, Bruno. A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos . São Paulo: Editora da UNESP, 2017. SAHLINS, Marshall. Esperando Foucault, ainda . São Paulo: Ubu, 2018. WAGNER, Roy. A invenção da cultura . São Paulo: Ubu, 2017. STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico . São Paulo: Ubu, 2017. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem . São Paulo: Ubu, 2017.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1514	TEORIA POLÍTICA III	04	60
EMENTA			
Estudo das principais correntes de pensamento e autores da teoria política contemporânea após a segunda guerra mundial. O debate entre pluralismo e elitismo no século XX (Schumpeter, Dahl e Mills). Neomarxismo (Poulantzas, Offe). As versões do neoinstitucionalismo (Skocpol, Tilly, Hall). Poder e política em Hannah Arendt. Justiça e liberalismo político em John Rawls.			
OBJETIVO			
Analisar as compreensões contemporâneas do processo político, contemplando as contribuições de diferentes abordagens do pensamento político contemporâneo. Nesse sentido, o componente curricular proporcionará um panorama amplo tanto de abordagens normativas quanto empíricas da ciência política, atribuindo assim centralidade ao papel do Estado, concepções de justiça, instituições e elites políticas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARENDRT, Hannah. A condição humana . 11. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. DAHL, Robert Alan; PACIORNICK, Celso Mauro (TRAD.). Poliarquia: participação e oposição . São Paulo: Edusp, 1997. 234 p. (Clássicos ; 9) ISBN 85-314-0409-9-6. HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. Lua Nova , São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010 . JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. Revista Sociologia e Política . [online]. 2009, vol.17, n.33, pp.131-144. ISSN 0104-4478. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782009000200010 . POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder e o Socialismo . São Paulo: Paz e Terra, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARNOY, Martin. Estado e teoria política . Campinas, SP: Papyrus, 2011. DAHL, Robert. A democracia e seus críticos . São Paulo: editora Martins Fontes, 2012. GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. In: BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais , No 41, 1996. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-41/460-bib-41-integra/file PERES, Paulo. “Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do NeoInstitucionalismo da Ciência Política”. Revista Brasileira de Ciências Sociais , v. 23, p. 53-72, 2008. RAWLS, John. Uma teoria da justiça . 3. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 763 p. (Coleção Justiça e direito) SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, Socialismo e Democracia . São Paulo, UNESP, 2017. TSEBELIS, George. Atores com poder de veto - como funcionam as instituições políticas . Rio de Janeiro: FGV, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1210	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	04	60
EMENTA			
Função social da escola. Tendências pedagógicas que fundamentam a educação brasileira. Princípios filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Correlação entre trabalho, educação e cultura. Estudos e pesquisas em Fundamentos da educação.			
OBJETIVO			
Compreender as concepções filosóficas, sociológicas e psicológicas que fundamentam as práticas educativas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CAMBI, Franco. Historia da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 2000. DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas . São Paulo: Ática, 2007. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. PAGNI, P. A.; SILVA, D. J. (Org.). Introdução à Filosofia da Educação: temas contemporâneos e história . São Paulo: Avercamp, 2007. SAVIANI, Demerval. Escola e democracia . Campinas: Autores Associados, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: CARNEIRO LEÃO, E. (Org.). Textos seletos . Trad. Floriano de Souza Fernandes. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. MANACORDA, Mario A. Historia da educação: da antiguidade aos nossos dias . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã . São Paulo: Martin Claret, 2010. OZMON, Howard A.; CRAVER, Samuel M. Fundamentos filosóficos da educação . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações . 8. ed. São Paulo: Autores associados, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1209	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E TEORIAS DA APRENDIZAGEM	04	60
EMENTA			
O desenvolvimento humano e suas relações com o ensino e aprendizagem. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Principais abordagens teóricas da psicologia da educação e suas implicações para a organização dos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem escolar. Aprendizagem e desenvolvimento cognitivo como resultado de interações sociais. Estudos e Pesquisas em Psicologia da Educação.			
OBJETIVO			
Compreender as teorias da Psicologia aplicadas a educação. Compreender a relação entre aprendizagem e desenvolvimento humano.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
COLL, César; Palácios, J. e Marchesi, A. (org) Desenvolvimento Psicológico e Educação . Coleção Psicologia da Educação. Vol.2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996			
LEONTIEV, Alexis. Psicologia e Pedagogia: Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento . 4 ed. Rio Janeiro: Centauro, 2007.			
LANE, Silvia Tatiana Maurer. Psicologia social: o homem em movimento . São Paulo: Brasiliense, 2017.			
PIAGET, J. A Psicologia da inteligência . 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.			
VYGOTSKI, L. S. A Formação Social da Mente . São Paulo: Martins Fontes, 1984.			
WALLON, H. Psicologia e Educação da Infância . Lisboa: Estampa, 1986.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloisa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, 1992.			
OLIVEIRA, Marta Kohl. VYGOTSKY: desenvolvimento e aprendizado um processo sócio histórico . São Paulo: Scipione, 1993.			
PIAGET, Jean. & INHELDER, Bärbel. A Psicologia da Criança . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ed., 1998.			
BEE, Helen. A criança em desenvolvimento . Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.			
BIAGGIO, Â. M. Brasil. Psicologia do Desenvolvimento . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.			
COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar . Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.			
PATTO, M. H. S. (Org.) Introdução à Psicologia Escolar . São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.			
PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, PP. 127-132.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1214	ESTÁGIO CURRICULAR I	05	75
EMENTA			
Observação e análise dos processos pedagógicos na escola. A docência e a organização do trabalho pedagógico na escola. Organização e funcionamento dos processos de gestão educacional e de coordenação pedagógica. Aspectos da Gestão democrática. PPP e regimento escolar. Formação continuada e produção de conhecimento na escola. A relação escola e comunidade.			
OBJETIVO			
Compreender a organização e o funcionamento da escola. Caracterizar as principais instâncias de organização e representação coletiva na escola. Problematizar a organização pedagógica na escola e as implicações e possibilidades de constituição de uma escola pública democrática e participativa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. – 4ª ed. – Campinas: Autores Associados, 2007.			
FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2003.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.			
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.			
OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. (Org.). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.			
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDONO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). Instituições Escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica. – Campinas; SP: Autores Associados, UEPG, 2007.			
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Educação Escolar: que prática é essa? – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.			
VASCONCELOS, Celso dos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto políticopedagógico: Elementos metodológicos para elaboração e realização. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006.			
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. 24. ed. Campinas: Papyrus, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1515	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO I - METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	04	60
EMENTA			
Analisa pesquisas sobre o ensino da Sociologia, mapeando as diferentes temáticas estudadas, e discutindo seus principais resultados, com destaque para as investigações sobre as diretrizes curriculares da disciplina. Promove experiências didáticas que sugere alternativas para a prática docente. Analisa o uso de novas linguagens aplicadas ao ensino da disciplina. Discute a avaliação no ensino e na aprendizagem da Sociologia.			
OBJETIVO			
Incentivar a reflexão sobre temáticas pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem, tais como: diferentes concepções de planejamento, aprendizagens e temáticas significativas no âmbito das Ciências Sociais, procedimentos didático-metodológicos e avaliação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias: filosofia, geografia, história, sociologia. Brasília, 2006. v. 3. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf .			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Sociologia: ensino médio. Coordenação Amaury C. Moraes. Brasília, 2010. (Coleção explorando o ensino, v. 15). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capapdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192 .			
GOMES, Cândido Alberto. A educação em novas perspectivas sociológicas. São Paulo. EPU, 2005. (Disponível em editora).			
OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, César Rocha. Sociologia para jovens do século XXI. São Paulo: Livro Técnico, 2007. (Disponível em editora).			
SILVA, Bento Duarte da Silva; ALVES, Elaine Jesus; PEREIRA, Isabel Cristina Auler. DO QUADRO NEGRO AO TABLET: desafios da docência na era digital. Revista Observatório, Palmas, v. 3, n. 3, p. 532-560, maio. 2017. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/52246/1/DO%20QUADRO%20NEGRO%20AO%20TABLET.pdf			
DECESARE, Michael. 95 anos de ensino de sociologia no Ensino Médio. Educ. Real., Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 113-137, mar. 2014. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000100008&lng=pt&nrm=iso >. acessos em 19 dez. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000100008 .			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, no 31, set./dez. 2012, p. 94-119. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n31/05.pdf			
COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo:			



Moderna, 2003. (Disponível em editora).

LOUREIRO, Ana; ROCHA, Dina. **Literacia Digital e Literacia da Informação - competências de uma era digital.** In Matos, J. et al (Eds.) Atas do ticEDUCA2012 - II Congresso Internacional TIC e Educação (pp. 2726-2738). Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, dez, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/758>

LOSS, Adriana Salete. **Formação de professores/educadores:** (auto) formação pessoal, social e profissional (entrevista com António Nóvoa - março de 2015). Curitiba: Appris, 2017 (Disponível em editora).

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. **Cotidiano e escola:** a obra em construção: (o poder das práticas cotidianas na transformação da escola). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Disponível em editora).

SILVA, Tomaz T. **Alienígenas na sala de aula.** Petrópolis: Vozes, 1995. (Disponível em editora).

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (Organizador). O ofício de professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais. [5. ed]. Petrópolis: Vozes, [2013] **(Disponível em editora).**

CAREGNATO, Célia Elizabete; CORDEIRO, Victoria Carvalho. **Campo científico-acadêmico e a disciplina de sociologia na escola.** *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 39-57, mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000100004>.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA I		
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1211	POLÍTICA EDUCACIONAL E LEGISLAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL	04	60
EMENTA			
Estrutura, funcionamento e políticas de financiamento da educação básica. As políticas públicas em educação: financiamento, gestão, inclusão, currículos, programas e avaliação. As políticas educacionais na atualidade expressas nas reformas educacionais, na legislação de ensino e nos projetos educacionais. Sistemas de avaliação nacional. Estudos e Pesquisas em política e financiamento da educação básica no Brasil.			
OBJETIVO			
Compreender a legislação e a estrutura educacional da educação básica no Brasil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CURY, Carlos R. Jamil. Legislação educacional brasileira . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. COSTA, Messias. A educação nas constituições do Brasil: dados e direções . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. DOURADO Luiz F.; PARO, V. H (Orgs.). Políticas públicas e educação básica . São Paulo: Xamã, 2001. SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino . 6.ed. Campinas, SP: Autores associados, 2008. VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de. Política educacional no Brasil: Introdução histórica . Brasília: Liber Livro, 2007. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização . São Paulo: Cortez, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BOSCHETTI, Ivanete et. al. (Orgs.). Capitalismo em crise, política social e direitos . São Paulo: Cortez, 2010. DREWS, Sonia Beatriz Teles. As políticas públicas de educação escolar no Brasil . Ijuí RS: UNIJUÍ, 1997. LIBÂNEO, José C., OLIVEIRA, João F., TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . São Paulo: Cortez, 2003. NEVES, Lucia Wanderlei (org.). Educação e política no limiar do século XXI . 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. PEREZ, M. C. A.; BORGHI, R. F. Educação: políticas e práticas . São Carlos: Suprema, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH794	DIDÁTICA GERAL	04	60
EMENTA			
Fundamentos da Didática: História da didática e as concepções de currículo, de planejamento, de metodologia, de avaliação e de gestão escolar. Espaços e tempos escolares. Concepções de Projeto político pedagógico. Disciplina/indisciplina, currículo. Ensino e aprendizagem: plano de ensino. Estudo e pesquisa em didática na educação básica.			
OBJETIVO			
Compreender a Didática como ciência direcionada para as atividades de planejamento, gestão e avaliação do espaço e tempo escolar. Problematicar os processos de ensino e aprendizagem construindo perspectivas significativas da ação docente que contribuam para formação de licenciados comprometidos com a qualidade da educação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTRO, Amélia Domingues de. A trajetória histórica da Didática . São Paulo: FDE, 1991. COMENIUS. Didática magna . São Paulo: Martins Fontes, 1997. MARIN, Alda Junqueira (Coord. et al.). Didática e trabalho docente . 2 ed. Araraquara/SP: Junqueira&Marin, 2005. LEITE, Y. U. F. O lugar das práticas pedagógicas na formação inicial de professor . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. GHIRALDELLI JR., Paulo. Didática e Teorias Educacionais . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. SACRISTÁN, J. Gimeno. O Currículo: Uma Reflexão Sobre a Prática . 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. TIBALLI, Elianda F. A. Planejamento: plano de ensino: aprendizagem e projeto educativo . São Paulo: Libertad, 1995.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRZEZINSKI, Iria (Org.). Profissão professor: identidade e profissionalização docente . Brasília: Plano Editora, 2002. CASTRO, Amélia Domingues CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar . São Paulo: Thomson, 2002. CANDAU, V. M. (org) A didática em questão . Petrópolis: Vozes, 2014. CANDAU, Vera Maria. Didática, currículo e saberes escolares . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. CORDEIRO, J. Didática . São Paulo: Contexto, 2015. LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1994. LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente . (Coleção: Questão da nossa época) São Paulo: Editora Cortez, 2010. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1517	METODOLOGIA DE PESQUISA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	4	60
EMENTA			
Apresentar e discutir algumas das principais técnicas de pesquisa empírica à disposição dos cientistas sociais. Operacionalizar projetos de pesquisa que relacionem a atividade na comunidade e os aspectos formativos desenvolvidos no curso (problema de pesquisa, teoria, conceitos e hipóteses). Enfatizar o trabalho em pesquisas quantitativas e sua posterior análise de dados (Descrição e análise de dados quantitativos: testes de hipótese e níveis de significância; correlação e causalidade. Introdução à análise multivariada. utilização de softwares).			
OBJETIVO			
Capacitar o acadêmico na prática operacional da pesquisa social. Garantir que o estudante conheça de forma simples e sintética alguns aspectos instrumentais da pesquisa empírica, a formulação de projetos, a coleta de dados, e sua análise. Relacionar a atividade de docente com a prática de pesquisa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. Métodos estatísticos para as ciências sociais . 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.			
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.			
BRITO, A. X.; LEONARDOS, A C. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico . Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 113, p. 07-38, 2001. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/597 . Acesso em: 02 set. 2019.			
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. ISBN 9788522451425 (broch.).			
SERGE, Paugam (Org.). A pesquisa sociológica . Petrópolis: Editora Vozes, 2015.			
SILVA, Carlos Alberto da. FIALHO, Joaquim. SARAGOÇA, José. Análise de redes sociais e sociologia da ação. Pressupostos teórico-metodológicos. Revista Angolana de Sociologia , v. 11, p. 91-106, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BAUER, M.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.			
HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . 22. ed. São Pau: Loyola, 2012. 348 p. ISBN 9788515006793.			
SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.			
THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação . 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 136 p. ISBN 9788524917165 (broch.).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1518	ESTÁGIO CURRICULAR II	6	90
EMENTA			
Inserção, investigação e análise das práticas que integram o cotidiano escolar. Aprendizagem do contexto sócio-histórico, cultural e sua relação com os elementos da organização pedagógica da escolar. Elaboração e utilização de instrumentos para produção de dados e para sistematização de sínteses e análises. Desenvolvimento de atividades de extensão que possibilitem o retorno junto à escola e/ou à comunidade, tendo por foco os dados produzidos no processo de inserção e a análise efetivada.			
OBJETIVO			
Investigar, analisar, compreender e sistematizar, por meio da pesquisa e da extensão e da inserção na escola, elementos concretos acerca da realidade escolar, de sua organização, funcionamento e estrutura física, na inter-relação entre escola e comunidade, apreendendo aspectos da diversidade dos sujeitos e de sua inclusão no espaço escolar, tendo como elementos mediadores deste processo a observação, a pesquisa de campo, a análise crítica e o desenvolvimento de uma ação pedagógica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006.			
CARVALHO, A. M. P. Os estágios nos cursos de licenciatura . São Paulo: Cengage Learning, 2012.			
FREITAS, D. S.; GIORDANI, E. M.; CORRÊA, G. C. (Org.). Ações educativas e estágios curriculares supervisionados . Santa Maria: UFSM, 2007.			
FREITAS, R. A. Estágio supervisionado: um espaço privilegiado de formação na licenciatura em Ciências Sociais. In: OLIVEIRA, D. D.; RABELO, D.; FREITAS, R. A. (Org.). Sociologia no Ensino Médio: experiências e desafios . Goiânia: UFG/FUNAPE, 2010. p. 51-58.			
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
VEIGA, I. P. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível . Campinas: Papyrus, 2011. p. 11-35.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ANTUNES, H. S. Formar melhores professores: um desafio para as universidades brasileiras. In: FREITAS, D. S.; GIORDANI, E. M.; CORRÊA, G. C. (Org.). Ações educativas e estágios curriculares supervisionados . Santa Maria: UFSM, 2007. p. 145-157.			
APPLE, M.; AU, W.; GANDIN, L. A. (Org.). Educação crítica: análise internacional . Porto Alegre: Artmed, 2011.			
BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino . Petrópolis: Vozes, 2011.			
BRASIL. Orientações curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias (conteúdos curriculares 6-Sociologia) . Brasília: Ministério da Educação,			



Secretaria de Educação Básica, 2006.

CANÁRIO, R. **A escola tem futuro?** Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006. Disponível online em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf

FERNANDES, F. **O desafio educacional.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor.** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura.** 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola.** 13 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEARA, Izabel Christine et al. (Org.). **Práticas pedagógicas e estágios: diálogos com a cultura escolar.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1516	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO II - GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA	04	60
EMENTA			
Gênero, diversidade étnico-racial e direitos humanos nos documentos oficiais da educação básica no Brasil. Métodos e práticas pedagógicas sobre gênero e diversidade na escola.			
OBJETIVO			
Explorar e desenvolver métodos e práticas pedagógicas sobre gênero e diversidade na escola.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ADELMAN, Miriam. A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Blucher, 2009.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. [15. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.</p> <p>FURLANI, Jimena. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. S.l.: Autêntica, 2017.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero. Relações de gênero e violência: oficinas. Viçosa, 2013/2014. Disponível em: http://www.nieg.ufv.br/wp-content/uploads/Apostila-Escolas-G%C3%Aanero-e-Viol%C3%Aancia.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.</p> <p>DE CARVALHO, Marília Gomes; DA LUZ, Nanci Stancki. Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola. Editora UTFPR, 2009. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/curitiba/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/programas/ppgte/grupos-de-pesquisa/getec/publicacoes/livros-publicados/construindogenero-e-diversidade-1/at_download/file/. Acesso em: 29 mar. 2018.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>BOFF, Salete Oro, (Org.). Gênero: discriminações e reconhecimento. Passo Fundo, RS: IMED, 2011.</p> <p>FAISTING, André Luiz; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de, (Org.). Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011.</p> <p>LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea Butto (Org.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.</p> <p>SOUZA, Edileuza Penha de (Org.). Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da lei 10.639/2003. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006. v. 1.</p> <p>SOUZA, Maria Elena V. (Org.). Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.</p> <p>COSTA, A.H.C.; JOCA, A.M.; PEDROSA FILHO, F.X.R. Recortes das sexualidades: encontros e desencontros com a educação. Fortaleza: Edições UFC, 2011.</p>			



RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. **Educação e Sexualidade**: identidade, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceitos, homofobia. 2ª Edição Revisada e Ampliada. Rio Grande: Editora FURG, 2008. Disponível em: <http://www.sabercom-furg.br/bitstream/1/1655/1/educacao-para-sexualidade.pdf>. Acesso em 29 mar. 19

SOUZA, L. de S.; ROCHA, R. A. da R. (Orgs.). Formação de educadores, gênero e diversidade. Cuiabá: Ed. UFMG, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Catálogo de materiais didáticos e paradidáticos sobre diversidade sexual e de gênero produzidos com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI/MEC. Brasília, [2009]. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/catalogo-genero-e-sexualidade-CGDH.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA210	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	04	60
EMENTA			
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.			
OBJETIVO			
Conhecer a Língua brasileira de sinais (Libras) a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Decreto 5.626/05. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. _____. Educação de surdos . A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina (Ed). Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em Linguística e Neurociências cognitivas . São Paulo: EDUSP: Inep, CNPq, CAPES, 2012. FERNANDES, Sueli. Avaliação em língua portuguesa para alunos surdos: algumas considerações . Curitiba: SEED/SUED/DEE, 2007. _____. Educação de Surdos . Curitiba: Editora InterSaberes, 1ª edição, 2013. GESSER, Audrei. LIBRAS, Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . São Paulo: Parábola Editorial, 2009. LACERDA, Cristina. Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira (Org) Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFS-Car, 2013.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1519	ESTÁGIO CURRICULAR III	8	120
EMENTA			
A sala de aula como espaço político e pedagógico. A disciplina Sociologia na educação básica. Objetivos da Sociologia nos currículos escolares. Legislação Educacional sobre Sociologia na escola. A prática pedagógica em uma perspectiva crítica. Plano de aula e plano de ensino.			
OBJETIVO			
Possibilitar aos alunos a observação e reflexão do ambiente escolar, tendo em vista o contexto de sala de aula da disciplina de Sociologia no Ensino Médio em suas dimensões ética, estética, política, pedagógica, normativa e cultural.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BRASIL. Orientações curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias (conteúdos curriculares 6-Sociologia). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível online em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf</p> <p>FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade: e outros escritos. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>IANNI, O. O ensino das ciências sociais no 1º e 2º graus. Cad. Cedes, Campinas, v. 31, n. 85, p. 327- 339, set.-dez. 2011.</p> <p>MAÇAIRA, J. P.; CORDEIRO, M. C. Ser professor, ser estagiário e formar docentes: reflexões sobre experiências de estágios supervisionados e práticas de ensino. In: HANDFAS, A.; OLIVEIRA, L. F. (Org.). A sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2009. p. 247-274.</p> <p>NEVES, A. B. M.; MELO, C.; LANNES, S. Professor regente e licenciandos no estágio supervisionado de prática de ensino: quem aprende com quem? In: HANDFAS, A.; MAÇAIRA, J. P. (Org.). Dilemas e perspectivas da sociologia na educação básica. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. p. 77-91.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>BRASIL. Orientações curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias (conteúdos curriculares 6-Sociologia). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.</p> <p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (Plus). Ciências Humanas e suas tecnologias. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf</p> <p>CARVALHO, C. A. (Org.). A sociologia no Ensino Médio: uma experiência. Londrina: EDUEL, 2010.</p> <p>CHAGAS, S. E. A. O raciocínio sociológico como ferramenta pedagógica nas aulas de sociologia. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 2, dez. de 2009.</p> <p>HANDFAS, A.; TEIXEIRA, R. C. A prática de ensino como rito de passagem e o ensino de sociologia na escola de nível médio. Mediações, Londrina, v. 12, n. 1, p. 131-142, jan/jun, 2007.</p>			



LENNERT, A. L. Condições de trabalho do professor de sociologia. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 383-403, set.-dez. 2011.

LOPES, D. A.; CAMARGO, D. M. P.; COSTA, R. F. **Sociologia no Ensino Médio em um mundo em mudanças**: a questão da “confluência perversa”. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 425-446, set.- dez. 2011.

MENDONÇA, S. G. L. A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 341-357, set.-dez. 2011.

MOTA, K. C. C. S. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do Ensino Médio: as perspectivas de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, maio/jun/jul/ago. 2005. p. 88-107.

PEREIRA, L. H. Sociologia no Ensino Médio: socialização, reprodução ou emancipação? **Revista Percursos**, Florianópolis, v. 13, n. 01, p. 60 – 80, jan/jun. 2012.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1520	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO III -JUVENTUDES E ESCOLA	04	60
EMENTA			
A historicidade e a constituição do campo da antropologia e das várias concepções de juventude. Leituras etnográficas sobre jovens, juventude e escola. Observação e pesquisa de campo em espaços educativos.			
OBJETIVO			
Apreender a contribuição da abordagem antropológica a respeito das juventudes e apropriar-se das etnografias a respeito dos jovens em diferentes contextos educacionais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOURDIEU, Pierre. A ‘juventude’ é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia . Rio de Janeiro: Vozes, 2019.			
ARIES, Phillippe. História Social da criança e da família . 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.			
ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (Orgs.). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade . Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2007. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf . Acesso em: 21 out. 2018.			
BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio: o jovem como sujeito do ensino médio: versão preliminar, etapa I – Caderno II . Curitiba: Setor de Educação da UFPR, 2013. Disponível em: http://www.dpe.ufv.br/wp-content/uploads/ETAPA-I-C.-2.pdf . Acesso em: 21 out. 2018.			
VIEIRA, Maria Manuel et al (orgs.). Habitar a escola e as suas margens: geografias plurais em confronto . Portalegre, Portugal: Instituto Politécnico Portalegre, 2013. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10729/1/ICS_MMVieira_Habitar_LEN.pdf . Acesso em: 21 out. 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
TASSINARI, Antonella. Múltiplas infâncias: o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi à escola ou A Sociedade contra a Escola . Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 26 a 30 de outubro de 2009. Disponível em https://anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt16-24/1935-antonellatassinari-multiplas/file . Acesso em 17/10/2019.			
PEREIRA, Alexandre Barbosa. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais . Ponto Urbe , 1, 2007. Disponível em: https://journals.openedition.org/pontourbe/1203 . Acesso em 17/10/2019.			
CASTRO, Elisa Guaraná de. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural . Rio de Janeiro: Contra-Capa/Faperj, 2013.			
ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas . Brasília : UNESCO, BID, 2002. Disponível em: http://livros01.livrosgratis.com.br/ue000077.pdf . Acesso em 17/10/2019.			



DAYRELL, Juarez T. A juventude no contexto do ensino da sociologia: questões e desafios. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Sociologia: ensino médio. Coordenação Amaury C. Moraes. Brasília, 2010. p. 65-84. (Coleção explorando o ensino, v. 15). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capapdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 out. 2018.

FONSECA, Claudia. Preparando-se para a vida: reflexões sobre escola e adolescência em grupos populares. Em Aberto, Brasília, v. 14, n. 61, p. 144-155, jan./mar.1994. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1953>. Acesso em: 21 out. 2018.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999. Disponível em: https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 21 out. 2018.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999. Disponível em: https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 21 out. 2018.

SPOSITO, Marília Pontes. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, p. 95-106, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36nspe/v36nspea08.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

STRAPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: EdUFSC, 2006. (Disponível em editora)

GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.. [2. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, [2011]. 164 p. (Coleção Antropologia). ISBN 9788532640826



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1521	TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	04	60
EMENTA			
Capitalismo, lutas e movimentos sociais. Ação coletiva, classe social e conflito. A teoria dos novos movimentos sociais. A teoria da mobilização de recursos. A teoria do processo político. Abordagens pluralistas e descoloniais. Movimentos sociais e redes de movimentos. O ativismo transnacional altermundialista.			
OBJETIVO			
Conhecer os principais paradigmas teóricos sobre sociedade civil e movimentos sociais, em especial no contexto de novos movimentos ocorrentes a partir da década de 60 do século XX.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 2.). São Paulo: Paz e Terra, 1996			
GOHN, Maria da Glória Marcondes. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. [9. Ed]. São Paulo: Loyola, 2011.			
LUSA, Mailiz Garibotti. Lutas sociais no campo e políticas públicas: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas. Maceió, AL: EDUFAL, 2011.			
LUXEMBURG, Rosa. Reforma ou revolução? [3. ed.] -. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2015.			
SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. [5. Ed]. São Paulo: Loyola, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BONI, Valdete (Org.). Mulheres camponesas e agroecologia. Curitiba: CRV, 2017. 197 p.			
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999.			
GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. [7. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.			
GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. [4. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, [2010]. 143 p			
MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova , São Paulo, n. 17, 1989. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004 > Acesso em: 18 out 2019.			
MOVIMENTOS sociais no campo. Curitiba, PR: Criar, 1987.			
RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Org.). Juventude rural, cultura e mudança social. Chapecó, SC: Argos; 2014.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA II		
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1522	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	04	60
EMENTA			
Território, territorialidade e concepções de desenvolvimento. Teorias dos territórios. Políticas de desenvolvimento e planejamento territorial– dinâmicas territoriais, políticas públicas e repercussões territoriais. A pesquisa de campo e o uso de dados oficiais para o planejamento e o desenvolvimento territorial. Território e educação ambiental.			
OBJETIVO			
Compreender a perspectiva territorial do desenvolvimento enquanto produto das relações e dos conflitos sociais em diferentes escalas espaciais. Analisar as características que a perspectiva territorial aporta ao desenvolvimento como ela produz novas dinâmicas territoriais considerando as disputas e os conflitos entre os diferentes atores – Estado, movimentos e organizações sociais – nas variadas escalas espaciais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização : do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.			
SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e Concepções de Território . São Paulo: Expressão Popular, 2007.			
SANTOS, Roselí Alves dos. Geografia agrária, território e desenvolvimento . São Paulo: Expressão Popular, 2010. 254 p. (Debates e perspectivas). ISBN 9788577431472.			
VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. Interações , v. 3, n.5, Campo Grande, MS, p. 5-19, 2002. DOI: http://dx.doi.org/10.20435/interacoes.v3i5.565			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
PERICO, Rafael Echeverri; RIBERO, María Pilar. Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável : visão do território na América Latina e no Caribe . Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2005. 195 p. ISBN 8598347078.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1523	SOCIOLOGIA RURAL	04	60
EMENTA			
A constituição histórica do desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção no campo. História, cultura e relações étnico-raciais das populações rurais, tradicionais e camponesas. Sociologia rural contemporânea. As relações campo-cidade-campo. A questão agrária, novos atores sociais e movimentos sociais no campo. Agricultura familiar: diversidade social, tipologia e funcionamento interno. Educação ambiental.			
OBJETIVO			
Familiarizar os estudantes na reflexão e debate crítico em torno das principais noções e temáticas da sociologia rural.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo: Editora Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.			
BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil . Campinas: Editora da Unicamp, 2008.			
ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo: Editora Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Revista Economia Aplicada , n. 2, v. 4, p. 379-397, abril/junho 2000.			
FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: Indagações sobre algumas especificidades brasileiras. Revista Estudos Sociedade e Agricultura , n. 18, p. 28-46, out. 2002.			
SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Revista Estudos Avançados , São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, USP, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA III		
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1524	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO IV - EDUCAÇÃO DO CAMPO E POPULAR	02	30
EMENTA			
Educação. Educação Popular e Educação do Campo. Educação do Campo e Movimentos Sociais. Base Nacional Comum Curricular. Os principais movimentos e experiências pedagógicas da Educação Popular. Educação ambiental na educação do campo. Educação informal e não formal. Organismos Internacionais e de Educação no Brasil (Acordo MEC-USAID e Banco Mundial). Análise e estudo da diversidade de espaços educativos (escolas do campo, itinerantes, indígenas, quilombolas).			
OBJETIVO			
Compreender os principais expoentes da educação popular e da educação do campo no país, estabelecendo pontos de conexões e divergências entre a política educacional brasileira, a educação popular e a educação do campo. Problematizar as políticas atuais de educação e as consequências para a educação popular e a educação do campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.			
FRIGOTTO Gaudêncio (orgs). Dicionário da Educação do Campo . 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012.			
HOLLIDAY, Oscar Jara. Para sistematizar experiências : Brasília: MMA, 2006. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009115508.pdf . Acesso em: 03 set. 2019.			
KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Saete (orgs). Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas . Brasília: NEAD, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4). Disponível em: < http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf/view >. Acesso em: 03 set. 2019.			
STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). Educação popular: lugar de construção social e coletiva . Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p. (Leitura) ISBN 9788577530151.			
FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido . 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1525	ESTÁGIO CURRICULAR IV	8	120
EMENTA			
Prática pedagógica em ciências sociais. Regência de classe.			
OBJETIVO			
Experienciar a regência de classe da disciplina de Sociologia no Ensino Médio.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOMENY, H.; FREIRE-MEDEIROS, B. (Coord.). Tempos modernos, tempos de sociologia . São Paulo: Editora do Brasil, 2010.			
BRASIL. Orientações curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias (conteúdos curriculares 6-Sociologia) . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível online em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf			
RAMALHO, J. R. Sociologia para o Ensino Médio . Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.			
TOMAZI, N. D. Sociologia para o Ensino Médio . São Paulo: Atual, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
DESTERRO, F. B. Desigualdades sociais em tempos modernos, tempos de sociologia e em sociologia para o Ensino Médio: uma discussão teórica e conceitual. In: HANDFAS, A.; MAÇAIRA, J. P. (Org.). Dilemas e perspectivas da sociologia na educação básica . Rio de Janeiro: E-papers, 2012. p. 275- 305.			
PEREIRA, T. I. Para além do senso comum: aportes para a construção do conhecimento sociológico na educação básica. In: OLIVEIRA, D. D.; RABELO, D.; FREITAS, R. A. (Org.). Sociologia no Ensino Médio: experiências e desafios . Goiânia: UFG/FUNAPE, 2010. p. 59-82.			
RODRIGUES, A. T. Sociologia da educação . 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1526	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	07	105
EMENTA			
Elaboração de projeto de pesquisa.			
OBJETIVO			
Fundamentar a construção de um projeto de pesquisa na área de Ciências Sociais com base nos elementos que constituem uma pesquisa científica: problema, fundamentação teórica, hipóteses, objetivos e metodologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. xv, 174 p. (Coleção Estudos ; 85).			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 300 p. ISBN 9788522457588 (broch.).			
FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese . São Paulo: Contexto, 2011. 160 p.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.			
NASCIMENTO, Francisco Paulo do; SOUSA, Flávio Luis Leite. Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática: como elaborar TCC . 2. ed. Fortaleza, CE: INESP, 2017. 195 p.			
Universidade Federal da Fronteira Sul Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul / Universidade Federal da Fronteira Sul ; Simone Padilha coordenadora. – 2. ed. rev. e atual. – Chapecó, 2015. 142 f. : il. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/manual-de-trabalhos-academicos-2015.pdf . Acesso em: 12/2019.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica . 5. ed. rev., ampl. Campinas, SP: Alínea, 2011.			
APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa . 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xii, 226 p.			
HIRANO, Sedi (Org.). Pesquisa social: projeto e planejamento . São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009.			
FRANÇA, Junia; VASCONCELOS, Ana. Manual para normalização de publicações técnico-científicas . 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6023: Informação e documentação. Referências. Elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2002.			
CASTRO, Claudio de Moura. Como redigir e apresentar um trabalho científico . São Paulo, SP: Pearson, c2011. xii, 137 p. ISBN 9788576058793 (broch.).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1527	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	08	120
EMENTA			
Desenvolvimento da pesquisa, redação e defesa da monografia.			
OBJETIVO			
Orientar a execução do projeto de pesquisa formulado em Trabalho de Conclusão I e a produção de um texto monográfico a ser defendido pelo estudante perante uma banca examinadora.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. xv, 174 p. (Coleção Estudos ; 85).			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 300 p. ISBN 9788522457588 (broch.).			
FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese . São Paulo: Contexto, 2011. 160 p.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.			
NASCIMENTO, Francisco Paulo do; SOUSA, Flávio Luis Leite. Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática: como elaborar TCC . 2. ed. Fortaleza, CE: INESP, 2017. 195 p.			
Universidade Federal da Fronteira Sul Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul / Universidade Federal da Fronteira Sul ; Simone Padilha coordenadora. – 2. ed. rev. e atual. – Chapecó, 2015. 142 f. : il. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/manual-de-trabalhos-academicos-2015.pdf . Acesso em: 12/2019.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica . 5. ed. rev., ampl. Campinas, SP: Alínea, 2011.			
APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa . 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xii, 226 p.			
HIRANO, Sedi (Org.). Pesquisa social: projeto e planejamento . São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009.			
FRANÇA, Junia; VASCONCELOS, Ana. Manual para normalização de publicações técnico- científicas . 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6023: Informação e documentação. Referências. Elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2002.			
CASTRO, Claudio de Moura. Como redigir e apresentar um trabalho científico . São Paulo, SP: Pearson, c2011. xii, 137 p. ISBN 9788576058793 (broch.).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1528	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO V – COMPORTAMENTO POLÍTICO	03	45
EMENTA			
Abordagens do estudo do comportamento político. Os estudos de cultura política na ciência política contemporânea e no Brasil. Opinião pública: abordagens, interpretações e pesquisas de opinião; a decisão do voto. Democracia, representação e participação política. Prática de pesquisa na escola sobre comportamento político.			
OBJETIVO			
Compreender os estudos da área de comportamento político, identificar os/as principais autores/as da temática, além de entrar em contato com a prática de pesquisa na escola sobre estudos de comportamento político.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BORBA, Julian; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. Os estudos de comportamento político na ciência política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência. BIB, n. 89, p. 1–33, 2019. Disponível em: http://anpocs.com/images/BIB/n89/julian_gabrielaBIB_0008902_RP.pdf</p> <p>HOLLANDA, Cristina Buarque de; VEIGA, Luciana Fernandes; AMARAL, Oswaldo E. do (Org.). A Constituição de 88 Trinta Anos Depois. Curitiba: UFPR, 2018. p. 400. Disponível na editora: https://www.editora.ufpr.br/produto/329/constituicao-de-88--trinta-anos-depois</p> <p>RENNO, Lucio. R. Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. BIB, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 71- 93, 1998. Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-45/486-teoria-da-cultura-politica-vicios-e-virtudes/file</p> <p>RENNO, Lúcio; et al. Legitimidade e qualidade uma visão da cidadania. São Paulo: Intermeios, 2011. Disponível em: https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil/Brazil-Book-2010_Cover-and-Text_20Nov12.pdf</p> <p>MOISÉS, Álvaro. Os brasileiros e a democracia. 1a. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995. Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/Osbrasileiroseademocracia.pdf</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>FUKS, Mário et al. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? Revista Brasileira de Ciência Política, n. 19, p. 199–219, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220161908></p> <p>MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (org). A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível na editora: https://www.edusp.com.br/livros/desconfianca-politica-e-os-seus-impactos-na-qualidade-da-democracia/</p> <p>PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA IV		
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1529	SEMINÁRIO DE DOCÊNCIA, PESQUISA E EXTENSÃO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS (SD-PECS)	10	150
EMENTA			
Desenvolvimento de diálogos entre escola e universidade. Projetos de ensino (oficinas, palestras e formação de professores) na área de Ciências Sociais envolvendo a Educação Básica. Projetos de pesquisa e extensão na área de Ciências Sociais envolvendo a Educação Básica.			
OBJETIVO			
Promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como elementos fundamentais para o exercício da docência crítico-investigativa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ABDAL, A.; OLIVEIRA, M. C. V.; GHEZZI, D. R.; JUNIOR, J. S.; (Org). Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo. São Paulo: Cebrap, 2016. Disponível em: http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf</p> <p>COELHO, G. C. O papel pedagógico da Extensão Universitária. Em Extensão, v.13, n. 2, p. 11-24, 2014. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682/16074</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução N° 4/CONSUNI-CPPGEC/UFFS/2017 - Política da Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul, 2017. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuniccpgec/2017-0004</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>BECKER, H. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 4° ed. São Paulo: Hucitec, 1999.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Construindo agendas e definindo rumos: I conferências de ensino, pesquisa e extensão da UFFS: [COEPE]. Chapecó: UFFS, 2011.</p>			



8.16.1 Componentes curriculares optativos

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1530	ANTROPOLOGIA DA MÚSICA	04	60
EMENTA			
Etnografia da música. Música como código sociocultural: principais tendências teórico-metodológicas.			
OBJETIVO			
Conhecer o campo de estudos da Antropologia da Música e da Etnomusicologia e analisar diferentes etnografias sobre música no Brasil e em outros países.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>MENEZES BASTOS, Rafael José de. Esboço de uma teoria da música: para além de uma antropologia sem música e de uma musicologia sem homem. Aceno – Revista de Antropologia do Centro-oeste, vol 1, n.1, 2014. Disponível em: http://periodicos-cientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/1800, acesso em 04/10/2019.</p> <p>OLIVEIRA PINTO, Tiago. Som e música: questões de uma antropologia sonora. Revista de Antropologia, 44(1):221-286, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000100007 , acesso em 04/10/2019.</p> <p>SEEGER, Anthony. Etnografia da música. Cadernos de Campo, 17:237-259, 2008. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/47695/51433, acesso em 04/10/2019.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>OLIVEIRA, Allan de Paula. Quando se canta o conflito: contribuições para a análise de desafios cantados. Revista de Antropologia, 50(1): 313-345, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S003477012007000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt, acesso em 04/10/2019.</p> <p>MONTARDO, Deise Lucy de Oliveira. Caminhando, cantando e dançando com os pais criadores: o jerokey guarani visto como performance. Ilha, 11: 131-144, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2009v11n1-2p131, acesso em 04/10/2019.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS396	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	04	60
EMENTA			
A economia brasileira no período 1930-1945. A economia no pós II guerra: debate sobre industrialização e estabilização; substituição de importações; relações internacionais; mudanças e problemas estruturais. O período do regime militar. Evolução da economia brasileira. 1980: a década perdida. 1990: abertura comercial e financeira. Plano Real: origens, políticas econômicas e resultados. Redefinição do papel do Estado. Privatizações. Crises internacionais e suas consequências para a economia brasileira. Discussão sobre temas da conjuntura econômica brasileira.			
OBJETIVO			
Conhecer a evolução da economia brasileira, as principais deficiências e as conquistas dos últimos anos, compreendendo o processo de industrialização e crescimento econômico e quais são os desafios da economia nacional, além de analisar as políticas de desenvolvimento adotadas a partir de 1930.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABREU, Marcelo de Paiva. A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989 . Rio de Janeiro: Campus,1999.			
CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930- 1995) . Campinas-SP: UNICAMP,1998.			
FURTADO, C.: Formação Econômica do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			
GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. Economia Brasileira Contemporânea . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
REGO, J. M. et al. Economia Brasileira . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
SOUZA, N. A. Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula . São Paulo, Atlas,2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BAER, W. A. Economia Brasileira . São Paulo: Nobel, 2003.			
BRUM, A. J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro . 20. ed. Ijuí: Unijuí, 1999.			
GIAMBIAGI, F., CASTRO, L, HERMANN, J. 2004. Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004) . Rio de Janeiro: Campus.			
HOLANDA, S.B. De: Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras,1995.			
MAGALHÃES, J. P. de A. Paradigmas econômicos e desenvolvimento: a experiência brasileira . Rio de Janeiro: UFRJ/EDUERJ, 1996.			
MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio . São Paulo: UNESP, 2009.			
TAVARES, M.C. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil . 2. ed. Campinas: UNICAMP,1986.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1531	ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA	04	60
EMENTA			
Auto-organização popular e economia. Sociedade civil, associativismo, apoio mútuo e redes de cooperação. Teorias da autogestão. Modos de integração econômicas. Elementos para pensar outra economia.			
OBJETIVO			
Conhecer os principais elementos referentes ao debate teórico sobre processos de auto-organização nos espaços de trabalho e produção.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO Secretaria de Políticas Públicas de Emprego MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO. Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia. Brasília, DF: ANTEAG, c2004. 192 p. ISBN 8589700011.			
CATTANI, Antonio David et al.; LAVILLE, Jean-louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro, (Coord.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almed, 2009. 343 p. (Série Políticas Sociais). ISBN 9789724037226.			
SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.			
SAPELLI, Marlene Lucia Siebert; GEHRKE, Marcos; MARIANO, Alessandro (Org.). Vozes da resistência II: sobre práticas educativas nos tempos e espaços ocupados pelo MST. Guarapuava, PR: Unicentro, 2016. 242 p. ISBN 9788578911904 (broch.).			
SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Pau: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p. ISBN 8586469513.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES (ORG). Caminhos percorridos e construção coletiva: economia solidária na zona sul de São Paulo. São Paulo, SP: ITCP-USP, 2010. 223 p. ISBN 9788563348005.			
MAGRI, Cledir Assisio; CORREA, Ciro Eduardo (Org.). Cooperativismo de crédito familiar e solidário: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza. Passo Fundo, RS: IFIBE, 2012. 196 p. ISBN 9788599184899.			
KLEIMAN, Fernando. Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco. Brasília, DF: Fetape; São Paulo, SP: AnnaBlume; Recife, PE: CONTAG, 2008. 166 p. ISBN 9788574197838 (broch.).			
SANTOS, Luís Miguel Luzio dos; BORINELLI, Benilson; PITAGUARI, Sinival Osório (Org.). Economia solidária numa pluralidade de perspectivas. Londrina, PR: UEL, 2011. 254 p. ISBN 9788578460990.			
DICKMANN, Ivo (Org). Cooperativismo e economia solidária: mapeamento e experiências. Chapecó, SC: Ação cultural, 2014. 222 p. ISBN 9788568195017 (broch.).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH692	EDUCAÇÃO POPULAR	04	60
EMENTA			
Recortes históricos da Educação Popular. Cultura popular e escola. Educação em espaços informais. América Latina e Educação Popular. Movimentos Sociais e Educação Popular. A Educação Popular na escola pública. Cultura, política e processos descoloniais. Educação emancipatória e práticas de ensino.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir a Educação Popular como paradigma de ação política com desdobramentos teórico-metodológicos no contexto latino-americano.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRANDÃO, C. R. O que é educação popular . São Paulo: Brasiliense, 2006.			
DICIONÁRIO da educação do campo. Rio de Janeiro, RJ: Expressão Popular: UPSJV, 2012. 787 p. ISBN 9788577431939			
VALE, A. M. Educação popular na escola pública . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 8).			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante . 8. ed. 3. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006a. p. 42-62.			
FÁVERO, Osmar. Cultura Popular, Educação Popular : memória dos anos 60. Rio de Janeiro: ed. Graal, 1983.			
FREIRE, P. Pedagogia da esperança : um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.			
. Pedagogia do oprimido . 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1532	ETNOLOGIA INDÍGENA	04	60
EMENTA			
Introdução aos estudos de Etnologia Indígena, com enfoque para sociedades e culturas das terras baixas sul-americanas, destacando temas clássicos como: a organização social e cosmologias das sociedades indígenas, parentesco, guerra, mito, ritual e xamanismo, aspectos históricos e intercâmbios econômicos, relações étnicas e transformações indígenas.			
OBJETIVO			
Discutir temas e problemas abordados nos estudos sobre as sociedades indígenas, com ênfase na etnologia, na história indígena e na etnohistória.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida. Pacificando o branco . Cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo, Editora da Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.			
CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil . São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.			
FAUSTO, Carlos. Inimigos fiéis . História, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo, Edusp, 2001.			
CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac & Naify, 2002.			
WRIGHT, Robin M. (org.). Transformando os Deuses : os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Vols. I e II. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOAS, Franz. Antropologia cultural. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 109p. ISBN 9788571107601.			
CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado : pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.			
KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos . São Paulo: EDUSC, 2002. 322 p. ISBN 8574601462.			
RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 476 p. ISBN 9788571644519 (broch.)			
VEIGA, Juracilda. Aspectos fundamentais da cultura Kaingang . Campinas/SP: Editora Curt Nimuendaju, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1513	HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO CLÁSSICO	4	60
EMENTA			
Introdução à Filosofia Política. A tradição clássica: Platão e Aristóteles. Políbio e Cícero. O pensamento político nos primeiros séculos da era cristã: Paulo de Tarso, Agostinho de Ipona, Tomás de Aquino. A ruptura do pensamento político na Renascença: Maquiavel.			
OBJETIVO			
Discutir conceitos, problemas e teorias centrais do pensamento político tomando como fonte a tradição clássica, apresentando ao aluno conhecimentos básicos sobre a história da filosofia política. Procura-se também introduzir o universo do pensamento clássico a partir dos grandes acontecimentos sociais do seu tempo, assim como compreender o que há de atual nesta reflexão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARISTÓTELES. Política . COLEÇÃO grandes obras do pensamento universal. São Paulo: Escala, 2007. 40 v.			
ARISTÓTELES. Política . OS PENSADORES. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1972-1976.			
MACHIAVELLI, Niccolò. O príncipe . 4. ed. São Paulo, SP: Edipro, 2015. 94 p.			
PLATÃO. A República . 14. ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014. lxi, 512 p. ISBN 9789723105098.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
PAVIANI, Jayme. Platão & a República . Rio de Janeiro: Zahar, c2003. 71p ((Filosofia Passo-a-Passo ; 28).). ISBN 8571107424.			
TUCÍDEDES. História da guerra do Peloponeso . São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/UnB/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001. (Coleção Clássicos IPRI – livro online).			
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Rousseau e as Relações Internacionais . São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção Clássicos IPRI – livro online).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1514	PARTIDOS POLÍTICOS	04	60
EMENTA			
Democracia representativa, liberalismo político e os sistemas partidários modernos. Tipologias e taxonomias para classificação de partidos políticos. Classes sociais, grupos de interesses e suas projeções nos sistemas partidários contemporâneos. Partidos políticos, dinâmica parlamentar e coalizões governativas. Partidos anti-regime: a concepção marxista de partidos como organizações revolucionárias. Sistema partidário brasileiro.			
OBJETIVO			
Conhecer as teorias dos partidos e dos sistemas partidários.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALCANTARA SAEZ, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Partidos políticos na América Latina. Opinião Pública , Campinas, v. 8, n. 2, p. 137-157, Oct. 2002. Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762002000200001&lng=en&nrm=iso >. access on 03 Oct. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762002000200001 .			
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : fragmentos de um dicionário político. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 255 p. ISBN 978-85-7753-365-7 (broch.).			
SCHMITT, Rogério. Partidos políticos no Brasil: (1945-2000) . 3. ed.-. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.			
TRE. Partidos Políticos. Disponível em: http://www.tre-pi.jus.br/partidos/duvidas-frequentes/dos-partidos-politicos-e-das-coligacoes			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . 33. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 304 p. ISBN 9788502638617 (broch.).			
GRAMSCI, Antonio; SADER, Emir (Org). Gramsci : poder, política e partido. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012. 140 p. ISBN 8587394762.			
MAIR, Perter. Os partidos políticos e a democracia. Análise Social , vol. XXXVIII (167), 2003, 277-293. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121873880809jEJ7wj1Ds10DV6.pdf			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1537	PROJETOS SOCIAIS E DE DESENVOLVIMENTO	04	60
EMENTA			
Políticas de programas sociais no Brasil, projetos sociais e técnicas, ferramentas, metodologias e práticas do planejamento e da gestão de Projetos sociais. Acompanhamento de programas e projetos sociais, sistemas de indicadores sociais e plano de ação de avaliação de programas e projetos sociais. Avaliação de mérito social na rentabilidade econômica e orçamentária coletiva e comunitária.			
OBJETIVO			
Habilitar-se na elaboração e gestão de projetos sociais e de desenvolvimento desde o planejamento ao monitoramento e avaliação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOCCHI, Olsen Henrique. O Terceiro Setor: uma visão estratégica para projetos de interesse público . Curitiba: IBPEX, 2009. 218 p. ISBN 9788578380045 (broch.).			
BUARQUE, Cristovam. Avaliação econômica de projetos : uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 266 p. ISBN 9788570011848.			
CONTADOR, Claudio Roberto. Projetos sociais : benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades . 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, c2014. xviii, 378 p. ISBN 9788522489985 (broch.).			
PFEIFFER, Peter. Gerenciamento de projetos de desenvolvimento : conceitos, instrumentos e aplicações. Rio de Janeiro, RJ: Brasport, 2005. 182 p. ISBN 8574522104.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
RURALIDADES e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília, DF: MDA, 2007. 398 p. (NEAD Estudos; 20). ISBN 9788560548279.			
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação . 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 131 p. ISBN 9788577531813.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p. ISBN 8521901433 (Broch.).			
KUBITZA, Fernando; ONO, Eduardo Akifumi. Projetos aquícolas : planejamento e avaliação econômica. Jundiaí: F. Kubitza, 2004. 88p. (Aquicultura avançada) ISBN 859854504X.			
WOILER, Samsão.; MATHIAS, Washington Franco. Projetos : planejamento, elaboração e análise . 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 288 p. ISBN 9788522450336 (broch.).			
DINSMORE, Paul Campbell.; CAVALIERI, Adriane (Org). Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos : livro - base de 'preparação para certificação PMP (R) - Project management professional'. 4. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011. 383 p. ISBN 9788573039788.			
JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público , 56, ano 2. Abr./ jun. Brasília, 2005. DOI: https://doi.org/10.21874/rsp.v56i2.222			
NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais: revendo conceitos. In: Revista Katálysis , v.5, n.2. Jul./ dez. 2002. Florianópolis /SC. DOI: https://doi.org/10.1590/%25x			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1536	SOCIOLOGIA ECONÔMICA	04	60
EMENTA			
A visão de mercado em Durkheim e Weber, diálogo com a economia neoclássica. Karl Polanyi e o enraizamento. A nova Sociologia Econômica – Mark Granovetter. Abordagem político-cultural: Pierre Bourdieu.			
OBJETIVO			
Analisar teórica e metodologicamente as diversas estratégias de abordagens dos mercados na sociologia e o diálogo com a economia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. Revista de Sociologia Política , vol 6: 15 – 57, 2005. DOI: https://doi.org/10.5007/1980-6590%25x			
GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. RAE electron. , São Paulo , v. 6, n. 1, June 2007 . Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482007000100006&lng=en&nrm=iso >. access on 03 Oct. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482007000100006 .			
MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). Redes e sociologia econômica . São Carlos: EdUFSCar, 2009. 335 p. ISBN 978-85-7600-148-5.			
SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. Tempo Soc. , São Paulo , v. 16, n. 2, p. 7-34, Nov. 2004 . Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000200001&lng=en&nrm=iso >. access on 29 Sept. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702004000200001 .			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DURKHEIM, Émile; RODRIGUES, José Albertino (Org). Émile Durkheim: sociologia . 9. ed. São Paulo: Ática, 2008. 208 p. (Coleção grandes cientistas sociais ; 1). ISBN 9788508027675 (broch.).			
GUIMARÃES, N. A. et al. (2012) Trajetórias, atributos e relações. Representações sobre redes e obtenção de trabalho. Redes, Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales , v. 22, p. 106- 146.			
KAUFMAN, D. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. Galaxia (São Paulo, Online), n. 23, p. 207-218, jun. 2012.			
RAUD-MATTEDI, Cécile. Análise Crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. Política e Sociedade , v. 6 pp 59-82, Florianópolis, 2005.			
RAUD-MATTEDI, Cécile, “A Construção Social do Mercado em Durkheim e Weber”, Revista Brasileira de Ciências Sociais , 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1537	TEORIA COOPERATIVISTA	4	60
EMENTA			
Formas primitivas e tradicionais de cooperação. Bases doutrinárias e filosóficas do cooperativismo. Surgimento do cooperativismo moderno. O cooperativismo no Brasil. A diversidade de modelos cooperativistas no campo brasileiro. Cooperativismo e recriação camponesa.			
OBJETIVO			
Conhecer e compreender as bases filosóficas e doutrinárias do cooperativismo. Identificar os diferentes tipos de cooperativismo no Brasil e suas potencialidades e desafios. Compreender o papel do cooperativismo para a resistência e recriação camponesa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>CATTANI, Antonio David et al.; LAVILLE, Jean-louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro, (Coord.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almed, 2009. 343 p. (Série Políticas Sociais). ISBN 9789724037226.</p> <p>FIGUEIREDO, Ronise de Magalhães. Dicionário prático de cooperativismo. Belo Horizonte, MG: Mandamentos : FCH/FUMEC, 2000-2001. 224 p. ISBN 8587054279.</p> <p>MLADENATZ, Gromoslav. História das doutrinas cooperativistas. Brasília: Confebras, 2003. 272 p. ISBN 85-89115-02-X.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>BRASIL Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Opção cooperativista. Rio de Janeiro, RJ: Guavira, 19--.</p> <p>CRÚZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento: o trabalho flexível em torno de processos, sob habilidades e equipes. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV, 2006. 173 p. (FGV Negócios). ISBN 8522505578.</p> <p>GEDIEL, José Antônio Peres (Org). Os caminhos do cooperativismo. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2001. 174 p. (Polêmica) ISBN 8573350741.</p> <p>HARTUNG, Alcyr Peters (Org). O cooperativismo ao alcance de todos. 2. ed. rev. atual. Florianópolis: OCESC, 1996. 34 p.</p> <p>MEINEN, Ênio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida Stefanos (Org). Cooperativas de crédito no direito brasileiro. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 2002. 110 p. (Série Cooperativas ; v. 2). ISBN 8524106700.</p> <p>HADDAD, Fernando. Sindicalismo, cooperativismo e socialismo. In: BORON, Atilio A. Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania. 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril 2006. ISBN-13: 978-987-1183-40-1 Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolconbr/Haddad.pdf</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1538	TEORIA DA DEMOCRACIA	04	60
EMENTA			
Paradigmas teóricos da democracia: o elitismo competitivo. O liberalismo. A teoria da democracia participativa. Marxismo, anarquismo e democracia. Reflexões contemporâneas sobre a questão da democracia.			
OBJETIVO			
Conhecer as teorias da democracia e saber relacioná-las ao contexto histórico a ser analisado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DAHL, Robert Alan; PACIORNICK, Celso Mauro (TRAD.). Poliarquia : participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997. 234 p. (Clássicos ; 9) ISBN 85-314-0409-9-6.			
DAHL, Robert Alan. Sobre a Democracia . Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.			
PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.			
PUTNAM, Robert D; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella. Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 257 p. ISBN 8522502102.			
TOURAINE, Alain. O que é a democracia? 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
LABICA, Georges. Democracia e revolução . São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. ISBN 9788577431175.			
LOSURDO, Domenico. Democracia ou bonapartismo : triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: São Paulo: Ed. da UFRJ; Ed. da UNESP, 2004. 372 p (Pensamento crítico ; 2) ISBN 8571082774 (broch.)			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1539	TEORIA DAS ELITES	04	60
EMENTA			
As elites como objeto de estudo das Ciências Sociais. Capital simbólico e capital social: os espaços da alta burguesia e da aristocracia. Circulação internacional e formação de grupos dirigentes. Estilos de vida, gosto e modalidades de consagração social de grupos dominantes.			
OBJETIVO			
Fornecer uma aproximação às abordagens contemporâneas voltadas à problemática da formação de elites e de grupos dirigentes, bem como da estruturação do poder em sociedades centrais e em periféricas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
SAINT MARTIN, M. de. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. TOMO (UFS) , n. 13, 2008.			
PINÇON, M. & PINÇON-CHARLOT, M. Sociologia da alta burguesia. Sociologias , ano 9, n. 18, 2007.			
SEIDL, E. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa. Horizontes Antropológicos , v. 15, 2009.			
LIMA, D. Ethos emergente: as pessoas, as palavras e as coisas. Horizontes Antropológicos , v. 28, p. 175-202, 2007.			
PULICI, C. O gosto dominante como gosto tradicional: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. Novos Estudos CEBRAP , v. 91, p. 123-139, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
REVISTA de Sociologia e Política (UFPR). Dossiê Elites Políticas v. 16, n. 30, 2008.			
REVISTA Pós Ciências Sociais (UFMA). Dossiê Elites , v. 8, n. 15, 2011.			
REVISTA Tomo (UFS). Dossiê Sociologia do Poder e das Elites , n. 13, 2008.			
DÉZALAY, Y & GARTH, B. G. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000). Revista Brasileira de Ciências Sociais , vol. 15, n. 43, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1540	TRABALHO NO CAMPO	4	60
EMENTA			
<p>O espaço geográfico: localização, observação e descrição do espaço; aplicação de conceitos geográficos; levantamento de dados primários para o reconhecimento do espaço geográfico em diferentes escalas espaço-temporais; um relatório de campo. Estudo específico na geografia: participação em uma pesquisa científica; aquisição de conhecimento e instrumental específico na geografia; o uso de equipamentos (cartas, bússolas, GPS etc); redação de texto científico. Diagnóstico da natureza de problemas ambientais; análise do problema em questão integrando fatos geográficos sociais e da natureza. Prática de observação de campo e práticas pedagógicas como componentes curriculares.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Propiciar aos acadêmicos a interpretação do espaço geográfico, por meio da prática de observação e descrição em campo, como subsídio ao reconhecimento da inter-relação entre sociedade e natureza.</p>			
REFERÊNCIA BÁSICA			
<p>DREW, D. Processos Interativos homem - meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. GUERRA, Antônio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Org). Geomorfologia e meio ambiente. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 394 p. ISBN 9788528605730.</p> <p>SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.</p>			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			
<p>INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. Terra e cidadania. Curitiba: ITCG, 2008. 211 p.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1541	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA I	04	60
EMENTA			
Este componente curricular terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema antropológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1542	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA II	04	60
EMENTA			
Este componente curricular terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema antropológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1543	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA III	04	60
EMENTA			
Este componente curricular terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema antropológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1544	TÓPICOS ESPECIAIS EM DOCÊNCIA, PESQUISA E EXTENSÃO I	04	60
EMENTA			
Este componente curricular terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Docência, Pesquisa e extensão no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de Docência, Pesquisa e extensão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1545	TÓPICOS ESPECIAIS EM DOCÊNCIA, PESQUISA E EXTENSÃO II	04	60
EMENTA			
Este componente curricular terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Docência, Pesquisa e extensão no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de Docência, Pesquisa e extensão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1546	TÓPICOS ESPECIAIS EM DOCÊNCIA, PESQUISA E EXTENSÃO III	04	60
EMENTA			
Este componente curricular terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Docência, Pesquisa e extensão no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de Docência, Pesquisa e extensão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1547	TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICA I	04	60
EMENTA			
Este componente curricular terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Política no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema político.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1548	TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICA II	04	60
EMENTA			
Este componente curricular terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Política no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema político.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1549	TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICA III	04	60
EMENTA			
Este componente curricular terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Política no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema político.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1550	TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA I	04	60
EMENTA			
Este componente curricular terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema sociológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1551	TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA II	04	60
EMENTA			
Este componente curricular terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema sociológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1552	TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA III	04	60
EMENTA			
Este componente curricular terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema sociológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo pedagógico e de gestão do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura, – *Campus* Laranjeiras do Sul, está de acordo com as orientações estabelecidas pela Universidade, principalmente a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução nº 2/CONSUNI-CGAE/2017 (Art. 3º: inciso V -; Artigos 8º, 39 e 40 com seus incisos). De acordo com o Artigo 13 do Regulamento de Graduação (Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD), ‘O Projeto Pedagógico do Curso é o documento que expressa os referenciais orientadores de um Curso de Graduação, seus objetivos, o perfil do egresso, a organização curricular e as **definições que fundamentam a sua gestão acadêmica, pedagógica e administrativa**’. Cabe a coordenação do curso, junto ao Colegiado e NDE, promover a coordenação didático-pedagógica e organizacional do curso. Além disso, como princípio filosófico do processo, entende-se a gestão da educação como um lócus, uma instância inerente à prática educativa, que abrange uma multidimensionalidade de fatores, como o corpus normativo, as diretrizes e práticas, as atividades cotidianas que garantem, de um lado, o significado ou sentido histórico do que se faz e, de outro lado, a unidade do conjunto de elementos na diversidade da concretização dos processos. É neste sentido que deve levar em consideração a totalidade concreta, bem como compreender o processo educativo no imbricamento entre as políticas educacionais, o planejamento, a gestão e a avaliação, tanto dos processos, quanto da educação em suas linhas gerais.

É a partir desse princípios indutores que se embasa o Processo Pedagógico e de Gestão do Curso e Processo de Avaliação do Ensino e Aprendizagem, na tentativa de corresponder aos elementos substanciais que compõem a cada uma das grandes dimensões e dos grandes pilares da ‘conformação’ do Projeto Pedagógico de Curso em sua intencionalidade e em sua totalidade, mas fundamentalmente nestes elementos particulares aqui colocados. Assim, busca-se colocar em prática o devir da ideação inscrita no ‘terreno’ da intencionalidade, a partir dos seguintes tempos e espaços de discussões e de implementação dos fatores deliberados nesses momentos e espaços:

9.1 Reuniões pedagógicas e de colegiado



O Processo Pedagógico e os Processos de Gestão do Curso são os elementos fundamentais para garantir a intencionalidade inscrita e prescrita nas diferentes e grandes dimensões do Projeto Político Pedagógico de Curso (PPC) tornando-o fator material no processo de Formação Humana que se busca na implementação, tanto da Matriz Curricular, quanto dos tempos e espaços formativos do Curso.

Neste sentido, a dinamicidade do Processo Pedagógico e Educativo-administrativo deve contemplar e garantir, em sua forma e conteúdo, as credenciais, as condições e a *práxis* para a materialização da intencionalidade projetada no PPC. Portanto, as atribuições e a dinâmica de funcionamento do Colegiado do Curso de Ciências Sociais, deve contemplar as motivações tanto pedagógicas quanto as orientações legais¹⁵, que em linhas gerais, expressam a projeção intencional de Formação Humana e o entendimento síntese de processos anteriores que são incorporados nas peças e regulamentos legais, respectivamente.

Entende-se o Colegiado do Curso como o espaço de organização, e acompanhamento (ético, político e pedagógico) do curso, onde se definem desde as linhas prioritárias de ação e de formação, bem como as questões acadêmicas prescritas, as que aparecem no cotidiano universitário, acerca dos estudantes, professores, componentes curriculares, avaliação, entre outros. Nesse sentido, o Colegiado é estratégico ao curso, pois é seu núcleo organizador e decisório.

Assim, o Colegiado é composto pelo Coordenador do Curso, Coordenador Adjunto do Curso, Coordenador de Estágios do Curso (e seu Adjunto, quando houver), mínimo de 3 (três) docentes eleitos por seus pares, um representante docente indicado pelo Fórum do Domínio Comum do *Campus* e um representante docente indicado pelo Fórum do Domínio Conexo do *Campus*, um representante discente indicado pelo órgão representativo dos alunos do curso, representante da comunidade regional e um representante dos servidores técnico-administrativos em educação, eleito por seus pares, todos com respectivos suplentes, conforme Resolução 004/2014 – CONSUNI/CGRAD.

Coerente com as proposições Político-Pedagógicas das Ciências Sociais e Institucionais, o Colegiado do Curso poderá, eventualmente e sempre que julgar pertinente, convidar a comunidade externa/regional à UFFS a participar de suas reuniões, buscando aproximar a política do curso da realidade regional e das demandas e temas centrais que impulsionam a ação social, e que podem ser transformados e Matriz Formadora-Forma-

¹⁵ Em relação às orientações legais, observa-se o conjunto dos regulamentos, mas, fundamentalmente a RESOLUÇÃO Nº 4/2014 – CONSUNI/CGRAD que Aprova o Regulamento da Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.



tiva, temas de pesquisa e extensão para/no Curso de Ciências Sociais, sempre no sentido de contribuir no Desenvolvimento Regional Sustentável, com justiça e igualdade social¹⁶.

Deste modo, combinando processo histórico e legal, o colegiado do curso em questão no início do ano ou semestre letivo, através do coordenador de curso, além de agendar as reuniões ordinárias com objetivos específicos ou amplos, poderá convocar assembleias para discutir os grandes temas e as grandes demandas estratégicas que se inscrevem na intencionalidade e ideação descrita no Projeto Pedagógico de Curso, de acordo com os seguintes referenciais:

9.1.1 Reuniões de/para planejamento

As reuniões de planejamento têm por objetivo planejar as grandes ações do curso e do ano/semestre letivo. A partir dos fluxos e processos que foram sendo incorporados na forma, tradição institucional e na ritualística dos procedimentos, no âmbito do Colegiado, ocorrerá desde o planejamento até a distribuição dos Componentes Curriculares aos professores. A partir desse encaminhamento, os docentes deverão planejar cada um dos componentes curriculares, considerando, tanto as orientações institucionais, quanto as particularidades dos componentes curriculares e do calendário acadêmico devidamente estabelecido para o período, contemplando a programação geral de conteúdo, de trabalhos ou projetos, e de realização das avaliações. Esta é uma oportunidade dos/ docentes terem uma visão geral de como os diferentes componentes curriculares serão trabalhados, bem como, por quais processos pedagógicos deverão transcorrer, evitando-se a sobreposição de conteúdo, possibilitando o inter-relacionamento e integração entre diversos Componentes Curriculares.

As reuniões de planejamento também têm por objetivos a organização e participação em seminários e eventos relacionados ao curso e suas áreas de formação, sejam de âmbito científico-acadêmico, quanto, populares, governamentais e do território em que se situa o *campus*.

9.1.2 Reuniões de acompanhamento e assembleias ampliadas

16 Destaca-se que o Curso de Ciências (através de seu Colegiado) estará sempre atento às grandes linhas e temáticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e Cultura constituídas a partir das Conferências de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPÊs).



Estas reuniões de acompanhamento têm como objetivo acompanhar o desenvolvimento das turmas e do curso em relação às ações planejadas e seu replanejamento. Também visam acompanhar o desempenho parcial dos estudantes após as primeiras avaliações. É uma segunda oportunidade para os docentes analisarem eventuais problemas associados aos seus componentes, bem como de melhor orientar os alunos de como proceder para tirar o melhor proveito possível do curso. Nesta ocasião, pode-se ter uma ideia de eventuais estudantes que não estão tendo um aproveitamento satisfatório, que poderão ser chamados para identificar os motivos e/ou múltiplos fatores que estão causando seus baixos rendimentos acadêmicos e receberem orientações pedagógicas adicionais para poderem avançar tanto no aprendizado acadêmico, quanto na recuperação e avanço dos conteúdos científicos. Entende-se que todo esse processo possibilita e fundamenta a tomada de medidas proativas e de ressignificação de processos, tanto por parte dos docentes, como por parte dos estudantes, devendo ser gestado administrativamente pelo coordenador de curso e pedagogicamente pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso.

As assembleias ampliadas com a participação de todo o corpo docente atuante no Curso e dos acadêmicos matriculados, dos técnico-administrativos envolvidos com a Coordenação Acadêmica do *Campus* (que atuam diretamente com as questões pedagógicas e assuntos estudantis) e representações da Comunidade Regional, podem contribuir para a formulação das grandes estratégias para o Curso considerando a temporalidade de curto, médio e longo prazo. Com isso, se quer garantir que as grandes motivações sejam dadas por coletivos ampliados que expressam as diferentes dimensões dos processos, tanto de Formação Humana (de conteúdo formativa), quanto na construção de subsídios para potencializar os meios que possam garantir a sua efetivação colocando na prática a relação entre o político, o pedagógico e o administrativo.

9.1.3 Reuniões extraordinárias

Eventuais reuniões extraordinárias podem ser convocadas, quando algum fato significativo surgir e cuja urgência justifique uma reunião não programada no calendário de reuniões do ano.

9.1.4 Reunião de avaliação final



Esta reunião tem o objetivo de fornecer uma posição global de como o curso transcorreu no período letivo, realizada logo após as últimas avaliações, mas antes de eventuais atividades de recuperação. É uma oportunidade de trocas de experiências entre os professores e alunos a respeito de fatos tanto positivos quanto negativos, permitindo a correção de problemas para os próximos períodos (correção dos aspectos negativos) e o aperfeiçoamento da forma de se ministrar um dado componente curricular (incorporação de aspectos positivos relatados em outros componentes). Deve-se destacar que os aspectos positivos e negativos são determinados a partir dos relatos efetuados pelos docentes e pelo representante discente, o qual deve expressar a opinião dos estudantes.

Outra meta desta reunião é a verificação do desempenho global das turmas, quais são os estudantes sujeitos à reprovação em um ou mais componentes, a existência de alunos com bom desempenho global e baixo desempenho em um componente curricular isolado, entre outros aspectos que possam motivar a realização da reunião. Embora previsto neste PPC, esta reunião fica condicionada à necessidade material e a viabilidade durante o processo pedagógico, não sendo obrigatória a realização da mesma durante o ano letivo.

9.2 Núcleo Docente Estruturante

No âmbito do Curso de Ciências Sociais será implementado na forma e no conteúdo (atribuições acadêmicas e pedagógicas) o que prescreve a Resolução nº 01 – CON-SUNI/CGRAD/UFFS – 2011 que institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

A atuação do NDE se dará e será motivada a partir de suas prerrogativas fundamentais, de ser o *locus* de caráter consultivo e propositivo nas/para as diferentes dimensões do processo pedagógico do Curso. Deste modo, o NDE do Curso será constituído por um grupo de docentes (conforme prevê a Resolução anteriormente citada) e terá como atribuição acadêmica fundamental o acompanhamento do processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

O NDE buscará contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso considerando as bases do projeto pedagógico do curso. Este trabalho será realizado por meio do acompanhamento da inserção dos egressos na área de atuação do curso. Com



isso, buscará sempre que necessário, organizar e orientar os trabalhos de reestruturação curricular e assim fornecer elementos mais qualificados para a posterior análise no colegiado de curso. Além disso, NDE também auxiliará o coordenador de curso nos processos de avaliação interna e externa, bem como, supervisionará as formas de acompanhamento e avaliação do curso definidas pelo colegiado. Por fim, o NDE terá um papel importante na garantia da integração horizontal e vertical do curso, no cumprimento das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação e na consolidação das linhas de pesquisa e extensão oriundas do trabalho de aperfeiçoamento e consolidação do curso.

9.3 Comissões temporárias

O Colegiado do Curso poderá criar/designar Comissões Temporárias para resolver problemas concretos e demandas que apareçam ao longo do processo pedagógico-administrativo do curso. Entende-se que este espaço é importante para agilizar resoluções de problemas, cumprir demandas, mas também, ser um espaço para realização de estudos e proposições de determinados temas relacionado ao curso. Estas Comissões temporárias poderão ser instituídas com integrantes apenas do Colegiado ou reunindo integrantes do Colegiado com docentes atuantes do curso no ano letivo em que a materialidade traga as demandas a serem resolvidas, bem como, ainda, ser composta apenas por docentes que não integram o Colegiado, mas que atuem no curso.

9.4 Formas de participação discente

No Curso de Ciências Sociais, a ação proativa que visa fortalecer o protagonismo e a participação dos discentes é condição concernente à perspectiva formativa e da necessária materialização do currículo. Dentro do projeto institucional da UFFS, diferentes formas e espaços de participação são garantidos aos discentes. Nos órgãos deliberativos, a representação discente também possui seu espaço. Esses espaços são ocupados por alunos que participam das decisões que afetam a vida político-acadêmica da universidade. São esses estudantes que representam, defendem e fazem valer os interesses de todos os estudantes cuja representatividade lhes foi confiada e cujos canais de comunicação, debate e definição entre os representantes e os representados cabe ser organizado pelo conjunto dos estudantes do curso. Os discentes terão direito à participação no Colegiado de Curso, com suplente, eleito ou indicado entre seus pares em processo definido



pela entidade que os representa na instituição (C.A., D.A. ou DCE)¹⁷. Assim, a representação dos estudantes participará das reuniões do colegiado, com direito a voz e voto, e posteriormente repassará aos demais discentes.

9.5 Instâncias recursais

9.5.1. No âmbito do Componente Curricular

Para dirimir suas dúvidas, sejam elas de conteúdo, acerca da avaliação, de trabalhos de pesquisa, priorizando a questão pedagógica e a relação dialógica no curso, o estudante deverá primeiramente recorrer ao professor do componente curricular. Nesse aspecto, deve-se levar em consideração aquilo que foi previsto no Plano de Ensino apresentado pelo docente à turma (no início do Semestre), lapidado nesse momento e aprovado pelo Colegiado de Curso, de maneira a expressar os principais elementos para garantir o cumprimento dos objetivos dos componentes curriculares. Deste modo, no Curso de Ciências Sociais, visar-se-á sempre otimizar as resolutivas que contribuam com o processo de Formação Humana em suas diferentes dimensões. Por isso, se trabalhará pedagogicamente para que essa relação dialógica entre os principais elos da atividade-fim da Universidade seja significativamente potencializada e passe a compor o cotidiano relacional no âmbito das estratégias e contradições que ocorrem na oferta do componente curricular.

Obviamente, estes indicativos dados anteriormente não se sobrepõem ao previsto no Regulamento de Graduação, mas, de maneira intencional e explícita, busca-se considerar a relação dialógica como a primeira alternativa de resolução de algum ‘conflito’ de entendimento e de interesse.

9.5.2. No âmbito do curso

O órgão deliberativo e a instância recursal do curso é o Colegiado de Curso. Em casos em que ocorram desacordos entre os sujeitos que fazem parte do processo de im-

¹⁷ Destaca-se aqui que os detalhes da composição do Colegiado estarão em consonância com o prescrito no Regulamento da Graduação (Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD), principalmente dos valores e princípios indutores proclamados em seu Artigo 6º (que prevê em seu Inciso VII, no mínimo um (1) representante discente regularmente matriculado no curso com seu respectivo suplente;), porém escrito no Regulamento do Colegiado do Curso, peça normativa que deverá garantir a aplicabilidade da norma superior no âmbito do Curso.



plementação do curso, principalmente entre docente *versus* discente¹⁸ – após interpelação na instância –, o discente poderá solicitar ao representante discente no colegiado para, junto ao coordenador de curso, solicitar que o assunto seja incluído em pauta do colegiado para apreciação e discussão. A inclusão ou não do ponto de pauta ficará a critério do coordenador, que deverá integrar-se com o discente e o docente envolvidos das divergências. Lembrando que, em caso de divergências quanto às avaliações, valem os prazos determinados na normativa vigente da UFFS. Em casos que o colegiado julgar necessário, o discente envolvido poderá ser chamado para estar presente.

Vale destacar que princípios indutores para a resolutiva formal desses elementos encontram-se presentes no Regulamento de Graduação, fundamentalmente na Seção III em seus Artigos 81 e 82 e alguns casos incorrendo na aplicabilidade do previsto no Título VIII do referido Regulamento de Graduação.

9.5.3. No âmbito do *campus*

A instância recursal no âmbito do *campus* é o Conselho de *Campus*, presidido pelo Diretor, com representantes dos segmentos da comunidade acadêmica e comunidade externa. A este conselho poderão ser levados processos para apreciação e deliberação, caso as instâncias anteriores não tenham sido suficientes.

9.5.4. No âmbito da UFFS

As últimas instâncias recursais existentes são as Câmaras do CONSUNI, presididas pelos respectivos Pró-Reitores. Quando estas não forem suficientes, a instância final para recursos é o CONSUNI.

9.6 Planejamento e ação docente

O planejamento é uma necessidade constante em todas as áreas da atividade humana. É, portanto, condição necessária para o processo educativo. Deste modo, planejar é analisar uma realidade, projetar o devir e prever as formas e mediações para realizar as diferentes alternativas da ação prático-pedagógica para alcançar os objetivos desejados.

¹⁸ Nos casos em que não seja dirimido o conflito como apontado no item anterior.



Em suma, planejar consiste em prever e decidir sobre o que pretendemos realizar. E neste sentido, um plano já é, em certa medida, um resultado, pois especifica a intencionalidade proposta com suas diferentes estratégias para atingir, entre outros elementos. É o esboço das conclusões resultantes do processo de planejar, que pode ou não assumir uma forma escrita.

O Ensino Superior tem características muito próprias porque objetiva a formação do cidadão, do profissional, do sujeito enquanto pessoa de modo geral, haja vista ser, o momento da academia, além de ser uma formação mais elevada, é também o processo que potencializa, quando não garante, as condições teóricas e metodológicas para a ação prática do sujeito social. O planejamento é essencial para que não apenas os objetivos da prática docente propostos em um componente curricular sejam atingidos, mas também, para garantir a organização e o desenvolvimento das atividades didáticas-pedagógicas. É sem dúvida um elemento essencial para garantir o que prescreve o Regimento da Graduação em seu Título II (Dos princípios e objetivos da Graduação), em seus elementos fundamentais nos Artigos 2º e 3º. Assegurando, assim, as condições necessárias para que tanto o docente quanto o discente tenham atuação eficiente e eficaz quanto ao processo de ensino-aprendizagem. Os planos de ensino devem ser desenvolvidos de maneira que sejam definidas as competências e habilidades que o discente deverá apresentar ao final do componente. Estes planos deverão conter, ao menos:

a) Identificação do Componente Curricular: O docente deverá iniciar o planejamento com a identificação do componente, onde constará o nome e código do componente, a carga horária e os créditos, o período, semestre, número da turma, e horários semanais em que ocorrerá o atendimento, bem como, o nome do docente responsável e outras informações que julgar necessárias.

b) Ementa do Componente Curricular: A ementa é o conjunto dos grandes temas e um resumo dos conteúdos que irão ser trabalhados. A ementa de cada componente curricular do curso de graduação está determinada neste PPC. A mudança de uma ementa, somente ocorrerá dentro dos processos e ritualística previstos nos documentos institucionais orientadores principais, quando do ajuste e/ou mudança, reformulação do PPC, entre outros aspectos. Todo componente de uma Matriz Curricular representa, em última análise, um instrumento importante para a formação profissional de uma dada área, definida a partir do PPC. Por essa razão, cabe ao docente indagar-se acerca do papel de



seu componente no curso em que lecionará, no processo de formação do profissional em diálogo com o ementário, com o perfil profissional desejado pelo curso e com o contexto social de atuação profissional.

c) Objetivos de Ensino: A prática educativa é uma prática intencional. Desse modo, os objetivos expressam os propósitos que orientam a formação e o desenvolvimento de qualidades humanas para atuação na sociedade. Sob esse prisma, os objetivos antecipam os resultados desejados expressos na relação professor – aluno – conhecimento, expressando os conteúdos e os conceitos a serem construídos, as habilidades e hábitos, as competências a serem alcançadas pelo processo pedagógico de um componente curricular ou área de conhecimento. Devem ser elaborados na perspectiva da formação de habilidades a serem desenvolvidas pelos discentes: habilidades cognitivas, sociais, atitudinais, etc. Há níveis diferenciados de objetivos: o Objetivo Geral, expressa o papel mais amplo do componente no curso e no projeto institucional. É o que define a contribuição do conteúdo para a formação profissional, tanto em termos cognitivos e técnicos como em termos do perfil sociocultural; e os Objetivos Específicos são os quais determinam os resultados esperados da atividade discente e deve ser expresso, principalmente, na forma do comportamento cognitivo e sociocultural almejado para cada unidade de ensino ou tema de estudo. Este deve explicitar de forma clara a intenção proposta.

d) Cronograma e Conteúdos Programáticos: A organização da forma-conteúdo da intencionalidade é imprescindível. Neste sentido, é importante indagar acerca da organização espaço-temporal e quais são os conteúdos de ensino, bases teórico-metodológicas que darão conta de objetivar a intencionalidade educativa¹⁹. O professor deverá, na seleção dos conteúdos, considerar critérios como: validade, relevância, gradualidade, acessibilidade, interdisciplinaridade, articulação com outras áreas, cientificidade, adequação. No plano do componente trata-se do detalhamento do conteúdo a ser trabalhado ao longo do semestre e deve expressar coerência com a ementa, com os objetivos específicos, previstos para cada unidade ou tema conforme se definir a organização do mesmo.

Este poderá ser apresentado como um “cronograma” com base nas orientações regulamentares, onde serão detalhados os conteúdos específicos trabalhados em cada encontro (aula), o método de ensino e os recursos didáticos que serão utilizados para a

¹⁹ Destaca-se que, do ponto de vista da forma, em linhas gerais os regramentos institucionais já indicam em grande medida como devem ser organizados e dispostos os conteúdos e metodologias nos encontros e semanas previstas a cada semestre, a partir da definição do calendário acadêmico.



prática docente. Aqui, trata-se de explicitar o caminho mediador entre o conteúdo (conceitos, habilidades, competências, valores, hábitos) e os objetivos (resultados esperados). Além disso, do modo como se concebe o processo de construção do conhecimento ou o caminho através do qual o aluno mobiliza suas habilidades intelectuais para conhecer. Ou, ainda, de maneira mais geral, com a apresentação dos conteúdos que serão trabalhados em um esquema de sumário ou tópicos de aprendizagem, após os quais deverão constar os procedimentos metodológicos, recursos didáticos que serão utilizados durante todo o período.

e) Procedimentos Metodológicos: A objetivação de um devir, de um objetivo, pressupõe os processos de mediação e travessia, constituindo, portanto, a necessidade de se criar o caminho adequado para o processo. Neste sentido, os Procedimentos Metodológicos são a caracterização do caminho escolhido pelo docente para organizar os tempos, as situações e os espaços do ensino-aprendizagem. A técnica e os Procedimentos Metodológicos são a operacionalização do Método. No planejamento, o docente antevê quais os métodos e as técnicas que poderá desenvolver com os discentes em sala de aula na perspectiva de promover a aprendizagem. E, juntamente a estes, será avaliado quais são os mais adequados aos diferentes saberes, ao perfil do grupo, aos objetivos e aos discentes como sujeitos individuais. Nesse processo participativo o professor deixa claro suas possibilidades didáticas e o que ele projeta e o que espera do discente como sujeito, suas possibilidades e sua capacidade para o aprendizado.

Neste sentido, é importante deixar claro quais serão os recursos disponíveis utilizados pelo docente para mediar o processo de ensino-aprendizagem. Ao planejar, o professor deverá levar em conta as reais condições dos discentes, os recursos disponíveis pelo/para o discente na instituição de ensino, a fim de organizar situações didáticas em que possam utilizar as novas tecnologias.

f) Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem: A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino-aprendizagem. Reflete a unidade e o imbricamento da relação objetivos-conteúdos-métodos. Ou seja, a avaliação é parte integrante do processo ensino-aprendizagem, e não um momento ou etapa isolada. Por meio dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto entre docentes e discentes são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, avanços, dificulda-



des e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre as condições, níveis e formas do trabalho escolar tanto do docente como do discente. As percepções expressas, as informações e dados coletados no decurso do processo pedagógico (processo de ensino), quantitativos e/ou qualitativos, são interpretados em relação a um parâmetro e padrão de desempenho expressos em juízos de valor acerca do aproveitamento acadêmico²⁰. Considera-se, portanto, que a avaliação é uma etapa presente cotidianamente em sala de aula (e para além desse espaço estrito) e exerce uma função fundamental, que é a função diagnóstica. Deve ser feita de modo a evitar a função classificatória, comparando sujeitos entre sujeitos. A avaliação deverá considerar o avanço que o discente obteve durante o curso. O processo avaliativo compreende a atuação integral do estudante, na sua oralidade, na escrita e na linguagem adequada. Consiste em tarefa complexa que não se resume a aplicação de provas e atribuição de notas. Avaliar e estabelecer um juízo de valor e de qualidade sobre dados relevantes do processo de ensino e de aprendizagem que auxilia na tomada de decisão por parte da docência. A avaliação tem, portanto, uma função pedagógica-didática, uma função de diagnóstico e uma função de controle. No plano, o docente deverá apresentar claramente que avaliações serão realizadas durante o período do componente, como será atribuída, ou não, pontuação às diversas avaliações e como será calculada a média final do desempenho do estudante (para a aprovação ou reprovação). Além dos critérios fundamentais para sua aprovação, o estudante deverá cumprir obrigatoriamente 75% de frequência dos componentes curriculares presenciais e o cumprimento de atividades não presenciais, em regime especial de trabalho ou a distância. Entende-se, aqui, regime especial de trabalho aqueles casos em que o estudante realiza trabalhos domiciliares previamente indicados por seus professores ora para avaliação de aprendizagem, ora para compensação de frequência, enquanto estiver impedido de comparecer às atividades acadêmicas presenciais, o que deve ser devidamente comprovado em acordo com as normas legais. Os procedimentos para a avaliação de desempenho discente deverá seguir o determinado na orientação normativa da UFFS (Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD (Regulamento da Graduação da UFFS), por entender-se que, como princípios indutores, o presente Regulamento incorpora na forma e no conteúdo os elementos fundamentais tanto pedagógicos como elementos de procedimentos da avaliação acadêmica em seu sentido integral. Destaca-se, ainda, que a estrutura curricular considera a flexibilidade e a acessibilidade como elementos fundamentais. A Universidade conta com um Núcleo de Acessibi-

20 LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortêz, 2013.



lidade, que é composto pelo Setor de Acessibilidade do *Campus* Laranjeiras do Sul e a Divisão de Acessibilidade da Diretoria de Políticas de Graduação – DPGRAD/PROGRAD.²¹ Portanto, conforme a Resolução nº 4-2015 – CONSUNI-CGRAD, o Núcleo de Acessibilidade tem como objetivo principal “garantir o acesso e a permanência de servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)”. Assim, com relação aos estudantes, o setor de acessibilidade pode exercer as seguintes atividades: apoio a questões relacionadas à acessibilidade física; acompanhamento pedagógico; acompanhamento psicológico, intérprete de libras; adaptação e disponibilização de materiais e equipamentos e apoio de acadêmicos monitores. Portanto, conforme o Memorando Circular Nº 14/PROGRAD/UFFS/2018 e considerando os alunos com deficiência, cabe ao colegiado do curso:²² I - repassar as informações disponibilizadas pelo Se-

21 Na década de noventa, com o intuito de garantir o processo de inclusão no Ensino Superior, aprovou-se algumas leis no Brasil, tais como: o Aviso Circular nº 277/1996 (Brasil, 1996), o Decreto nº 3.298/1999 (Brasil, 1999), a Portaria nº 3.284/2003 (Brasil, 2003) e a Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Já em 2016 foi aprovada a Lei nº 13.409/2016 (Brasil, 2016) que alterou a Lei de cotas nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), incluindo reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação técnico de nível médio e superior das IFES. Buscando adequar-se à legislação e garantir o acesso e permanência desse público, a UFFS publicou a resolução nº 4/2015 –CONSUNI/CGRAD, que instituiu a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. Os Setores de Acessibilidade em cada *campi* e a Divisão de Acessibilidade da Diretoria de Políticas de Graduação – DPGRAD/PROGRAD compõem o Núcleo de Acessibilidade da UFFS. Esses setores têm como objetivo dar o suporte necessário à instituição para garantir que esse público tenha condições equiparadas de acordo com suas necessidades. O Memorando Circular Nº 14/PROGRAD/UFFS/2018, com o objetivo dar o suporte necessário à instituição para garantir que esse público tenha condições equiparadas de acordo com suas necessidades, definiu algumas atribuições aos setores da Universidade envolvidos no processo.

22 De acordo com o mesmo memorando circular (Nº 14/PROGRAD/UFFS/2018) cabe aos setores de acessibilidade dos *campi*: I - acompanhar o processo de matrícula dos acadêmicos; II - no primeiro contato com o estudante, realizar a entrevista inicial, a qual tem os seguintes objetivos: 1) recepcionar o estudante; 2) identificar as necessidades do estudante em sala de aula, os suportes pedagógicos e necessidade de atendimento diferenciado/específico requeridos; 3) preencher a ficha cadastral; 4) planejar as atividades do semestre letivo pelos setores e instâncias colegiadas envolvidas; III - elaborar o perfil do acadêmico com informações, orientações pedagógicas e levantamento dos CCR's a serem cursados no referido semestre; IV - elaborar o plano de acompanhamento do acadêmico com atividades sugeridas/ofertadas pelo setor no semestre; V - encaminhar memorando às Coordenações de Curso, informando o ingresso do/a(s) estudante(s), a deficiência e especificidades/necessidades de adaptação de material e/ou curricular necessária(s) para cada estudante; VI - proporcionar apoio didático-pedagógico aos docentes e discentes nos processos de ensino e aprendizagem; VII - oferecer orientações didático-pedagógicas aos professores; VIII - oferecer orientações aos discentes tais como sugestões de métodos e técnicas de estudos para alcançar uma aprendizagem efetiva; IX - propor e executar cursos, capacitação e eventos que tratem da temática inclusão e acessibilidade para a comunidade interna e/ou externa da instituição, em parceria com outros setores, especialmente, com o NAP e o SAE; X - disponibilizar apoio especializado como Tradutor e Intérprete de LIBRAS; XI - disponibilizar material didático-pedagógico adaptado; XII - emitir orientações que julgarem necessárias.



tor de Acessibilidade, semestralmente, ao Colegiado do Curso e ao docente responsável pelo CCR em que o estudante estiver matriculado; II - no início de cada semestre, convocar reunião específica com os docentes do acadêmico e o setor de acessibilidade para tratar do assunto; III - acompanhar o desempenho acadêmico do estudante; IV - a partir do segundo semestre, acompanhar a matrícula dos estudantes; V - mediar o diálogo entre estudante(s), Colegiado de Curso e Setor de Acessibilidade. Deste modo, em correspondência aos imperativos previstos pelo sistema de avaliação acadêmica da UFFS, o processo de avaliação do ensino e aprendizagem do Curso de Ciências Sociais tem como centralidade e objetivo principal assegurar a qualidade da aprendizagem do acadêmico e fundamenta-se nos princípios da avaliação diagnóstica, processual, contínua, cumulativa e formativa, priorizando sempre uma diversidade de instrumentos²³ e momentos práticos para atingir esses objetivos²⁴. Incorpora-se este entendimento porque todas as atividades avaliativas concorrem para o desenvolvimento intelectual, social e ético-moral dos acadêmicos, e visam diagnosticar como a Universidade através do curso e o(s) docente(s) estão contribuindo para isso.

23 Os instrumentos de verificação do rendimento acadêmico poderão ser utilizados de diversas maneiras e com variações nas formatações didáticas dos processos avaliativos. Contudo, cada um deles carrega em si uma potencialidade específica que inscreve como um processo de obtenção de impressões para a formulação dos juízos de valor que são necessários para o emprego conceitual do processo de ensino aprendizagem.

24 Ver Artigos 72 a 82 do Regimento de Graduação da UFFS (Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD).



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação é uma das etapas essenciais para sua consolidação e fortalecimento do curso, por isso contempla a participação de todos os alunos e professores.

Neste caso, o processo de avaliação está composto por três etapas, que articuladas, permitem aos docentes, ao NDE e à Coordenação do Curso compreender a dinâmica geral das aulas, as necessidades dos alunos e dos docentes, as fragilidades e potencialidades do curso.

a) Avaliação institucional: Também denominada de autoavaliação, será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura e o desempenho dos estudantes.

b) Avaliação externa: Realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

c) Autoavaliação do curso: O NDE, em posse dos resultados da Avaliação da CPA realizará uma reunião no semestre para apreciação e encaminhamentos, tendo como objetivo estudar os dados e propor estratégias de consolidação de potencialidades ou superação de fragilidades, tanto acadêmicas (teóricas e práticas) quanto de organização institucional. A partir desse diagnóstico o NDE poderá propor ao Colegiado do Curso e à Coordenação, a realização de Assembleias Discentes e Docentes, reuniões de planejamento, análise e discussão referente aos componentes curriculares e/ou atividades ofertados pelo curso.



Este conjunto de ações organizadas periodicamente busca contemplar a participação de todos os estudantes e professores. Seu principal foco está nos aspectos de currículo pedagógico e organizacional, os resultados decorrentes desse processo subsidiarão planejamentos e até mesmo a reorganização do curso.



11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O curso de licenciatura em Ciências Sociais tem como objetivo formar docentes qualificados teórica e metodologicamente para a atuação no Ensino Básico, contribuindo no desenvolvimento de uma escola crítica e comprometida com a realidade social. O projeto de construção do curso envolveu também a definição de um perfil docente para atuação no mesmo, levando em conta os estudos acerca da demanda da comunidade regional sobre esta licenciatura e o próprio projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Nesse sentido, espera-se que as/os docentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais promovam uma formação aprofundada, crítica e de qualidade, pautada nos princípios científicos e de excelência acadêmica que configuraram historicamente os cursos de Ciências Sociais nas IES públicas do Brasil. Além disso, espera-se das/dos docentes do curso o comprometimento com a defesa da educação básica pública e de qualidade, promovendo uma formação consciente e cidadã.

Nesse sentido, as/os docentes do curso devem promover em suas ações de ensino, pesquisa e extensão discussões sobre a educação pública e de qualidade, amparados nos pressupostos teórico-metodológicos das Ciências Sociais e tendo como horizonte o papel fundamental das instituições de ensino e pesquisa para o fortalecimento da cidadania plena e desenvolvimento político, econômico e cultural do país.

A formação continuada e qualificação do corpo docente será realizada a partir das seguintes ações e instâncias: Reuniões, seminários e encontros de formação pedagógica promovidos pelo Colegiado do Curso. Cabe ainda ao Colegiado, a inserção e promoção de atividades específicas de formação com novos docentes; Incentivo à participação de docentes em eventos científicos na área das Ciências Sociais e Educação; Incentivo à formação de grupos de estudo e pesquisa relacionados ao ensino de Ciências Sociais e outros temas de interesse de discentes e docentes; Incentivo à participação em ações do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP); e Incentivo à qualificação, apoiando a participação de docentes em estágios pós-doutorais e à conclusão dos cursos de doutorado em andamento.



12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

12.1 Docentes do *Campus Laranjeiras do Sul* que atuam no curso

Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
Comum/ Informática Básica	Diego dos Santos	Mestre	40h DE	Graduação: Agronomia (UNIOESTE) Mestrado: Engenharia Agrícola (UNIOESTE) Doutorado: Agroecossistemas – <i>em andamento</i> (UFSC)
Comum/ Produção Textual Acadêmica	Christiane Maria Nunes de Souza	Doutora	40h DE	Graduação: Letras – Língua e Literatura de Língua Inglesa (UFSC) Mestrado: Linguística (UFSC) Doutorado: Linguística (UFSC)
Comum/ Introdução à Filosofia	Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia (PUC-PR); Tecnologia em Gestão Pública (IFPR) Mestrado: Educação (UFPR) Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ)
Conexo/ Educação Inclusiva	Professor/a contratar			
Específico/ Introdução à Antropologia	Cristiano Augusto Durat	Doutor	40h DE	Graduação: História (UNICENTRO) Mestrado: História (UPF) Doutorado: História (UFSC)
Específico/ Introdução à Ciência Política	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)
Específico/ Introdução à Sociologia	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)
2ª FASE				
Comum/ História da Fronteira Sul	Fábio Pontarollo	Doutor	40H DE	Graduação: História (UNICENTRO) Mestrado: História (UFPR) Doutorado: História (UNIOESTE)
Conexo/ Economia Política	Elemar do Nascimento Cezimbra	Mestre	40H DE	Graduação: Filosofia (FAFIMC) Mestrado: Desenvolvimento Regional (UFPR) Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
Específico/ Sociologia I	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia Política (UFSC)
Específico/Teoria Política I	Mariano Luis Sánchez	Mestre	40H DE	Graduação: Relações Internacionais (UNR) Mestrado: Ciência Política (UNICAMP)



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
				Doutorado: História, Poder e Práticas Sociais – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
Específico/ Antropologia I	Fernanda Marcon	Doutora	40H DE	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR) Mestrado: Antropologia Social (UFSC) Doutorado: Antropologia Social (UFSC)
3ª FASE				
Comum/ Iniciação à Prática Científica	Liria Ângela Andrioli	Doutora	40H DE	Graduação: Filosofia (UNIJUÍ) Mestrado: Educação nas Ciências (UNIJUÍ) Doutorado: Educação nas Ciências (UNIJUÍ)
Específico/ Pensamento Social no Brasil	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia Política (UFSC)
Específico/ Sociologia II	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)
Específico/ Antropologia II	Fernanda Marcon	Doutora	40H DE	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR) Mestrado: Antropologia Social (UFSC) Doutorado: Antropologia Social (UFSC)
Específico/ Teoria Política II	Mariano Luis Sánchez	Mestre	40H DE	Graduação: Relações Internacionais (UNR) Mestrado: Ciência Política (UNICAMP) Doutorado: História, Poder e Práticas Sociais – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
4ª FASE				
Comum/ Estatística Básica	Diego dos Santos	Mestre	40H DE	Graduação: Agronomia (UNIOESTE) Mestrado: Engenharia Agrícola (UNIOESTE) Doutorado: Agroecossistemas – <i>em andamento</i> (UFSC)
Comum/ Direitos e Cidadania	Nádia Teresinha da Mota Franco	Mestre	40H DE	Graduação: Direito: Ciências Jurídicas e Sociais (UNISINOS) Mestrado: Integração Latino-Americana: Direito da Integração (UFSC) Doutorado: Direito – <i>em andamento</i> (PUC-PR)
Específico/ Sociologia III	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC)



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
				Doutorado: Sociologia (USP)
Específico/ Antropologia III	Fernanda Marcon	Doutora	40H DE	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR) Mestrado: Antropologia Social (UFSC) Doutorado: Antropologia Social (UFSC)
Específico/ Teoria Política III	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia Política (UFSC)
5ª FASE				
Conexo/ Fundamentos da Educação	Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	40H DE	Graduação: Filosofia (PUC-PR); Tecnologia em Gestão Pública (IFPR) Mestrado: Educação (UFPR) Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ)
Conexo/ Psicologia da Educação e Teorias da Aprendizagem	Professor/ a contratar			
Conexo/ Estágio Curricular I	Marciane Maria Mendes	Doutora	40H DE	Graduação: Educação Física (UFPR); Pedagogia (UNINOVE) Mestrado: Educação (UFPR) Doutorado: Educação (UFPR)
Específico/ Teoria dos Movimentos Sociais	Elemar do Nascimento Cezimbra	Mestre	40H DE	Graduação: Filosofia (FAFIMC) Mestrado: Desenvolvimento Regional (UFPR) Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
Específico/Optativa I	A definir			
6ª FASE				
Conexo/ Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil	Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	40H DE	Graduação: Filosofia (PUC-PR); Tecnologia em Gestão Pública (IFPR) Mestrado: Educação (UFPR) Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ)
Conexo/ Didática Geral	A contratar			
Específico/ Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)
Específico/ Estágio II	Ana Cristina Hammel	Mestre	40H DE	Graduação: Pedagogia (UNICENTRO); História (UNICENTRO) Mestrado: Educação: Sociedade, Estado e Educação Doutorado: História – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
Específico/ Optativa II	A definir			



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
7ª FASE				
Conexo/ Língua Brasileira de Sinais	Professor/a contratar			
Específico/ Estágio III	Fernanda Marcon	Doutora	40H DE	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR) Mestrado: Antropologia Social (UFSC) Doutorado: Antropologia Social (UFSC)
Específico/ Sociologia da Educação	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)
Específico/ Estudos de Gênero	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia Política (UFSC)
Específico/ Optativa III	A definir			
8ª FASE				
Específico/ Desenvolvimento Territorial	Fabio Luiz Zeneratti	Doutor	40H DE	Graduação: Geografia (UEM) Mestrado: Geografia (UEL) Doutorado: Geografia (UEL)
Específico/ Sociologia Rural	Elemar do Nascimento Cezimbra	Mestre	40H DE	Graduação: Filosofia (FAFIMC) Mestrado: Desenvolvimento Regional (UFPR) Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
Específico/ Antropologia da Infância e Juventude	Fernanda Marcon	Doutora	40H DE	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR) Mestrado: Antropologia Social (UFSC) Doutorado: Antropologia Social (UFSC)
Específico/ Educação do Campo e Popular	Liria Ângela Andrioli	Doutora	40H DE	Graduação: Filosofia (UNIJUÍ) Mestrado: Educação nas Ciências (UNIJUÍ) Doutorado: Educação nas Ciências (UNIJUÍ)
Específico/ Estágio IV	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)
Específico/ TCC I	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia Política (UFSC)



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
9ª FASE				
Específico/ TCC II	Fernanda Marcon	Doutora	40H DE	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR) Mestrado: Antropologia Social (UFSC) Doutorado: Antropologia Social (UFSC)
Específico/ Coopera- ção e Agroecologia na Escola	Roberto Antonio Finatto	Doutor	40H DE	Graduação: Geografia (UFPEL) Mestrado: Geografia: Desenvolvimento Regional e Urbano (UFSC) Doutorado: Geografia: Desenvolvimento Regional e Urbano (UFSC)
Específico/ Optativa IV	A definir			
Específico/ Seminário de Do- cência, Pesquisa e Extensão nas Ciên- cias Sociais	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)



13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente, a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada *campus*. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrôni-



cos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES, que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

13.1 Laboratórios

O Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura conta com dois laboratórios para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. São eles: Laboratório de Didática e Laboratório de Ciências Humanas. O Laboratório de Didática é compartilhado com os outros cursos de licenciatura ofertado no *Campus* Laranjeiras do Sul. O Laboratório de Ciências Humanas é compartilhado entre o curso de Ciências Sociais – Licenciatura e o curso de Ciências Sociais – Bacharelado.

LABORATÓRIO DE DIDÁTICA	
Professor Responsável: Ana Cristina Hammel	
Técnico Responsável: Evertom Licoviski - Siape 2390689	
Alunos por turma: 25	
Área: 62 m ²	Localização: Bloco 3 de Laboratórios
Quantidade	Descrição
1	Laboratório de Didática proporciona o fortalecimento dos cursos de licenciaturas da UFFS, em Laranjeiras do Sul, em especial o Curso de Ciências Sociais – Licenciatura. O laboratório é extremamente importante para o fomentar a investigação científica e provocar a criatividade, virtudes essenciais para atuação do futuro professor de sociologia. Entre suas funcionalidades inerentes à atividade de docência, o espaço possibilita o desenvolvimento de estratégias de ensino e de habilidades de manuseio de ferramentas e tecnologias educacionais. Dessa forma, o estudante deve ser capaz de avaliar, compreender e propor qualitativamente diferentes tipos de estratégias e caminhos pedagógicos que contribuam com o desenvolvimento do profissional de educação. Os materiais e equipamentos do Laboratório, portanto, facilitam a simulação e ambientação do espaço escolar.



	<p>Estima-se que esta modalidade de trabalho prático possibilita constituir um meio para que os estudantes, face aos problemas colocados, se impliquem mental e afetivamente na elaboração de respostas adequadas, assimilem certos procedimentos científicos, desenvolvam valores, atitudes, de forma inter-relacionada, participando na resolução de necessidades e problemas globais. O laboratório, em síntese, é visto como um local de construção do conhecimento.</p> <p>Em se tratando de um laboratório de ensino dentro da estrutura de um curso de licenciatura, sua justificativa incorpora outros elementos importantes, além dos já mencionados, uma vez que vai produzir, também, materiais didáticos e paradidáticos, que contribuirão para o aprimoramento técnico do exercício docente, no sentido de torná-lo mais significativo para os envolvidos.</p>
--	---

LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS HUMANAS	
Professores Responsáveis: Fernanda Marcon - Siape 1150949	
Técnico Responsável: Evertom Licoviski - Siape 2390689	
Alunos por turma: 25	
Área: 58,07 m ²	Localização: Bloco 3 Laboratórios
Quantidade	Descrição
1	<p>O Laboratório de Ciências Humanas congrega diretamente todos os envolvidos nos Cursos em Ciências Sociais – Licenciatura e Bacharelado e, indiretamente, todos os que atuam nos demais cursos de Licenciatura do <i>Campus</i>. Esse laboratório funciona com a colaboração de diversos professores que, partilhando saberes, constroem, a partir de experiências e pesquisas, novos conhecimentos com vistas à reflexão e às mudanças na prática cotidiana educacional.</p> <p>A expectativa, então, quanto ao Laboratório de Ciências Humanas, é que os indivíduos, por meio de grupos de estudos e de pesquisa, aprofundem metodologias e técnicas educacionais que contribuam para sua formação enquanto professores e pesquisadores preocupados com os problemas políticos, culturais, econômicos e sociais, objetos de interesse da sociologia.</p>

13.2 Sala de Aulas

O *campus* conta com o Bloco A, que abriga todas as salas de aulas teóricas disponíveis aos 9 cursos de graduação. Não existem salas exclusivas de cada curso, assim, as aulas de um determinado curso podem ser alocadas em qualquer uma delas.

No total, são 16 salas de aula que se encontram nos Pisos 2 (2 salas), 3 (8 salas) e 4º (6 salas) do Bloco Didático A. Todas as salas possuem características construtivas semelhantes, bem como disposição de mobiliário, havendo apenas mudança na orientação de suas janelas, sendo esta sul ou norte com persianas e telas mosquiteiros. As salas de aula possuem 64,03 m² (salas nos cantos) e 62,92 m² (salas centrais). Todas são feitas



em alvenaria com revestimento em pintura branca, possuem revestimento do piso com cerâmica, não possuem forro, possuem janelas com persianas e nas paredes opostas existem janelas altas para circulação de ar, além de iluminação direta por meio de luminárias com lâmpadas fluorescentes suficientes a prática das aulas.

Quanto ao mobiliário, as salas são equipadas com quadro branco, projetor multimídia, mesa com cadeira para professor e 53 carteiras (6 para canhoto, 1 para portador de obesidade e 46 para destros) além de 1 posição destinada a PNE's cadeirante. Ainda neste bloco há duas salas destinadas para o estudo individual ou coletivo dos estudantes. Existe, também, uma sala de aula com características construtivas semelhantes as citadas, porém com dimensões diferentes. Esta sala (306) possui 126,95 m² e destina-se aos componentes curriculares que usam pranchetas de desenho em suas aulas. Ela possui um quadro verde (para giz), mesa e cadeira para professor e 41 pranchetas de desenho nas dimensões 80 cm x 60 cm com régua paralela com cadeira.

13.3 Salas de professores

O espaço destinado aos gabinetes de trabalho dos professores possui dois andares, nos quais estão disponíveis 51 gabinetes com 13,87 m² cada, sendo que cada um deles abriga 2 professores, totalizando 102 posições de trabalho. Este edifício conta, ainda, com sala de recepção com escaninhos, sala de apoio, auditório, sala de reuniões, sala de convivência, copa e sanitários masculino e feminino nos 2 andares. Todos os docentes têm disponível mobília individual em suas salas, sendo: 1 mesa “L” 1,40 m x 1,40 m, um armário alto, um gaveteiro baixo, cadeira giratória com braço e 2 cadeiras para realizar atendimentos. Cada sala possui um ramal telefônico, 1 (um) aparelho de ar condicionado, acesso a rede *wireless* e possuem pontos de acesso a rede por cabo. As impressoras são compartilhadas, sendo disponibilizadas 2 (duas) em cada andar. Além desta, tem 1 (uma) impressora disponível para os docentes na sala de materiais, alocada no segundo andar do bloco. A conservação e limpeza são realizadas por duas funcionárias terceirizadas, que ficam alocadas para este serviço nesse bloco. A iluminação, acústica e ventilação são adequadas, sendo que todas as salas possuem janelas nas orientações sul ou norte com brises, iluminação feita por luminárias com lâmpadas fluorescentes cortinas e ar-condicionado. No quesito acessibilidade, o bloco possui rampas de acesso e 1 (um) elevador interno.



13.4 Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiências e/ou Mobilidade Reduzida

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução N° 6/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0006>). Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução N° 4/2015 – CONSUNI/CGRAD.²⁵

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

1) Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;

²⁵ Disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resolucao_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Institui_a_Politica_de_Acessibilidade_da_UFFS.pdf



- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2) Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva.

3) Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

4) Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;
- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em ativi-



dades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;
- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;
- Disponibilização de apoio acadêmico.

5) Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais.
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.

6) Acessibilidade da arquitetura no *campus*

Quanto a acessibilidade da arquitetura no *campus*, cita-se que há piso tátil no Bloco A, onde ocorrem as aulas, no Bloco docentes/administrativo, no Restaurante Universitário e nos blocos de laboratórios. No Bloco A e Bloco docente/administrativo, há elevador específico, bem como rampas de acesso destinadas a cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. No espaço da biblioteca há mesa rebaixada e no Restaurante Uni-



versitário há local específico para acesso de cadeirantes. Ainda, nas salas de aula, há mesa específica para cadeirantes.

13.5 Demais itens

Atualmente, o *Campus* Laranjeiras do Sul está lotado em espaço próprio denominado *campus* definitivo. No *campus*, nas áreas externas há caminhos podotáteis, a circulação pelo *campus* pode ser realizada toda em nível, em alguns pontos, devido ao uso de rampas para vencer diferenças de cotas. Possui paradas de ônibus e cruzamentos de vias com faixas elevadas todos em nível e caminho tátil sobre as calçadas. Ainda, existem vagas de estacionamento exclusivas para PCD, idosos e gestantes. Em relação as edificações, no *campus* o Bloco A tem 4 pavimentos e possui acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 4 pavimentos; o Bloco dos Professores tem 2 pavimentos mas permite acesso em nível a todos os pavimentos através de elevador, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 2 pavimentos além de 1 vestiário unissex adaptado PCD no térreo, possui placas em braile identificando as salas; os Pavilhões de Laboratórios são formados por 3 pavilhões, todos térreos, portando com acesso em nível a todas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 3 pavilhões, bebedouro adaptado; o Restaurante Universitário por ser térreo possui acesso em nível a todas as suas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na entrada do refeitório e um 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na saída do refeitório, bebedouro adaptado, mobiliário do refeitório condizente com o uso por parte de PCD.



14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- FRIGOTTO, G. **As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos**. In.: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. [org.]. Teoria e Educação no labirinto do capital. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- LUKÁCS, György. **Reboquismo e Dialética: uma resposta aos críticos de História e Consciência de Classe**.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- BRASIL-MEC/CNE/CEB. Resolução nº 2/2012: **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&Itemid=30192> Acesso em: 25/09/2019.
- BRASIL-MEC/SEB. **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério de Educação, 2006. v.3. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf > Acesso em: 18/08/2018.
- MACHADO, Nathália S.; MACHADO, Dinamara. P. Modalidade semipresencial no ensino superior: a tecnologia, a docência e a discência. In: **Anais EDUCERE: XIII Congresso Nacional de Educação**. Curitiba: Champanhath, 2017. v. 1. p. 1-26000. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25260_13152.pdf> Acesso em: 04/10/2019.
- DEWEY, John. *Experience and Education*. New York: Macmillan, 1938.
- GADOTTI, Moacir. **A boniteza de um sonho. Ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: Cortez, 2002.
- GARCIA ARETIO, L. Para uma definição de educação a distância”. *Tecnologia Educacional*, v. v. 16, n. set.-dez., 1987.
- MORAN, José Manuel. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. In: YAE-GASHI, SOLANGE (Org.). *Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento*. Curitiba: CRV, 2017. p. 25–35.
- _____. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, LILIAN; MORAN, José Manuel(Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- RAUSKI, Eliane De Fátima *et al.* Educação a distância na formação de agentes universitários - fau. 2014, Brasília: Rede de Escolas de Governo, 2014.
- TORRES, Patrícia Lupion. Laboratório on-line de aprendizagem: uma experiência de aprendizagem colaborativa por meio do ambiente virtual de aprendizagem Eureka@Kids. *Cadernos CEDES*, v. 27, n. 73, p. 335–352, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622007000300006&lng=pt&tlng=pt>.
- VICKERY, Anitra. et al. **Aprendizagem Ativa: nos anos iniciais do ensino fundamental**. Porto Alegre: Penso, 2016.



15 ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo regulamentar os Estágios Curriculares do Curso de Graduação em Ciências Sociais– Licenciatura, em conformidade com a LDB (Lei 9394/96), na Lei nº 11.788/08, Resolução nº 02/2015/CNE, Resolução nº 02/2017/CONSUNI/CGAE, Resolução nº 07/2015/CONSUNI/CGRAD e Resolução nº 04/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 que Regulamenta os Estágios na UFFS.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se Estágio Curricular, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD, um “tempo-espaco de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação.”

Art. 3º Para realizar o Estágio Curricular, o acadêmico deve estar devidamente matriculado no componente curricular correspondente em seu curso e respeitar os pré-requisitos dos componentes curriculares dos estágios.

CAPÍTULO II

DO ESTÁGIO CURRICULAR

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR



Art. 4º O Estágio Curricular do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), será regido por este Regulamento e pelo Regulamento Geral dos Estágios da UFFS.

§ 1º O Estágio Curricular, referido neste Regulamento, equivale ao Estágio Obrigatório da Lei nº 11788/08 e da Resolução nº 07/2015/CONSUNI/CGRAD, Resolução nº 04/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018, que regulamenta os Estágios na UFFS.

§ 2º O Estágio não obrigatório obedecerá ao disposto nas diretrizes curriculares nacionais de cada curso, na Lei nº 11.788/08 e Resolução nº 07/2015/CONSUNI/CGRAD, que regulamenta os Estágios na UFFS.

Art. 5º O Estágio Curricular do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura será realizado a partir da quinta fase, conforme quadro abaixo.

Carga horária (em horas)				
CCR	Total	I – Aulas teórico/práticas presenciais	II – Diagnóstico, elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação	III – Desenvolvimento de atividades no campo de Estágio
Estágio Curricular I	75 h	25 h	25 h	25 h
Estágio Curricular II	90 h	40 h	20 h	30 h
Estágio Curricular III	120 h	40 h	40 h	40 h
Estágio Curricular IV	120 h	40 h	40 h	40 h
Total	405 h			

Parágrafo único. Para cada grupo de 5 (cinco) estudantes serão atribuídos ao professor-orientador, 2 (dois) créditos para fins acompanhamento de estudantes no campo de estágio.



Art. 6º O Estágio Curricular compreende: aprofundamento teórico-metodológico, observação, planejamento, atuação docente, relatório reflexivo, socialização, avaliação e arquivamento em repositório próprio do curso.

§1º As normas para entrega e arquivamento em repositório próprio do curso deverão constar no Plano de Ensino do CCR de Estágio Curricular.

§2º Os relatórios de Estágio Curricular deverão ser apresentados em conformidade com normas técnicas institucionais orientadas pela biblioteca.

Art. 7º A realização do Estágio Curricular, obrigatório a todos os estudantes do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura, deverá ocorrer, preferencialmente, de forma individual e no contra-turno das aulas regulares, a critério do professor do Componente Curricular de Estágio em concordância com a Coordenação de Estágio.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 8º O Estágio Curricular do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura tem por objetivos:

- I - promover a aproximação do acadêmico com a realidade profissional;
- II – desenvolver a capacidade de observação e de interpretação contextualizada acerca das condições reais e concretas da Educação Básica, da Gestão da Escola e dos Sistemas Educacionais;
- III – promover o planejamento e desenvolvimento de atividades de intervenção profissional e/ou social que envolvam conhecimentos da área de formação do estagiário;
- IV – fomentar a prática da pesquisa e de investigação sociológica como base da observação, planejamento, da execução e da análise dos resultados das atividades desenvolvidas pelo acadêmico no âmbito do estágio;
- V – identificar a escola campo de estágio como agente coformador da docência.

SEÇÃO III

DO CAMPO DE ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 9º Constituem-se em campo de Estágio Curricular do Curso de Ciências Sociais as instituições de ensino devidamente conveniadas à UFFS.



Art. 10 O contato com o campo de Estágio Curricular deverá ser realizado pelo estudante, mediado pelo professor Coordenador de estágio e por Setor responsável pelos Estágios do *campus*, quando se fizer necessário.

Art. 11 Os convênios com o campo de Estágio Curricular serão formalizados por Setor responsável pelos Estágios do *campus* da instituição.

SEÇÃO IV DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 12 O Estágio Curricular do Curso de Graduação em Ciências Sociais- Licenciatura será desenvolvido em diferentes momentos e espaços, por meio de ações sempre articuladas com escolas, entidades e órgãos responsáveis pela gestão da educação no âmbito da educação básica. São orientações para a organização dos estágios:

§ 1º Olhar investigativo por meio da inserção em contextos do Ensino Médio e de aproximação aos sujeitos que constituem a comunidade escolar – crianças, profissionais e famílias, objetivando desenvolver práticas de observação, registro do observado e reflexão na/sobre a ação.

§ 2º Produção de planejamento da atuação docente a ser desenvolvida nos espaços escolares, a partir da análise, reflexão e interpretação dos elementos provenientes da observação.

§ 3º A atuação docente – concebida como estágio, sob orientação, supervisão e acompanhamento da universidade e da escola (coformadora).

§ 4º Produção de relatório reflexivo que expresse as aprendizagens teórico-práticas e as experiências da atuação docente.

§ 5º Socialização do estágio visando publicizar e avaliar o percurso realizado no estágio.

§ 6º Arquivamento dos Relatórios de Estágios em Repositório específico, sob responsabilidade do docente Coordenador de Estágios do Curso.

SEÇÃO V DA ESTRUTURA DE TRABALHO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR NO ÂMBITO DO CURSO



Art. 13 As atividades de observação, planejamento, atuação docente e avaliação do Estágio Curricular serão acompanhadas pelo professor-orientador do componente curricular, com apoio da coordenação de estágio.

SUBSEÇÃO I DO COORDENADOR DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 14 A coordenação do Estágio Curricular será exercida por professor efetivo do quadro do Curso de Ciências Sociais preferencialmente, um professor de Estágio, escolhido pelo Colegiado do Curso de Ciências Sociais.

Art. 15 São atribuições do Coordenador do Estágio Curricular:

- I – organizar os estágios no Curso de Ciências Sociais de forma articulada com os componentes curriculares da respectiva fase, com as demandas dos acadêmicos, com a vida institucional e com os campos de estágios;
- II – promover a discussão sobre o papel formativo dos estágios com pesquisa no Curso de Ciências Sociais;
- III – planejar as ações relacionadas ao desenvolvimento dos estágios junto com os professores-orientadores do Componente Curricular e estudantes;
- IV – convocar e coordenar reuniões com professores-orientadores do Componente Curricular e com os supervisores externos de estágio das Instituições conveniadas, sempre que necessário;
- V - definir os campos de estágio conjuntamente com as estudantes, os professores-orientadores do Componente Curricular, e com o Setor de Estágios do *campus*;
- VI – fornecer informações necessárias relacionadas ao estágio aos professores-orientadores e aos supervisores externos;
- VII – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, à coordenação do curso e aos diversos órgãos da administração acadêmica da UFFS;
- VIII – acompanhar e supervisionar todas as etapas do Estágio Curricular, observando o que dispõe este Regulamento e demais normas aplicáveis;
- IX – promover a socialização dos resultados das atividades de estágio no Curso de Ciências Sociais, entre os cursos de Licenciatura do *Campus* e escolas cofomadoras, apresentando relatório síntese das atividades.



X – cumprir as atribuições conferidas pelo Regulamento de Estágio da UFFS – Resolução nº 7/2015/CONSUNI/CGRAD e Resolução nº 04/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018.

SUBSEÇÃO II

DO PROFESSOR-ORIENTADOR DO COMPONENTE CURRICULAR DE ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 16 Os professores-orientadores do componente curricular de Estágio Curricular serão definidos pelo Colegiado de Curso.

Parágrafo único. A designação dos orientadores de estágio será feita pelo Colegiado de Curso, ouvido o professor do Componente Curricular de Estágio, e a distribuição das orientações caberá à coordenação de estágio, que fará o ajuste das demandas, após ouvir o interesse pessoal dos estudantes.

Art. 17 Aos professores-orientadores será destinada carga horária compatível ao desenvolvimento dessa atividade, como limite máximo de até 15 (quinze) orientandos, conforme artigo 40 §1º e do Regulamento de Estágio da UFFS (Resolução 7/2015-CONSUNI/CGRAD).

Parágrafo único. De acordo com o §2º, o limite de 15 (quinze) estudantes pode ser maior quando não houver docentes em número suficiente para atendê-los.

Art. 18 São atribuições do professor-orientador do componente curricular:

- I – planejar e coordenar as atividades didáticas referentes ao componente curricular, articulando conhecimentos dos diferentes domínios curriculares;
- II – fornecer informações à coordenação do Estágio Curricular sobre o andamento das atividades de estágio e o desempenho dos estudantes;
- III – assessorar e acompanhar os estudantes no planejamento, na atuação docente e na elaboração do relatório reflexivo de estágio;
- IV – avaliar, em conjunto com a coordenação de estágio, as diversas etapas do Estágio Curricular do curso;
- V – participar das atividades programadas pela coordenação de estágio;
- VI – acompanhar o trabalho dos professores-orientadores.



SEÇÃO VI

DOS SUPERVISORES EXTERNOS DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 19 Os supervisores coformadores do Estágio Curricular serão indicados pelos campos de estágio, dentre os profissionais com formação ou experiência na área do curso.

Art. 20 São atribuições dos supervisores externos:

- I – receber e apresentar o campo de estágio ao estudante estagiário;
- II – disponibilizar a documentação da instituição ao estudante estagiário;
- III – orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;
- IV – manter diálogo com o professor-orientador do componente curricular de Estágio Curricular ou com o coordenador do estágio analisando e refletindo sobre o andamento das atividades e o desempenho do estudante;
- V – avaliar o desempenho dos estagiários, em diálogo com o professor-orientador do componente curricular de Estágio;
- VI – cumprir as atribuições conferidas pelo Regulamento de Estágio da UFFS – Resolução nº 7/2015/CONSUNI/CGRAD e Resolução nº 04/CONSUNI/CGAE/UFFS/ 2018.

SEÇÃO VII

DO SETOR RESPONSÁVEL PELOS ESTÁGIOS NO *CAMPUS*

Art. 21 O Setor responsável pelos estágios no *campus* assessora o processo de realização dos estágios curriculares, no que se refere ao suporte apoio técnico-administrativo.

Art. 22 São atribuições do Setor responsável pelos estágios no *campus*:

- I - conveniar instituições para estágios;
- II - obter e divulgar junto com os coordenadores de estágios dos cursos as oportunidades de estágios;
- III - fiscalizar as Unidades Concedentes de Estágio (UCE);
- IV - emitir e arquivar Termos de Convênio e de Compromisso;
- V - fazer o registro e controle das Apólices de Seguro;
- VI - arquivar relatórios e planos de atividades de estágio;



- VII - propor formulários para o Plano e o Relatório de Atividades;
- VIII - emitir documentação comprobatória de realização e conclusão de estágios (certificados);
- IX - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio da UFFS.

SEÇÃO VIII DO ACADÊMICO ESTAGIÁRIO

Art. 23 Para desenvolver atividades de estágio, o acadêmico deve estar devidamente matriculado, frequentar um Curso de Graduação na UFFS e preencher os requisitos previstos nesse Regulamento.

Art. 24. Constituem atribuições do Estagiário:

- I - assinar o Termo de Compromisso;
- II - colaborar na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;
- III - comparecer no dia e horário de orientação;
- IV - desenvolver as atividades previstas no Plano de Atividades de forma acadêmica, profissional e ética junto à UCE;
- V - zelar pela boa imagem da Instituição formadora junto à UCE e contribuir para a manutenção e a ampliação das oportunidades de estágio junto à mesma;
- VI - entregar relatórios a cada seis meses de estágio realizado, conforme estipulado pela legislação de estágio e/ou pelo regulamento de estágio do curso, e no final da vigência do estágio;
- VII - comunicar qualquer irregularidade no andamento do seu estágio ao seu orientador, à Coordenação de Estágios do Curso ou à Coordenação Acadêmica do *Campus*.
- VIII – cumprir as atribuições conferidas pelo Regulamento de Estágio da UFFS – Resolução nº 7/2015/CONSUNI/CGRAD.

SEÇÃO IX DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR

SUBSEÇÃO I DAS CONDIÇÕES GERAIS DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR



Art. 25 A avaliação do estagiário será realizada pelo professor-orientador do componente curricular de estágio, pelo professor orientador e pelo supervisor coformador de estágio.

Art. 26 Para a aprovação em cada um dos componentes curriculares de Estágio Curricular, o acadêmico deverá cumprir cada uma das etapas previstas, envolvendo observação, planejamento, atuação docente e relatório.

Parágrafo único. Após a homologação, os critérios e as formas de avaliação constarão nos respectivos planos de ensino dos componentes curriculares do Estágio Curricular do curso.

Art. 27 O registro das atividades de estágio deverá ser acompanhado e avaliado pelo professor de estágio.

Art. 28 Será considerado aprovado o estagiário que ao final do estágio apresentar os documentos solicitados pelos planos de ensino dos respectivos componentes curriculares de estágios e obtiverem a carga horária e média final prevista no Regulamento de Graduação da UFFS.

§ 1º O estagiário será também avaliado quanto à/ao:

- I – participação e organização nas atividades desenvolvidas durante as aulas de estágio curricular;
- II – atuação, organização, assiduidade, compromisso e responsabilidade nos períodos destinados ao acompanhamento, participação e docência;
- III – atuação, organização, assiduidade, compromisso e responsabilidade nos períodos destinados aos estágios em ambientes não escolares;
- IV – planejamento e execução de projetos de intervenção, quando tais projetos forem aplicados;
- V – participação nas atividades previstas nos projetos de intervenção;
- VI – controle de frequência às atividades programadas;
- VII – elaboração das atividades finais do estágio (relatórios, artigos científicos ou resumos expandidos).

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS



Art. 29 Os casos omissos neste Regulamento de Estágio Curricular serão decididos pela coordenação de Estágios do Curso, cabendo recurso ao Colegiado de Curso.

Art. 30 Este Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório entra em vigor a partir de sua aprovação junto ao PPC do curso, pela Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis.

Art. 31 A denominação Estágio Curricular presente neste Regulamento de Estágio corresponde à denominação Estágio Obrigatório presente na Lei Federal de estágios e no Regulamento de Estágios da UFFS.



ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Atividades Curriculares Complementares constituem ações que visam à complementação do processo ensino e aprendizagem, sendo desenvolvidas ao longo do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, *Campus* Laranjeiras, com carga horária de 210 horas.

Parágrafo único. As ACCs constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

Art. 2º Enquanto requisito obrigatório, as ACCs respondem ao princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece em seu artigo 3º a “valorização da experiência extra-classe” e, também, pelo que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art 3º Serão consideradas Atividades Curriculares Complementares as atividades constantes nas tabelas abaixo, divididas por eixos. Essa tabela servirá de apoio à Comissão de Análise e Validação de ACC – que é indicada no Colegiado do Curso.



ENSINO			
Tipos de Atividade	Atividades que se enquadram neste item	Formas de comprovação das atividades	Carga horária atribuída
Componente curricular presencial ou a distância (em adição a grade curricular)	Componente curricular facultativo facultativa, cursada com aproveitamento, na UFFS ou em outra instituição de ensino superior, em curso devidamente reconhecido pelo MEC	Histórico escolar ou declaração da instituição	por componente curricular respeitando o teto de 30 horas para o total de atividades deste tipo.
Elaboração de material didático	Elaboração de material didático em projeto de pesquisa, ensino, extensão, monitoria ou outra atividade sob supervisão de professor do curso	Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	21 horas por material didático
Leitura e estudos orientados fora do CCR	Estudo orientado por um professor do curso	Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída na declaração
Monitoria	Atividades de monitoria em componentes curriculares de graduação ou programa institucional	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Participação em eventos	Voluntário na organização de evento	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado ou carga horária total do evento
	Ministrar oficina, minicurso, sala temática	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado
	Ouvinte em eventos de ensino/capacitação	Certificado ou declaração do órgão responsável pela capacitação	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Participação e/ou desenvolvimento de projeto de ensino	Programas Institucionais de iniciação à docência	Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída na declaração
	Projeto de Ensino	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração

EXTENSÃO			
Tipos de atividades do eixo	Atividades que se enquadram nesse item	Formas de comprovação	Quantidade de horas atribuídas
Ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário	Representação estudantil (colegiado da Graduação, Conselho de Campus, Conselhos	Atas ou documentos similares que atestem a nomeação e a exoneração do mandato, emitido	30 horas por ano de mandato, respeitando o teto de 60 h para o total de atividades deste



	Superiores, Centro Acadêmico, DCE, UNE, outros)	das pelo órgão colegiado competente.	tipo.
	Participação de Mostra de Talentos	Certificado emitido pelo evento	10 horas ou carga horária atribuída no certificado
	Produção ou participação na produção de objetos artísticos (oficinas, vídeos, artes plásticas, curadoria, literatura, artes performáticas, música,...)	Certificado emitido pelo evento	20 horas por produção ou carga horária atribuída no certificado
	Participação em oficinas, cursos ou minicursos relacionados a manifestações artísticas e culturais.	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado
Apresentação em congressos, seminário, exposição em outros eventos. Estágio não obrigatório	Comunicação Oral	Certificado emitido pelo evento	15h por Comunicação Oral
	Pôster	Certificado emitido pelo evento	15h por Pôster
	Atividades de estágios extracurricular correlatos ao curso	Documento emitido pela Unidade Concedente de Estágio que ateste a realização do estágio	100 horas por semestre de estágio
Organização de curso de extensão	Participação na organização de curso de extensão	Certificado emitido pelo Curso/setor de extensão com carga horária	Carga horária atribuída no certificado
Organização de eventos	Voluntário em evento	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado ou carga horária total do evento
	Ministrar oficina	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado
Participação em exposição, seminário, cursos de extensão/ outros eventos de extensão	Participação, como ouvinte, em mini-cursos, cursos de extensão, oficinas, colóquios, palestras e outros que sejam ligados A extensão	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado
Participação em projeto de extensão	Atividades de extensão com bolsa	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
	Atividades de extensão sem bolsa.	Certificado ou declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Aprovação em teste de língua estrangeira	<u>Aprovação em teste de proficiência em língua</u>	Comprovante de aprovação	3h por teste



	<u>estrangeira</u>		
Publicação de artigo completo em periódicos/revistas de extensão	Artigo completo em periódico com ISSN ou revista indexada	Cópia da Primeira página do artigo publicado	45h para cada artigo completo publicado
	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos	Cópia da Primeira página do trabalho publicado	20h para cada trabalho
Publicação de resumos de artigos	Publicação de resumos em anais de eventos científicos.	Cópia da Primeira página do trabalho publicado	15h para cada resumo

PESQUISA			
Tipos de atividades do eixo	Atividades que se enquadram nesse item	Formas de comprovação	Quantidade de horas atribuídas
Ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário	Participação em defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (graduação ou pós-graduação)	Cópia da lista de presença	1h por defesa
	Desenvolvimento de material informacional (divulgação científica)	Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade e cópia do material	Carga horária atribuída na declaração
Apresentação em congressos, seminário, exposição em outros eventos	Comunicação oral	Certificado emitido pelo evento	15h por Comunicação Oral em Evento
	Pôster	Certificado emitido pelo evento	15h por Pôster em Evento
	Exposição de trabalho em feiras de ciências	Certificado emitido pelo evento	15h por exposição
Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Iniciação Científica	PIBIC ou outro programa de iniciação científica, com ou sem bolsa	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade.	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Organização de eventos	Voluntário em evento	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado ou carga horária total do evento
	Ministrar oficina, sala temática, minicurso	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado
Participação e/ou desenvolvimento de projeto de pesquisa	Atividades de pesquisa com bolsa (UFFS, CNPq, Programa de Educação Tutorial)	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
	Atividades de pesquisa sem bolsa.	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com	Carga horária atribuída no certificado ou declaração



		carga horária da atividade	
Publicação de artigo completo	Livro	Cópia da capa e ficha catalográfica	210h por livro
	Capítulo de livro	Cópia da capa e ficha catalográfica e primeira página do capítulo	45h por capítulo
	Artigo completo em periódico com ISSN ou revista indexada	Cópia da Primeira página do artigo publicado	45h para cada artigo completo publicado
	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos.	Cópia da Primeira página do trabalho publicado	21h para cada trabalho
Publicação de resumos de artigos	Publicação de resumos em anais de eventos científicos.	Cópia do resumo publicado	21h para cada resumo publicado

Parágrafo único. O estudante deverá realizar Atividade Curricular Complementar nos três grandes “eixos” (Ensino, Pesquisa e Extensão), considerando no mínimo 21 horas de Ensino, 21 horas de Pesquisa e 21 horas de Extensão.

Art. 4º Para validação das horas de ACC, os estudantes deverão apresentar os documentos conforme discriminados na tabela acima.

Art. 5º Só serão validadas as ACC que foram realizadas no período em que o acadêmico estiver matriculado no curso de Ciências Sociais.

SEÇÃO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Os casos não previstos neste regulamento serão dirimidos inicialmente pelo Colegiado do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, *Campus* Laranjeiras do Sul.



ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura será regido por este Regulamento da Graduação da UFFS.

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais – Licenciatura será realizado a partir do 8º semestre letivo, compreendendo 7 créditos, cumprindo carga horária de 105 horas e no 9º semestre, com 8 créditos, cumprindo 120 horas, totalizando 15 créditos e 225 horas.

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 3º. O trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivos:

- I** - desenvolver habilidades e competências na construção do conhecimento científico;
- II** - fomentar a iniciação científica dos acadêmicos com vistas a uma formação que articule teoria e prática;
- III** - sintetizar e aprofundar os conhecimentos adquiridos durante o curso e na profissionalização docente;
- IV** - produzir e sistematizar conhecimento na área das Ciências Sociais;
- V** - estimular a inovação tecnológica e a formação continuada.

SEÇÃO III DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4º. A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória a todos os estudantes do Curso de Ciências Sociais– Licenciatura.



Art. 5º. O TCC será desenvolvido pelo acadêmico e contará com o acompanhamento do professor orientador, do coordenador de TCC do curso Ciências Sociais e do professor responsável pelos componentes curriculares de TCC I e II.

Art. 6º. Em casos excepcionais o acadêmico poderá contar com um co-orientador. A inclusão do co-orientador ocorrerá por meio de comunicado enviado pelo orientador e pelo orientando à coordenação do curso e à coordenação de TCC. O co-orientador poderá ser externo à UFFS e deverá possuir formação em nível superior concluída.

Art. 7º. O trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido, individualmente, em dois semestres e compreenderá as seguintes etapas:

§1º No 8º semestre o acadêmico definirá um tema e elaborará um projeto de pesquisa que será orientado por um professor da UFFS, preferencialmente do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura.

§2º O projeto de pesquisa deverá apresentar o seguinte roteiro:

- I – Introdução e justificativa;
- II – Objetivos (geral e específicos);
- III – Metodologia;
- IV – Revisão teórica;
- V – Cronograma de atividades;
- VI – Referências Bibliográficas;

§3º No final do 8º semestre do curso o estudante submeterá o projeto de pesquisa a uma qualificação.

§4º No 9º semestre do curso o estudante contará com a orientação do professor orientador e o acompanhamento do professor responsável pelo componente de TCC II.

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO TCC

Art. 8º. São atribuições do professor responsável pelo componente curricular de TCC I e II:

- I – orientar os acadêmicos na construção teórica e metodológica da pesquisa conforme o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS;



II – auxiliar os acadêmicos na elaboração dos trabalhos e encaminhamento aos professores orientadores.

III - controlar a frequência dos acadêmicos matriculados nos componentes curriculares de TCC I e TCC II.

DO COORDENADOR DE TCC

Art. 9º. São atribuições do Coordenador de Trabalho de Conclusão do Curso:

I – elaborar calendários de atividades relativas ao TCC, incluindo a apresentação dos trabalhos;

II – convocar reuniões com orientandos e orientadores, quando for o caso;

III – receber e encaminhar para a secretaria do curso a versão final do TCC;

IV – registrar as notas finais dos TCCs no diário acadêmico;

V – tomar as medidas necessárias para o cumprimento deste regulamento.

DO ORIENTADOR DE TCC

Art. 10. São atribuições do professor orientador de TCC:

I – orientar os acadêmicos até a apresentação final do TCC;

II – providenciar, com a ciência dos orientandos, a relação dos membros que integrarão a banca avaliadora;

III – presidir as bancas de apresentação de TCCs dos acadêmicos que orientou;

IV – incentivar os acadêmicos a publicar os resultados da pesquisa em diferentes meios de divulgação do conhecimento científico e, quando for do interesse, na própria comunidade sobre a qual o TCC foi desenvolvido.

Art. 11. São atribuições do acadêmico:

I – seguir as orientações e cumprir o cronograma de atividades do professor responsável e do orientador;

II – participar de todas as reuniões convocadas pelo professor do componente curricular, pelo orientador ou pelo coordenador do curso;

III – executar o projeto e elaborar a versão final do TCC de acordo com o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS;

IV – cumprir os prazos de entrega de relatórios e do TCC;



- V – entregar três cópias do TCC, encadernado em espiral, para a banca avaliadora;
VI – comparecer no dia e hora determinado para apresentação do TCC;

Art. 12. O Trabalho de Conclusão de Curso da UFFS deve, obrigatoriamente, integrar o Repositório Digital da UFFS, cabendo ao próprio estudante apresentar a documentação exigida junto ao setor responsável da Biblioteca do *Campus*.

Parágrafo único. Cabe à Biblioteca do *Campus* emitir documento comprobatório da entrega, para que o mesmo seja utilizado no processo de requerimento de diplomação (Conforme a Resolução nº 13/2016 – CONSUNI/PPGEC).

SEÇÃO IV DO TCC E SUA APRESENTAÇÃO

Art. 13. A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso para a banca examinadora será organizada pelo professor orientador que entregará um cronograma com, no mínimo, 30 dias de antecedência aos estudantes e à banca.

Art. 14. Para apresentação do TCC cada acadêmico terá um tempo de 20 minutos para exposição e até 30 minutos para arguição.

Art. 15. A apresentação por parte do acadêmico perante a banca examinadora será aberta à participação do público;

Art. 16. A sessão de defesa do TCC poderá ocorrer em espaço externo à UFFS, desde que: (a) seja do interesse da instituição; (b) seja aprovado pelo colegiado do curso; (c) o espaço escolhido tenha relação com o tema desenvolvido no TCC; (d) possibilite a participação da comunidade universitária;

SEÇÃO V DA AVALIAÇÃO DO TCC



Art. 17. O TCC será avaliado por uma banca composta pelo orientador e mais dois professores docentes da UFFS ou convidados de outras instituições de ensino ou pesquisa.

Art. 18. A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso pelos membros da banca será efetuada com base no trabalho escrito e na apresentação oral. No trabalho escrito serão considerados os seguintes itens: 1) Estrutura do texto (resumo, introdução, objetivos, método, referencial teórico, considerações finais, referências bibliográficas); 2) Coerência entre os objetivos, referencial teórico e método; 3) Uso da linguagem acadêmica; 4) Uso das normas do “Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS”. Na exposição oral serão analisados: 1) Estrutura; 2) Clareza da exposição; 3) Domínio do tema e segurança na apresentação; 4) Adequação ao tempo.

Art. 19º. O estudante ficará reprovado nas seguintes situações:

I - entregar o trabalho final e não se apresentar para a defesa oral;

II - obtiver nota final inferior a 6,0 (seis).

III - for constatado plágio parcial e/ou total do trabalho.

§1º os trabalhos nos quais forem comprovados plágios (no todo ou em partes) serão submetidos ao colegiado de curso, o qual decidirá sobre os encaminhamentos e deliberações subsequentes.

§2º Em caso de reprovação, o estudante deverá matricular-se novamente em TCC I ou II, conforme o caso.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 20. Os casos omissos neste Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 21. Das decisões do Colegiado do Curso cabe recurso à instância superior.



ANEXO IV - REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR

Inserido pela RESOLUÇÃO Nº 01/CCBCS-LS/UFFS/2023

Art. 1º. O presente regulamento tem por finalidade conferir equivalência aos componentes curriculares abaixo relacionados, cursados com aprovação ou validados pelos estudantes do curso de Ciências Sociais - Licenciatura, Campus Laranjeiras do Sul:

Matriz 2020 - Bacharelado			Matriz 2020 - Licenciatura		
Código	Componente Curricular	Créditos	Código	Componente Curricular	Créditos
GCH1641	<i>Laudos antropológicos e consultoria sócioambiental</i>	4	GCH1541	<i>Tópicos especiais em antropologia I: Laudos antropológicos e consultoria sócioambiental</i>	4

Art. 2º Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo colegiado do curso.